



GRUPO PEDRAS NEGRAS

Um debate sobre o futuro das
organizações de **cidadania ativa**

GRUPO
**PEDRAS
NEGRAS**

2012_Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Todos os direitos desta edição reservados.

Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
20040-916 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (21) 2178-9400
Fax: (21) 2178-9402
E-mail:comunicacao@ibase.br

GRUPO PEDRAS NEGRAS

Ação Educativa
Centro de Cultura Luiz Freire
Centro de Educação Imagem Popular (Cecip)
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)
Geledés Instituto da Mulher Negra
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
Instituto Pólis
SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórula Oficina de Ideias

REVISÃO

Luis Gustavo Coutinho

GRUPO PEDRAS NEGRAS

Um debate sobre o futuro das organizações de **cidadania ativa**

SUMÁRIO

Apresentação	7
Linha do tempo	8
Acordo programático	18
Formação do GPN	28
As ONGS e o momento histórico	32
Definindo rumos	40
Novos desafios	48
Reflexões sobre a crise global	70
Fundo autônomo para o fortalecimento da cidadania ativa	74
Seminário GPN : Identidade, relevância e perspectiva no campo de organizações de cidadania ativa do Brasil	80
Anexos	
ANEXO 1 Critérios de credenciamento de ONGs para acesso a financiamento para projetos de cooperação internacional	94
ANEXO 2 Nossas ideias fora do lugar	122
ANEXO 3 Pobreza, destruição ambiental e crescimento	146
ANEXO 4 Notas sobre a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro	153
ANEXO 5 A construção democrática e o futuro	166
ANEXO 6 Até onde vai a participação cidadã?	171

Apresentação

O Grupo Pedras Negras (GPN) foi um coletivo de instituições de cidadania ativa que realizou seu primeiro encontro oficial em 2007, na perspectiva de compartilhar sonhos, análises e dúvidas diante dos novos desafios e responsabilidades que se colocavam para essas instituições. Até março de 2011, quando aconteceu o último encontro do Grupo, foram realizadas diversas discussões com esse intuito. Essa publicação reúne boa parte da sistematização desses debates e encaminhamentos, com o objetivo de colaborar na construção de uma nova perspectiva que se coloca para as organizações de cidadania ativa, especialmente após a crise econômica mundial de 2008, e de uma participação maior do Brasil no cenário econômico internacional.

O GPN se constituiu a partir de uma demanda que a Oxfam Novib fez ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) para ajudar a pensar o papel da Oxfam Internacional no Brasil. Essa demanda se transformou em um pedido do Ibase a um grupo de parceiros no campo das organizações brasileiras de cidadania ativa para analisar conjuntamente tanto a Oxfam Internacional, quanto o próprio futuro e o papel da cooperação internacional no Brasil.

Na linha do tempo que abre essa publicação, traçamos, além dos encontros e dos pontos debatidos em cada um deles, os momentos de discussões que o GPN realizou com a Oxfam e com o governo federal na perspectiva de construção de um fundo autônomo para as instituições.

Na sequência, mostramos o Acordo Programático do GPN, apresentado pela primeira vez em março de 2009 em Haia, na Holanda. O documento direcionou todas as ações do Grupo, levando em conta as convergências entre as instituições participantes.

Para compreender a necessidade do GPN, o terceiro capítulo faz um levantamento histórico da formação do Grupo, de sua relação com a Oxfam Novib e quais as diretrizes traçadas para o GPN ao longo de sua história.

Dando continuidade a esse processo de discussão do GPN, o capítulo seguinte apresenta os novos desafios para as organizações de cidadania ativa no Brasil, seguido de um texto de reflexão sobre a crise global.

O penúltimo capítulo traça a necessidade de construção de um fundo autônomo para as organizações e mostra o debate gerado sobre essa temática ao longo do GPN. Já o último capítulo traz toda a discussão realizada no último encontro do GPN, realizado em março de 2011. O acúmulo desses mais de dois anos são colocados no papel e discutidos por um grupo ampliado de organizações. O resultado está disponível, na íntegra, nessa publicação.

Nos anexos selecionamos cinco documentos. O primeiro, um estudo realizado a pedido do GPN sobre critérios de credenciamento de instituições para Fundos Autônomos em sete países. O segundo, um texto sobre as ideias do Grupo. Um terceiro anexo é uma reflexão sobre a questão ambiental, seguido de um texto sobre a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Os dois artigos que fecham os anexos foram publicados pela primeira vez no periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* e são reproduzidos aqui pela pertinência com o tema.

Essa publicação é um convite ao debate sobre a situação das organizações de cidadania ativa e sobre o desenvolvimento brasileiro.



LINHA DO TEMPO



2007

JULHO

Nos dias **4 e 5 de julho** foi realizado o primeiro encontro do grupo, no Hotel Pedras Negras, em Rio Bonito, no Rio de Janeiro. O nome do hotel daria origem ao nome do Grupo. Organizado pela direção do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), deste primeiro encontro participaram as seguintes organizações: Ação Educativa, Centro de Integração Imagem Popular (Cecip), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Geledés (Instituto da Mulher Negra), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Pólis e SOS Corpo, e teve apoio financeiro da Oxfam Novib.

OUTUBRO

Entre **25 e 26 de outubro** houve o segundo encontro do Grupo Pedras Negras, dessa vez na cidade de São Paulo, na sede do Instituto Pólis. Na reunião avaliou-se as repercussões do primeiro encontro e foi realizado um debate sobre diversas iniciativas de agências de cooperação em termos de internacionalização e descentralização. Na ocasião foi informado que a Oxfam Novib se disponibilizava a financiar um desdobramento do primeiro encontro, realizado em julho, na perspectiva de auxiliar um processo de reflexão coletiva sobre cooperação.

2008



MARÇO

De **26 a 28 de março** aconteceu o terceiro encontro do GPN, novamente na cidade de Rio Bonito. As expectativas sobre o GPN e os métodos a serem utilizados para o debate e reflexão foram os temas de abertura do encontro. Aproveitando as práticas e acúmulos das instituições presentes, durante os debates foram levantadas discussões sobre a crise econômica mundial e a construção de novos paradigmas de desenvolvimento. Como havia a previsão de novos encontros, com o apoio da Oxfam Novib, diversos outros temas foram lembrados para pautar as ações do GPN ao longo da sua caminhada, tais como a necessidade de uma comunicação pública que tenha compromisso com a democracia, sobre como a cooperação internacional entra no debate do GPN, quais as alternativas de desenvolvimento e, principalmente, quais as apostas do coletivo para o presente e o futuro próximo.

JUNHO

Entre os dias **11 e 13 de junho** foi realizado o quarto encontro do GPN, na cidade de Atibaia, no interior de São Paulo. Foram levantadas questões sobre os desafios para as organizações, os desafios da política e como repensar o atual modelo de democracia, levando em conta a construção de um poder contra-hegemônico. Essas questões seriam discutidas e pensadas pelo GPN a partir desse encontro.

AGOSTO

O quinto encontro do GPN aconteceu nos dias **21 e 22 de agosto**, mais uma vez em Rio Bonito, no Rio de Janeiro, e uma das propostas desse encontro foi a formulação de textos sintéticos na perspectiva da construção um documento que indicasse um posicionamento político do GPN diante do campo de atuação das organizações de cidadania ativa no Brasil e na América Latina, especialmente em relação à cooperação internacional.

OUTUBRO

Realizado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias **22 e 23 de outubro**, o sexto encontro do GPN teve como objetivo criar condições para que as organizações definissem e se posicionassem diante da cooperação internacional, além de um balanço do processo do GPN até o momento. Ficou encaminhada a realização do seminário “Crise global e recuo do pensamento hegemônico: novos desafios para os movimentos sociais e as ONGs” durante o Fórum Social Mundial de Belém, em janeiro de 2009.

2009

JANEIRO

O sétimo encontro do GPN aconteceu nos dias **12 e 13 de janeiro**, novamente na cidade do Rio de Janeiro, duas semanas antes da realização do Fórum Social Mundial de Belém. Os debates giraram em torno de estratégias de fortalecimento institucional e do envolvimento do GPN no processo de constituição da Oxfam Brasil.

No dia **29 de janeiro**, durante o Fórum Social Mundial, o GPN realizou o seminário “**Novos desafios e oportunidades para as ONGs e os movimentos sociais diante da crise global**”.

No dia **30 de janeiro**, os parceiros integrantes do GPN presentes no Fórum Social Mundial promoveram um encontro para discutir os próximos passos do Grupo. Também durante o Fórum, o diretor-geral do Ibase Cândido Grzybowski encontrou-se com o então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e relatou a experiência do GPN. Nesse momento ficou acertado, ainda de maneira informal, que o governo federal receberia o GPN para conhecer as propostas já discutidas.

2009



MARÇO

No dia **3 de março**, representantes do GPN realizaram uma reunião em Haia, na Holanda, para apresentar o Acordo Programático do Grupo à Oxfam Novib. O encontro debateu a cooperação internacional, a posição da Oxfam nessa discussão e as possibilidades de apresentar um projeto de fundo autônomo ao governo federal, além do apoio da Oxfam ao processo do GPN.

Dando continuidade à conversa com Lula durante o Fórum Social Mundial, Cândido Grzybowski e Chico Whitaker, representando o GPN, se encontraram com o ministro Luis Dulci no dia **19 de março**, para apresentar o Grupo Pedras Negras e sondar possibilidades de apoio do governo federal para a criação de um fundo autônomo.

ABRIL

O oitavo encontro do GPN aconteceu nos dias **14 e 15 de abril**, na cidade do Rio de Janeiro. Este encontro, o primeiro após a reunião em Haia com a Oxfam Novib e com o ministro Luis Dulci, teve o papel de avaliar essas duas reuniões, além de tratar da implementação do Plano de Trabalho, tirado a partir da construção do Acordo Programático. Theo Bouma, representante da Oxfam Novib participou do encontro, na perspectiva de negociar a viabilização de um fundo de apoio a organizações de cidadania ativa no Brasil.

No dia **16 de abril**, representantes do GPN (Cândido Grzybowski, Chico Whitaker e Sérgio Haddad) e da Oxfam Novid (Theo Bouma e Astrid Bant) se reuniram em Brasília com o ministro Luis Dulci, para apresentar a proposta de um fundo de apoio às organizações de cidadania ativa.

Após a reunião em Brasília, o GPN se reuniu, no dia **22 de abril**, com o assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Ricardo Henriques. Representando o GPN estiveram presentes Átila Roque, Cândido Grzybowski e Sérgio Haddad.

Após os encontros com representantes do governo federal, criou-se uma Comissão Mista. A primeira reunião dessa Comissão aconteceu no dia **30 de abril**, em Brasília. Representando o GPN estiveram presentes Átila Roque, Cândido Grzybowski, Letícia Tura, Renata Lins e Sérgio Haddad. Representando o governo participaram Gerson Almeida e Renato Martins, ambos da Secretaria Geral da Presidência da República.

MAIO

No dia **13 de maio** aconteceu a segunda reunião da Comissão Mista, também em Brasília. Pelo GPN participaram Átila Roque, Cândido Grzybowski, Letícia Tura e Sérgio Haddad. Pela Secretaria Geral da Presidência, Gerson Almeida e Renato Martins.

JUNHO

No dia **26 de junho** foi realizado o primeiro encontro do Grupo de Trabalho de Comunicação do GPN. A reunião aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, na sede do Centro de Criação Imagem Popular (Cecip).

JULHO

O nono encontro do GPN foi realizado nos dias **7 e 8 de julho** na cidade do Rio de Janeiro. Nesta reunião, além dos integrantes do Grupo, participaram José Antonio Moroni, da Associação Brasileira de ONGs (Abong), Jorge Romando, da ActionAid, e Renato Martins, integrante da Comissão Mista e representante do governo federal. O fundo de apoio às organizações foi a pauta principal do encontro, com apresentação do Fundo Brasil de Direitos Humanos e a proposta de um fundo autônomo com um aporte financeiro inicial da Oxfam Novib. Na reunião foram organizadas comissões

2009



para: a) definir a natureza, finalidade e critérios operacionais do fundo; b) negociar com o Fundo Brasil de Direitos Humanos a possibilidade de uma mudança estatutária para que o fundo autônomo para as organizações de cidadania ativa fosse incluído; c) consulta de viabilidade e legalidade de apoio de estatais para o fundo; d) negociação da contrapartida financeira da Oxfam Novib. Neste encontro também foi apresentado um **estudo sobre fundos de financiamento** na Holanda, Bélgica, Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido e Canadá, encomendado pelo GPN (*o estudo está disponível nos anexos dessa publicação*).

AGOSTO

No dia **5 de agosto** aconteceu o segundo encontro do Grupo de Trabalho de Comunicação, no Rio de Janeiro.

No dia **20 de agosto**, aproveitando a presença de integrantes do GPN em uma atividade no Rio de Janeiro, foi realizada uma reunião extraordinária na sede do Ibase.

SETEMBRO

Durante a Plataforma Ibase em Itacuruça-BA, quando integrantes do GPN participavam das discussões, realizou-se uma reunião no dia **10 de setembro**.

OUTUBRO

No dia **1º de outubro** aconteceu uma reunião no BNDES com o assessor da presidência Ricardo Henriques. Pelo GPN participaram Francisco Menezes, Jorge Eduardo Durão e Sérgio Haddad.

NOVEMBRO

Realizada reunião extraordinária do GPN na sede do Ibase, no dia **3 de novembro**. Neste encontro preparou-se a carta que seria enviada posteriormente ao ministro Luis Dulci.

No dia **6 de novembro** foi enviada uma carta ao ministro Luis Dulci.

O décimo encontro do GPN aconteceu em São Paulo, na sede do Instituto Pólis, nos dias **12 e 13 de novembro**. Os debates giraram em torno das negociações para a criação de um fundo autônomo e quais as possibilidades de financiamento público.



2010

JANEIRO

No dia **19 de janeiro** representantes do GPN se reúnem com o assessor da presidência do BNDES Ricardo Henriques, em Brasília.

FEVEREIRO

O décimo primeiro encontro do GPN acontece no dia **25 de fevereiro**, no Rio de Janeiro. Um fundo de apoio às organizações foi o tema central da reunião. Os problemas e dificuldades e como operar esse fundo foram debatidos. Também discutiu-se quais critérios precisavam ser estabelecidos para o fundo crescer e se tornar sustentável.

2010



MARÇO

No dia **3 de março** foi enviada uma carta para o ministro Luis Dulci relatando o processo de discussão sobre o fundo autônomo com o BNDES.

No dia 10 de março a carta foi entregue ao assessor especial no ministro Luis Dulci, Geraldo Correa.

Dia **18 de março** aconteceu um encontro do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do documento proposta do Fundo Autônomo

Uma nova reunião na Oxfam Novib, em Haia, na Holanda, aconteceu no dia **23 de março**. Representando o GPN esteve presente Cândido Grzybowski, e pela Oxfam Theo Bouma.

Ainda no dia **23 de março**, o ministro Luis Dulci enviou uma carta à Oxfam Novib.

ABRIL

O assessor especial da presidência do BNDES Ricardo Henriques deixa o cargo.

O GPN envia, no dia **9 de abril**, uma carta ao ministro Luis Dulci, agradecendo o envio da correspondência à Oxfam Novib, e propõe uma reunião de emergência.

No dia **22 de abril** a Oxfam Novib responde à carta do ministro Luis Dulci, falando sobre a possibilidade de apoio ao fundo autônomo.

Representantes do GPN se reúnem no dia **27 de abril** na sede do Ibase, no Rio de Janeiro, com o assessor especial da Presidência da República Renato Martins.

MAIO

No dia **4 de maio** o ministro Luis Dulci e o presidente do BNDES Luciano Coutinho se reúnem em Brasília e decidem:

- a. indicar o diretor da área social do BNDES Elvío Gaspar para liderar o processo de discussão do fundo autônomo com o GPN;
- b. acelerar a avaliação jurídica do fundo pelos advogados do BNDES;

- c. avaliar a possibilidade de usar os mecanismos já definidos pelo BNDES do Fundo Social e;
- d. negociar a proposta e tomar uma decisão até o fim de maio.

Dia **20 de maio** aconteceu uma reunião no BNDES com Élvio Gaspar, o ministro Luis Dulci e integrantes do GPN.

AGOSTO

No dia **6 de agosto** aconteceu uma nova reunião no BNDES de integrantes do GPN com Élvio Gaspar e o ministro Luis Dulci.

Dia **18 de agosto** Sérgio Haddad enviou uma mensagem ao ministro Luis Dulci sobre o documento proposta do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

MARÇO

De **15 a 17 de março** o GPN realizou o seu décimo terceiro e último encontro, em Rio Bonito, no Rio de Janeiro.

2011



ACORDO PROGRAMÁTICO

Apresentado pela primeira vez no dia 3 de março de 2009, durante reunião em Haia, na Holanda, para a Oxfam Novib, o Acordo Programático do Grupo Pedras Negras foi criado para dar direcionamento às ações do GPN, levando em conta o motivo de formação do Grupo e as convergências entre as instituições participantes.

No segundo encontro, realizado em outubro de 2007, a Oxfam Novib se coloca como financiadora de desdobramentos a partir desses dois primeiros encontros, na perspectiva de auxiliar um processo de reflexão coletiva sobre cooperação.

Por conta dessa continuidade, surge a necessidade de levantar premissas que deveriam ser seguidas pelo coletivo. Já em março de 2008, durante o terceiro encontro do GPN, começa a discussão sobre as metodologias a serem utilizadas para o debate e a reflexão, levando em conta as práticas e acúmulos das instituições integrantes do GPN. É nesse momento que o Acordo Programático começa a ser pensado. A partir de junho de 2008 são produzidos pelo GPN textos sintéticos com questões e posicionamentos do Grupo na perspectiva de construção de um documento que indicasse um posicionamento político diante do campo de atuação das organizações de cidadania ativa no Brasil e na América Latina, em especial em relação à cooperação internacional.

O documento se organiza em dois eixos programáticos que indicam o plano de ação para o ano de 2009: a) o fortalecimento institucional das organizações de cidadania ativa a partir do desenvolvimento de projetos e da incidência em conjunto por meio de um consórcio e; b) o envolvimento do GPN no processo da Oxfam Brasil. Os eixos se desmembram em desafios a serem enfrentados e objetivos a serem alcançados. Apresentamos abaixo a íntegra do documento.

ORIGEM DO GPN

O Grupo Pedras Negras (GPN) é um coletivo de dirigentes da Fase, Cecip, Polis, Ação Educativa, Geledés, Inesc, SOS-Corpo, Centro de Cultura Luiz Freire e Ibase, organizações brasileiras de cidadania ativa, todas afiliadas à Abong. O coletivo tem se encontrado nos últimos dois anos para compartilhar seus sonhos, buscas, análises e dúvidas diante dos novos desafios, das responsabilidades e das possibilidades das organizações para continuar com sua missão de contribuir na construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis. O GPN se constituiu a partir de uma demanda que a Oxfam Novib fez ao Ibase para ajudar a pensar o papel da Oxfam Internacional no Brasil. Essa demanda se transformou em um pedido do Ibase a um grupo de seus parceiros no campo das organizações brasileiras de cidadania ativa para pensar conjuntamente tanto a Oxfam Internacional, quanto o nosso próprio futuro e o papel da cooperação internacional.

Os encontros até aqui realizados permitiram reafirmar compromissos comuns, baseados em valores éticos e visões estratégicas compartilhadas ao longo de uma história profundamente ligada ao processo de democratização do Brasil. Constituímo-nos e nos legitimamos na luta contra a ditadura, na educação popular e no fortalecimento de movimentos sociais, nos mobilizamos pela nova institucionalidade cidadã, criada pela Constituição de 1988, participamos ativamente de redes, fóruns e conselhos, realizamos campanhas, monitoramos e avaliamos políticas públicas, e progressivamente, internacionalizamos nossas agendas e nossa atuação e nos engajamos no Fórum Social Mundial. Hoje, não podemos mais conceber nossa atuação separando o nacional do mundo do qual ele é parte. Agimos localmente com uma perspectiva mundial e incidimos nas temáticas mundiais com uma clara inserção local.

Reconhecemos os riscos e as oportunidades do momento. Sabemos que, coletivamente, podemos assumir compromissos e tarefas que individualmente não conseguiríamos. Mas, acima de tudo, precisamos preservar, renovar e fortalecer a identidade e a autonomia de cada organização brasileira integrante do grupo. Queremos encontrar formas de somar sonhos, ideias e forças que nos potencializem e não absorvam ou comprometam nossa individualidade como sujeitos. A diversidade de nossas inserções, práticas e de nossos métodos são nosso ‘patrimônio/matrimônio’ e fortaleza. Ela é base para que o coletivo tenha viabilidade política e seja uma real novidade, um coletivo de novo tipo.

Reconhecemos e valorizamos a oportunidade que a Oxfam Novib nos deu para constituir o GPN. Mas reafirmamos que não nos afiliamos a este ou aquele ator da cooperação internacional hoje existente. Queremos nos capacitar para estabelecer relações estratégicas de cooperação mais simétricas com todas as agências e sujeitos que compartilhem conosco valores, visões e propostas, onde nós também cooperamos no sentido de desenvolver ações que incidam nas estruturas e nos processos que possam moldar sociedades mais justas, comprometidas com a diversidade, democráticas e sustentáveis.

O GPN não substitui e nem compete com a Abong. Não se pensa como representação. Quer encontrar novas formas de atuar para potencializar a incidência de cada organização membro do GPN e refazer seu modo de ser, suas bases de existência. As organizações participantes têm um claro compromisso em fortalecer a Abong e o campo das ONGs.

CONVERGÊNCIAS

Como organizações de cidadania ativa, temos em comum valores, sonhos, visões, concepções e estratégias. As nossas apostas fundantes têm no centro a opção estratégica pela democracia radical como modo de transformação social, tendo como referência os princípios e valores éticos da igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação. Concebemos nossa atuação como eminentemente política, mas não partidária, autônoma, de empoderamento da cidadania, das entidades e dos movimentos sociais. Agimos para que todos os direitos humanos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais sejam a referência para todos os seres humanos. Somos contra todas as formas de exclusão social e dominação, contra as estruturas e os processos sociais que geram desigualdades e pobreza, discriminações de gênero, raça, etnia e geracionais, que privatizam e destroem os bens comuns da natureza e da vida. Acreditamos no poder constituinte da cidadania, tanto de um ambiente social de respeito à diversidade na igualdade, quanto de conformação do poder político e de regulação das condições de produção e reprodução da vida na sociedade.

Pensamos que nossas apostas fundantes, para que sejam válidas, eficientes e eficazes, precisam ser constantemente reavaliadas, reafirmadas e repotencializadas, dadas as situações cambiantes e os novos desafios no nosso existir e atuar no Brasil e no mundo. Queremos potencializar nossas fortalezas desenvolvidas ao longo de nossa própria história, profundamente imbricada com o processo de democratização por qual passou a sociedade brasileira e no enfrentamento do processo de globalização a serviço das grandes corporações econômicas e financeiras. Reconhecemos também nossas debilidades e buscamos enfrentá-las individual e coletivamente. Estamos dispostos(as) a tirar o melhor partido possível das capacidades adquiridas individualmente em termos de enfoque, método, alianças e espaços construídos no enfrentamento das grandes questões no campo em que atuamos.

Reconhecemos que as especificidades institucionais, como formas de incidência política, podem ser potencializadas diante dos novos desafios se soubermos nos articular de forma concertada. E mais, acreditamos que esta é uma condição alternativa ao nosso alcance para recriar bases de sustentabilidade política e financeira de nossas entidades. Convergimos em buscar formas de uso de nossas capacidades institucionais de forma coletiva e concertada para dar um salto de qualidade em nossa incidência, fazendo emergir grandes movimentos de opinião e de ação cidadã diante dos novos desafios, influenciando na agenda pública.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

O GPN, à proporção que avança em torno de um acordo programático, a ser desenvolvido na forma de consórcio, para criar novas bases de sustentabilidade política e financeira das entidades, reconhece também a necessidade de prestar a sua contribuição para a constituição da Oxfam Brasil. Na origem do GPN estava a preocupação da Oxfam Novib, parceira de muitas das organizações participantes, em nos ouvir e conhecer nossa visão a respeito da questão.

Na verdade, o GPN se depara com duas questões interligadas, decorrentes das profundas mudanças na geopolítica mundial, com a constituição de um conjunto de países chamados emergentes, entre eles o Brasil, e seu impacto na própria cooperação internacional e nas relações de solidariedade entre países e regiões. Por isso, muda a posição do Brasil e, conseqüentemente, mudam os desafios na atuação e na sustentabilidade de organizações de cidadania ativa como as nossas. Sem o pressuposto da cooperação internacional como praticada até aqui, para não nos desestruturarmos, temos que nos reinventar institucional, política e financeiramente. Esta é a primeira e mais estruturante questão a enfrentar visualizada pelo GPN. Mas ela implica também redefinir a própria relação de cooperação, que não acaba, mas muda de conteúdo e de direção. Aí entra a segunda questão referente a uma orgânica presença da Oxfam Internacional como entidade com raízes brasileiras.

Em função disto, definimos dois eixos programáticos como base para o Plano de Ação 2009: o fortalecimento institucional, desenvolvendo projetos e incidência em conjunto por meio de um consórcio; e o envolvimento do GPN no processo de constituição da Oxfam Brasil.

DESAFIOS

Como parte do campo político formado pelas organizações de cidadania ativa brasileiras, em um mundo hoje mais interdependente, somos desafiados(as) a pensar o Brasil através de uma perspectiva mundial e regional e, ao mesmo tempo, pensar o mundo e a região desde o Brasil. Como GPN, precisamos de uma referência comum nesta direção, sistematizando nossas análises e propostas, em um processo cumulativo permanente. Precisamos, também, criar novas bases institucionais. Isto nos dá uma agenda estratégica. Os desafios a enfrentar são:

1. DEVEMOS CRIAR ALTERNATIVAS AO IDEAL DO DESENVOLVIMENTO COMO MODELO PARA CRIAÇÃO DE SOCIEDADES JUSTAS, IGUALITÁRIAS E DEMOCRÁTICAS

- Crítica ao modelo de desenvolvimento, internalização de modelo industrial produtivista e consumista, de conquista e exploração dos bens comuns naturais, concentrador de riquezas e reproduzidor de bolsões de pobreza e desigualdades;
- construção de um novo paradigma e uma nova agenda civilizatória;
- territorialização e realocização: biodiversidade e sociodiversidade e o imperativo da biocivilização;
- justiça social e ambiental;
- como alternativa ao crescimento como base de desenvolvimento, o paradigma do bem viver;
- novo tipo de Estado, nova sociabilidade e solidariedade.

2. PRECISAMOS ANIMAR NOVA ONDA DEMOCRATIZADORA DAS ESTRUTURAS E RELAÇÕES SOCIAIS

- Construção da democracia social para além da institucionalidade democrática: todos os direitos humanos a todos os seres humanos como referência;
- fortalecimento da dinâmica democrática pela participação cidadã a mais ampla possível;
- gestão política democrática das economias e em sintonia com as potencialidades de territórios em sua diversidade e com sua população e cultura;
- tornar visíveis os invisíveis e dar voz a quem não tem voz: fermentando ideias e movimentos irresistíveis.

3. É NECESSÁRIO UM PENSAMENTO ESTRATÉGICO FUNDADO EM ORGANIZAÇÕES DE CIDADANIA ATIVA BRASILEIRAS SOBRE A INSERÇÃO DO BRASIL NA REGIÃO E NO MUNDO

- Questionamento do papel dos agentes do Estado e das empresas do Brasil no redesenho geopolítico da região e do mundo;

- projeto cidadão de região e Estados plurinacionais versus agenda de acesso a mercados, multinacionalização e integração de negócios;
- multilateralismo e nova arquitetura do poder regional e mundial;
- políticas e processos de cooperação: diálogos Sul-Sul, Sul-Norte, Leste-Oeste para novas agendas de solidariedade mundial;
- promoção da cultura da paz, do compartilhamento e de respeito à diversidade social e cultural.

4. PRECISAMOS NOS REFUNDAR COMO ORGANIZAÇÕES DE CIDADANIA ATIVA

- Bases de sustentabilidade política e financeira em um contexto em que nossa agenda e atuação são levadas a se mundializar, mas nossa razão de ser, originária e fundante, continua sendo a sociedade brasileira, com suas exclusões sociais, desigualdades e discriminações, destruição ambiental e injustiça socioambiental;
- somos desafiados a, juntos(as), pensar de forma mais ampla para realizar grandes projetos de incidência política no contexto nacional, regional e mundial, que sejam capazes de nos dar bases novas de sustentabilidade política e financeira;
- como coletivo, não podemos nos limitar a nós mesmos(as), mas devemos assumir o papel de abrir frentes e alternativas que venham a fortalecer o próprio campo de organizações de cidadania ativa em que nos situamos;
- a relevância do papel das ONGs brasileiras no contexto internacional tem sido avaliada por muitos de nossos parceiros da cooperação internacional como desproporcional, em importância e abrangência, às forças de que dispomos. Aqui, o desafio é o de potencializar as nossas limitadas forças por meio da ação coletiva.

5. O DESAFIO DA REVISÃO E RECONSTRUÇÃO DAS ALIANÇAS

- Com a dissolução do bloco político que agregava organizações da sociedade civil e movimentos sociais no período que precedeu o governo Lula, delineiam-se agora novos alinhamentos entre, de um lado, aqueles(as) que dão ênfase à crise civilizatória e à catástrofe ambiental e, de outro lado, aqueles(as) que apostam na superação da crise econômica e financeira, com a recuperação dos patamares de emprego, sem questionar as bases do sistema;
- estamos desafiados(as) a enfrentar situações de relativo isolamento político e a lidar de forma flexível com as contradições e divisões que caracterizam o cenário atual dos movimentos sociais no Brasil.

6. RELAÇÃO DE NOVA QUALIDADE COM A COOPERAÇÃO

- Criar condições para sermos reconhecidos(as) como sujeitos plenos da cooperação internacional (e não apenas receptores/as), tanto da cooperação governamental, quanto não governamental, onde participamos do debate de seus sentidos e desafios da formulação de estratégias e da aplicação concreta de recursos;

- tendo em vista a crescente importância que o Brasil tem no mundo, e o reconhecimento do papel das ONGs brasileiras nas relações internacionais, estamos diante do desafio de obter do governo brasileiro o reconhecimento desse papel e a tradução desse reconhecimento em novas bases de relacionamento institucional com as ONGs no âmbito da cooperação internacional.

7. IDENTIDADE DAS ORGANIZAÇÕES E MARCO LEGAL

- Superação da arcaica relação de financiamento público indireto entre Estado e sociedade civil, existente desde os tempos da República Velha;
- superação da crise de legitimidade das organizações do nosso campo, decorrente da confusão entre elas e um universo indiferenciado de organizações filantrópicas, assistencialistas, fundações empresariais e falsas entidades sem fins lucrativos, que prevalece no imaginário e no senso comum da sociedade brasileira;
- reconhecimento da identidade própria das organizações não governamentais de cidadania ativa, que atuam na perspectiva dos direitos e estão voltadas para a construção de alternativas sustentáveis e democráticas para a sociedade brasileira;
- superação da falta de vontade política dos poderes do Estado brasileiro para dar um tratamento transparente à questão, visando refundar as relações do Estado com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- estabelecimento de um marco legal adequado ao fortalecimento institucional e à sustentabilidade econômica e política das nossas organizações.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. **PRODUZIR COLETIVAMENTE UM PENSAMENTO ESTRATÉGICO, VOLTADO PARA A AÇÃO POLÍTICA TRANSFORMADORA, PENSAMENTO DE CARÁTER CIVIL, REPUBLICANO E CIDADÃO**

- Buscar alternativas democráticas ao desenvolvimento, seu padrão de produção, crescimento e consumo. Propomo-nos a enfrentar um déficit analítico e propositivo neste campo, que limita o próprio potencial de transformação da institucionalidade democrática que ajudamos a construir. Precisamos descolonizar nosso modo de pensar, nossos olhares e nossos conceitos e radicalizar uma perspectiva crítica à dicotomia entre economia e sociedade, e ao modelo industrial produtivista e consumista, destruidor da natureza. Para esta criação político-cultural, de visões e pensamentos úteis para a ação, reafirmamos os princípios e valores que nos orientam: a justiça social e ambiental, com liberdade e igualdade, a valorização da diversidade, sem exceções ou discriminações, a participação como direito e como responsabilidade cidadã, a solidariedade, a não violência, os direitos humanos, o direito de acesso de todas e todos aos bens comuns e seu uso responsável.
- Pensar em conjunto e de forma ampla para fazer melhor o que já fazemos e para realizações maiores do que a individualidade de nossas organizações. A regra será a busca de possibilidades de incidência pública e coletiva, potencializando-a. A ação concreta será concertada, mas com base em uma divisão de trabalho e de recursos entre as entidades integrantes ou aliadas, no modelo de projetos em rede, sempre tirando partido das capacidades existentes ou possíveis de desenvolvimento em cada uma.

2. **SER UMA REFERÊNCIA COLETIVA DE CIDADANIA ATIVA EM TERMOS DE VISÃO E PENSAMENTO, COM CAPACIDADE DE CONTROLE SOCIAL E ADVOCACY, TANTO NO BRASIL COMO NA REGIÃO E NO MUNDO**

- Ser parte dos sujeitos que constituem a emergente cidadania planetária, com visão e prática que traz o mundial ao local e que situa o local no mundial.
- Ser sujeito social com capacidade de exercer a vigilância e a avaliação crítica e de influir nas estratégias das grandes corporações econômicas e financeiras, nas políticas externas, nas relações de cooperação e nos espaços e processos de negociações multilaterais de todo tipo, em especial os que têm impacto na constituição da região e na geopolítica mundial.

3. **CRIAR NOVAS BASES DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS INTEGRANTES DO COLETIVO E, EXTENSIVAMENTE, DAS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO DE QUE FAZEMOS PARTE. COMO PRIORIDADES TEMOS:**

- Engajarmo-nos como coletivo no enfrentamento do debate, no Brasil, sobre identidade das organizações de nosso campo, sobre a visibilidade e o impacto de sua atuação, sobre a legitimidade de seu papel de vozes e visões que qualificam o processo democrático;

- Disputar o apoio solidário e comprometido dos segmentos de classe média brasileira à causa que advogamos, concebendo tal ação como exercício de formação cidadã e democrática e como base de sustentabilidade, ao mesmo tempo política e financeira;
- Enfrentar o desafio de formação de um fundo financeiro autônomo e sustentável, com aporte de recursos de empresas, de governos e da cooperação internacional, para financiar, na forma de matching grant a atuação nacional e mundial de organizações de cidadania ativa brasileira;
- No horizonte de mais longo prazo, incluir na agenda pública brasileira e exercer pressão política sobre o Estado para que reconheça a necessidade, crie e defina regras de cogestão de um fundo público específico para organizações de cidadania ativa;
- Criar condições para sermos reconhecidos(as) como sujeitos plenos da cooperação internacional (e não apenas receptores/as), tanto da cooperação governamental como não governamental, onde participamos do debate de seus sentidos e desafios, da formulação de estratégias e da aplicação concreta de recursos.

4. PRIORIZAR A INCIDÊNCIA COMO COLETIVO E COMO ORGANIZAÇÕES INDIVIDUAIS NO DEBATE PÚBLICO, NA CULTURA E NA FORMAÇÃO DA AGENDA POLÍTICA DA SOCIEDADE COMO UM TODO

- Buscar impacto tanto nos órgãos de Estado, Congresso, Executivo e Judiciário, quanto naquele que condicione o mundo empresarial.
- Em nossa busca de incidência no espaço público e político, explicitar e denunciar, sempre, a estrutural desigualdade de poder existente na sociedade.
- Fortalecer nossa capacidade de comunicação pública e os espaços em que incidimos, como na grande mídia e também no espaço civil e político das redes, fóruns e conselhos.
- Desenvolver conjuntamente encontros, ciclo de debates e campanhas de sensibilização, conscientização e mobilização em torno das causas de interesse coletivo.

5. CRIAR UM CONSÓRCIO DE ENTIDADES TENDO COMO BASE ESTE ACORDO PROGRAMÁTICO

- Formar o coletivo soberano do consórcio a partir dos(as) dirigentes de cada organização membro. Novas adesões serão possíveis, desde que aceitas pelo coletivo constituído. O acordo programático deverá ser renovado com certa periodicidade, reconhecendo a dinâmica tanto da realidade e seus desafios, quanto da necessidade de atualizar nossas estratégias.
- O consórcio será, sobretudo, um espaço coletivo de reflexão estratégica e de busca de viabilidade aos projetos pensados, bem como de avaliação dos impactos de nossa incidência e das condições de sustentabilidade que formos construindo.
- Privilegiar mais o processo do que a estrutura como condição de sucesso do consórcio e do acordo programático que lhe dá significado. É no processo que podemos forjar a nossa unidade como coletivo, testar nossa capacidade e definir melhor os modos de gestão necessários e viáveis.



FORMAÇÃO DO GPN

OXFAM INTERNACIONAL E A QUESTÃO DA OXFAM NO BRASIL

No início dos anos 2000, representantes da Oxfam Internacional¹ procuraram o diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Cândido Grzybowski, propondo que o Ibase, como legítima entidade brasileira, se tornasse parte dessa federação global filiada à Oxfam. A Oxfam é uma entidade predominantemente do Norte, dos países desenvolvidos, e a intenção era alterar essa imagem. Mais do que financiar projetos nos países do Sul, eles pretendiam avançar em termos de campanhas e *advocacy*.

O Ibase é parceiro da Oxfam Novib (Holanda) praticamente desde o seu surgimento. Esse também é, possivelmente, um dos motivos que fizeram com que a instituição fosse acionada pela Oxfam Internacional. Já havia um escritório da Oxfam no Brasil, mas a proposta deles não era fazer com que o escritório se tornasse a Oxfam Brasil, mas que uma instituição, já reconhecida, assumisse esse papel.

De 2000 a 2003, em diferentes momentos e com diferentes dirigentes, o Ibase discutiu longamente a proposta que lhe foi feita de se tornar membro da família Oxfam Internacional. Em debates no Conselho Curador e Assembleia de Associados do Ibase, em discussões internas e até numa pequena consulta com entidades parceiras no Brasil, a posição foi se firmando e prevaleceu a ideia da inviabilidade política do Ibase se tornar Oxfam. Desde então, para o Ibase, como entidade singular, a questão está superada.

Em uma reunião realizada na Irlanda em 2004, o diretor geral do Ibase foi questionado do porquê de não aceitar a proposta da Oxfam. A resposta foi categórica: o que a Oxfam propõe é imperialismo social. Desde então, a questão parecia ter sido resolvida.

Pouco antes da crise econômica de 2008, com a emergência dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e maior presença do Brasil na arena internacional, a Oxfam se volta novamente ao Brasil. Em abril de 2007, durante o Fórum Social Mundial, a diretora geral da Oxfam Novib Sylvia Borren, o diretor de projetos Theo Bouma e a encarregada da relação institucional da Oxfam Novib com o Ibase Rosa Borges, se reúnem com o diretor geral do Ibase Cândido Grzybowski, para discutir a situação do Ibase, do Brasil e da América Latina, o Fórum Social Mundial de Nairobi e perspectivas para o futuro.

Na ocasião, os diretores da Oxfam expõem novamente a questão da Oxfam Internacional Brasil. Eles perguntam qual a opinião do Ibase sobre o que a Oxfam deve fazer, já que estão decididos a atuarem diretamente no Brasil. Com essa nova postura, sem impor uma solução, o diálogo torna-se interessante. A proposta do Ibase passa a ser reunir um grupo representativo para discutir os problemas de financiamento que implicam no futuro das organizações de cidadania ativa. Cândido Grzybowski sai da reunião com o compromisso de socializar a questão entre organizações parceiras no Brasil.

A novidade surgida na reunião em abril foi que a proposta agora não era de incorporação, mas uma questão em aberto em que organizações do Brasil são convidadas a dizer como avaliam e que caminhos sugerem. Não deixou de ser uma questão política sensível, tanto internamente à Oxfam Internacional, seus

¹ Confederação de 13 organizações que atua em mais de cem países através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais de combate à pobreza e injustiça social.

diferentes membros institucionais e equipes de trabalho, quanto externamente, como no seio das organizações e movimentos sociais no Brasil e também nas redes e fóruns de que o Ibase e instituições parceiras estão inseridos. Mas também não se esgota em si mesmo, pois se inscreve no campo de possibilidades e problemas atuais para organizações como as nossas. É visível a crise que afeta o campo das ONGs brasileiras, tanto de identidade como de sustentabilidade. Neste quadro, a avaliação surgida na reunião com diretores da Oxfam Novib foi de que atualmente existe espaço para organizações parceiras brasileiras discutirem o que significa a Oxfam Internacional para elas e o que representaria uma possível Oxfam Internacional Brasil.

Nos dias 4 e 5 de julho de 2007 acontece o primeiro encontro desse grupo no Hotel Pedras Negras, viabilizado como ocasião de compartilhar análises, interrogações e visões de futuro. O grupo que se reuniu passa a pensar estrategicamente o lugar de suas organizações diante dos desafios do presente e do futuro. Assim, montou-se uma reunião com um marco de partida, mas sem hipóteses prévias sobre onde chegar. A cumplicidade existente entre os dirigentes das organizações reunidas, fruto de uma história comum na promoção do desenvolvimento humano democrático e sustentável, foi fundamental no início dessa caminhada.

ENVOLVIMENTO DO GPN NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA OXFAM BRASIL

O GPN, na medida em que avança em torno de um acordo programático, a ser desenvolvido na forma de consórcio, para criar novas bases de sustentabilidade política e financeira das entidades, reconhece a necessidade de prestar a sua contribuição para a constituição da Oxfam Brasil. Na origem do GPN estava a preocupação da Oxfam Novib, parceira de muitas das organizações participantes, em nos ouvir e conhecer nossa visão a respeito da questão.

O GPN se depara com duas questões interligadas, decorrentes das profundas mudanças na geopolítica mundial, com a constituição de um conjunto de países chamados emergentes, entre eles o Brasil, e seu impacto na própria cooperação internacional e nas relações de solidariedade entre países e regiões. Devido a isso, muda a posição do Brasil e, conseqüentemente, mudam os desafios na atuação e na sustentabilidade de organizações de cidadania ativa, como as nossas. Sem o pressuposto da cooperação internacional como praticada até aqui, para *não* nos desestruturarmos, temos que nos reinventar institucional, política e financeiramente. Esta é a primeira e mais estruturante questão a enfrentar visualizada pelo GPN. Mas ela implica também em redefinir a própria relação de cooperação, que não acaba, mas muda de conteúdo e de direção. Aí entra a segunda questão referente a uma presença orgânica da Oxfam Internacional como entidade com raízes brasileiras. Como fazer isso?

CONDIÇÕES DO GPN PARA CONTRIBUIR NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA OXFAM BRASIL

1. Como a decisão da Oxfam Internacional de ter uma Oxfam Brasil é soberana, não nos cabe questionar ou nos opor. Para contribuir, porém, necessitamos aprofundar a nossa compreensão das razões que movem a Oxfam Internacional a se decidir por tal modelo de organização. Que projeto de organização e que papel mundial está sendo buscado com tal estratégia?

2. Afirmamos e reafirmamos que nem individualmente e nem coletivamente o GPN se propõe a ser a Oxfam Brasil. Não pretendemos atropelar tal iniciativa, mas topamos discutir formas de contribuir, reconhecendo a histórica parceria que nos une. Como parceiros nos dispomos a:
 - a) contribuir na reflexão estratégica;
 - b) avaliar possíveis impactos da Oxfam Brasil dentro do país, especialmente no campo das organizações de cidadania ativa e nos movimentos sociais, grande parte ligados historicamente à cooperação internacional;
 - c) dar à iniciativa suporte político e institucional à medida que se revelar necessário e for concretamente acordado com o Oxfam Internacional;

Como essa questão vem rodeada de grandes ruídos e mal entendidos, solicitamos à Oxfam Novib, que vem apostando no GPN, que abra canais de diálogo com as organizações participantes da Oxfam Internacional.

Pensamos que uma condição fundamental neste processo de participação na possível constituição da Oxfam Brasil é a mais absoluta transparência do GPN, das Oxfams e de todos os participantes com as organizações a que estamos ligados no Brasil e com todas as agências de cooperação internacional com que mantemos relações.

A contribuição inicial do GPN, levando em conta todas essas condições, vai no sentido de realizar alguns estudos que possam servir também para a viabilização de seu próprio programa na forma de consórcio:

- Modelos de governança de organizações mundiais presentes no Brasil;
- Desafios para a sustentabilidade com recursos arrecadados no Brasil;
- Desafios da cooperação internacional nesse novo quadro.



**AS ONGS E O MOMENTO
HISTÓRICO**

A partir de meados dos anos 2000, a cooperação com organizações da sociedade civil, em especial as oriundas do campo internacional, passa por significativas transformações. A geopolítica mundial e também essas organizações passam por mudanças. Os perfis de financiamentos são cada vez mais por projeto, por produto e por resultados. Distante do que se configurava anteriormente, que eram apoios institucionais. Nesse sentido, a própria cooperação está passando pelo desafio de estabelecer uma nova agenda.

A crise de sustentabilidade financeira que as organizações de cidadania ativa têm passado também se reflete em relação às fontes nacionais. E é respondendo às questões da sustentabilidade política que as organizações vão equacionar a sustentabilidade financeira. O Grupo Pedras Negras surge nesse momento de necessidade de reflexão. Por conta disso é importante contextualizar o momento de criação do GPN e quais os desafios que estão postos. O documento que segue abaixo, produzido pelo Grupo, levanta pontos fundamentais para pensar e repensar a atuação das organizações e o modelo de desenvolvimento.

DE ONDE PARTIMOS



No que nos interessa aqui – o direito ao desenvolvimento –, cabe destacar o radical divórcio que a globalização sob a égide do mercado provoca entre economia e sociedade. Nunca a humanidade produziu tanto, porém essa produção não é para satisfazer necessidades, mas, sim, para acumular. Passa-se fome não pela falta, mas pela abundância gerida com vistas ao ganho, à acumulação. Este é um divisor civilizatório e não meramente histórico. Quando direitos fundamentais à vida humana não são assegurados – é disto que se trata quando falamos em direito ao desenvolvimento – não pela escassez, mas pela forma de gerir a abundância, estamos diante de um novo marco humano fundamental. O sistema atual da globalização a serviço das grandes corporações capitalistas produz em abundância, mas contra a própria humanidade.

02

Pior, estamos diante de uma economia ‘cassino’, onde a sorte de setores e povos inteiros dependem das meras possibilidades de ganho imediato de alguns. Nessa economia divorciada da sociedade aumenta-se a concentração de renda e a própria exclusão social. O drama dos migrantes é exemplar na revelação das contradições da globalização dominante e do empecilho que ela representa para sequer pensar em desenvolvimento, quanto mais em justiça social e democracia promotora de liberdade e dignidade humanas. Num mundo que propaga a livre circulação de mercadorias, os seres humanos enfrentam todo tipo de barreiras para circular em busca da satisfação de suas necessidades e afirmação de seus direitos.

03

Apontamos aqui alguns aspectos essenciais para examinar possibilidades que estão sendo geradas ao nível da sociedade civil em relação aos direitos humanos e, em particular, ao direito ao desenvolvimento. Um primeiro elemento a ser ressaltado seria a força da consciência de humanidade que se alastra em diferentes situações e culturas. Filosoficamente, as diferentes tradições culturais já elaboraram visões de dignidade humana, que, apesar das diferenças, acabam se aproximando. A novidade, neste início do século XXI, é a apropriação coletiva do conceito de humanidade. Trata-se de uma consciência difusa, certamente, mas forte o suficiente para tornar-se referência de amplos setores sociais e mover vontades coletivas. Mesmo com o recrudescimento de fundamentalismos de todo tipo e na sua contramão, a consciência coletiva de humanidade, que não conhece fronteiras e abarca o mundo, vem se transformando em elemento de referência para a diversidade de sujeitos coletivos, dos mais variados movimentos sociais, de mulheres e homens, jovens e velhos, camponeses e indígenas, moradores de favelas e operários, migrantes e ativistas globalizados. Essa consciência torna prático o conceito filosófico de humanidade e lhe dá uma clara dimensão política. Renovam-se as formas e as culturas do fazer política com base em tal consciência. A impressionante expansão de novos movimentos de cidadania, que aglutinam e articulam diferentes atores sociais, em redes e campanhas de dimensões planetárias, tem muito a ver com o que podemos chamar de nova consciência de humanidade. Afinal, a igualdade humana na diferença passou a ter sentido e a juntar em vez de dividir. Isto impacta diretamente a luta por direitos humanos, sem dúvida. Não elimina racismos e xenofobias, nem preconceitos de superioridade, mas os torna totalmente incompatíveis com a forte consciência de humanidade que se enraíza nas diferentes culturas.

04

Um outro elemento fundamental, de especial importância para se pensar o direito ao desenvolvimento, é a força da consciência sobre o bem comum maior que temos: o planeta Terra como base de nossa vida. Num período curto de tempo, passamos de uma atitude meramente utilitarista dos recursos naturais, de extração pura e simples, sem limites, a uma atitude de uso sustentável e de acesso compartilhado, conservando e renovando para todas e todos, no presente e no futuro. Novamente, estamos apenas falando de compreensão e consciência do patrimônio comum ambiental, agora cada vez mais visto como um direito de todos os seres humanos. Lembramos, porém, que grandes movimentos de opinião precedem sempre grandes mudanças históricas.

05

Estes dois elementos somados – e eles necessariamente tendem a se integrar – constituem as bases principais para a emergência da sociedade civil e de uma cidadania de dimensões planetárias. Tanto um como outro nos obrigam a rever conceitos e práticas de desenvolvimento e até as próprias noções, culturas e estruturas políticas que lhe dão suporte. As ideias de autodeterminação e soberania, assim como de democracia, de bem coletivo e espaço público, não são aquelas legadas pelo passado e que influíram muito no debate sobre direitos humanos na segunda metade do século passado.

06

No plano interno, o crescimento econômico puxado pelas exportações traz, indiscutivelmente, mudanças, gera empregos, permite novos investimentos, mas não alterna um perfil estrutural de um desenvolvimento concentrador de riquezas, incapaz de incluir democraticamente setores marginalizados do campo e da cidade, além de agravar a destruição do diverso patrimônio natural do país. O melhor exemplo é a expansão do agronegócio e dos ‘desertos verdes’ de soja, pasto e eucalipto, que condicionam a estratégia brasileira nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e deixam em segundo plano um programa fundamental como o da Reforma Agrária. Além do mais, as novidades do governo petista em políticas sociais, como o Bolsa Família, a constituição das Secretarias Especiais dos Direitos Humanos, da Mulher e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as iniciativas na área da educação como a valorização do ensino médio e a Reforma Universitária, com a recuperação da universidade pública e regulamentação da desenfreada privatização no setor, todas louváveis, esbarram na lei de ferro da prioridade do superávit primário e do pagamento de credores da dívida pública, que limitam os chamados gastos sociais a meras políticas compensatórias. Novamente há uma agenda na mesa política que é, sim, de desenvolvimento, mas um velho estilo de desenvolvimento, onde o fundamental é crescer para depois distribuir. Preservam-se, assim, os interesses e as forças fundamentais de manutenção de uma estrutura e um processo desenvolvimentista nada democratizador em sua essência.

07

Vivemos um momento crucial para definir o Brasil que queremos. Temos diante de nós a possibilidade de fincar as bases de um modelo de desenvolvimento que tenha a democracia e os direitos como suas forças de indução, rompendo o histórico divórcio entre economia e sociedade. Mas, ao mesmo tempo, somos empurrados por relações, estruturas, processos, interesses e forças, internos e externos, para um modelo de desenvolvimento que retoma e aprofunda uma economia concentradora de riqueza e poder, socialmente excludente, destruidora dos bens comuns. As dificuldades de emergência da opção que radicaliza a democracia está nos levando naturalmente para a aceitação, como que inevitável, de uma agenda de crescimento a todo custo, medido pelo PIB, comércio e lucro, cuja manutenção depende do pagamento da dívida pública a um punhado de credores e não do resgate da dívida social, ou seja, um desenvolvimento puxado segundo os interesses de grandes corporações e suas estratégias globais. Superar esse impasse é o desafio para a democracia brasileira. Não enfrentar tal impasse pode nos levar a uma crise ainda maior. Pior, a própria democracia corre grande risco, limitada ao seu formalismo representativo, incapaz de gerar uma nova sociedade cidadã e participativa, responsável, justa e solidária, diversa e sustentável.

08

O momento, mais uma vez, é de inovar com ousadia, reconhecendo os novos desafios para a democracia no Brasil, hoje num contexto de maior abertura ao mundo e de interdependência gerada pela globalização. Isso de imediato nos remete para as grandes questões do país em um panorama internacional. Trata-se de perguntar: que Brasil o mundo precisa e a democracia brasileira pode produzir?. Trata-se, ainda, de repolitizar o tema do desenvolvimento, da economia, da vida, com uma perspectiva radical de direitos e de democracia.

09

O fato é que para pensar e construir outro Brasil, precisamos pensar o mundo e para pensar e edificar outro mundo, também é necessário pensar o país. Isso muda radicalmente a perspectiva para onde olhar e como olhar se queremos ver, entender, propor e agir. Essa mudança implica em rever conceitos, análises e propostas, em particular para todos e todas que se pautam pelos direitos humanos e pelos valores fundantes da democracia como base da vida em sociedade.

10

As turbulências políticas da conjuntura brasileira, por mais graves que sejam, não conseguem encobrir os enormes desafios que temos pela frente. Vivemos nas últimas duas décadas, assim como os povos vizinhos da América do Sul, uma aventura fundamental: a redemocratização. Assistimos à emergência dos mais diversos sujeitos sociais, com novos e vibrantes movimentos dos muitos antes sem identidade e voz, alargando e fortalecendo o tecido social e a capacidade de intervenção de uma cidadania ativa na afirmação e conquista de direitos. Ao mesmo tempo, foi sendo moldada uma institucionalidade política do Estado de direito para desmontar o autoritarismo e criar condições para a participação democrática. Foi, por isso, um extraordinário processo de reconquista de liberdades e instituições democráticas, de construção de espaços de participação e concertação política, de formulação de demandas de inclusão econômica e cultural, de maior justiça social e de mudanças profundas. Entretanto, começam a ficar claros os sinais de esgotamento desse ciclo democratizador. Para além da crise política brasileira, a questão de fundo são os limites da própria onda portadora de democracia, incapaz de ir muito além de um modelo formal representativo e de desafiar e transformar o poder, a estrutura, as relações, os processos e as políticas em que se baseia a sociedade e o seu desenvolvimento econômico. Como resultado, continuamos a ser uma economia emergente e um poder ascendente na geopolítica do mundo, mas que se alimenta internamente na manutenção da exclusão e desigualdade social, no racismo e na violência, e num sistemático extrativismo do patrimônio natural que o Brasil possui. A democracia brasileira, até aqui, apesar dos enormes ganhos, não consegue incluir todas e todos nos direitos humanos e produzir uma base econômica justa, solidária e sustentável, nem um poder político mais participativo, mais cidadão.

11

Como se trata de iniciar um processo de reflexão, análise e debate, a iniciativa não está sendo pensada como expressão de uma posição teórico-metodológica já claramente construída. Acima de tudo ela será uma busca, o teste de uma hipótese de trabalho, que, se espera, estimule um processo de produção intelectual e política de longo alcance. Um objetivo básico é apontar uma agenda ousada, olhando o futuro. Trata-se de um esforço de construir pensamento para a ação, para os emergentes movimentos e organizações de cidadania de dimensões planetárias, mas sempre localizados em realidades econômicas, políticas e culturais concretas.

12

Ao longo dos anos, diferentes instituições, redes e fóruns pelo mundo vêm realizando um esforço sistemático de investigação, análise e troca. Existe um acúmulo de indagações, rupturas, críticas, com pressupostos diversos, num esforço de revisão de ideias e propostas, de muitos e muitas diante da crise de paradigmas do passado e de suas experiências históricas, bem como diante da avassaladora hegemonia do pensamento único neoliberal, com seu fundamentalismo de mercado. A busca continua e cada vez mais se torna evidente a importância de por em diálogo, confronto e sistematização o que foi acumulado.

13

Os elementos a seguir não devem ser tomados como impositivos ou únicos. São pistas, apenas sinalizações do quadro de referência que precisamos construir coletivamente. Há por trás de tais elementos, sem dúvida, a convicção de que é possível organizar as sociedades a partir de uma perspectiva em que os direitos humanos e seu correlato, a democracia em todas as relações, se sobrepõem às lógicas do mercado e do Estado.

14

O desenvolvimento capitalista, exacerbado na sua versão global neoliberal, na busca do lucro privado a todo custo, cria estruturas e processos econômicos, de poder político e culturas de exploração e domínio do capital que têm no centro o produtivismo e o consumismo como valores máximos a serem alcançados através de uma desenfreada competição entre pessoas, empresas, setores, países. Como base científica e técnica deste desenvolvimento, destaca-se o fato de fazer crescer a riqueza, mas contra nós – pela exploração, exclusão e desigualdade social – e contra o bem comum maior, o patrimônio natural, num verdadeiro extrativismo destruidor. Mas a experiência do socialismo real, centrada na capacidade planificadora e executora do Estado, tanto em termos de organização produtiva, quanto de distribuição dos bens e serviços, em nome da justiça social, mostrou seus enormes limites em termos de desenvolvimento. A sua base científica e técnica também estimulou o produtivismo a todo custo e a consequente destruição ambiental, sem contar que suas conquistas em termos de justiça social não são sustentáveis, exatamente por falta de ativa participação cidadã. Ainda vale destacar que, em ambos os modelos, a questão

da cidadania e dos direitos humanos, bases de uma democracia radical, não estão presentes. O que importa, porém, é o fato de tais modelos, como paradigmas, serem ainda hegemônicos e funcionarem como estruturas mentais subjacentes, verdadeiros códigos de referência para o pensamento e a ação. Literalmente, precisamos descolonizar nossas cabeças, libertar-nos das categorias analíticas e teóricas do eurocentrismo, mesmo o de esquerda. Em oposição à lógica desencadeada por estes modos de pensar o desenvolvimento, suas políticas e as relações sociais e processos que prioriza, afirma-se aqui o primado dos valores da igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação cidadã, tendo como referência todos os direitos humanos para todos. Um aspecto fundamental na construção de paradigmas novos, com novas culturas políticas democráticas para o desenvolvimento, é articular e fundir a ideia da busca da mais ampla igualdade com radical respeito à diversidade que nos caracteriza como seres humanos e nossas culturas, bem como a natureza, seus recursos e biodiversidade, que compartilhamos.

15

Um princípio fundamental, em tal perspectiva, é partir da afirmação que homens e mulheres, em sua condição de detentores de direitos e de cidadania, são capazes e responsabilmente podem construir a história, a sociedade, a economia, o poder. Para isto, é fundamental resgatar e reinventar a política, o espaço público de debate e disputa, a afirmação da prioridade do bem comum e público sobre o individual e privado, ou seja, da política sobre os mercados. Mas política aqui não fica limitada ao estatal. Trata-se de politizar todas as relações, na economia, na comunidade, na cidade, na cultura, no poder, na apropriação e uso da natureza, enfim, na vida.

16

Estamos diante de realidades complexas, com muitas e diversas culturas e, portanto, com várias identidades e alternativas possíveis. Os próprios sujeitos sociais da promoção da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento são diversos. Não existem protagonismos *a priori*. É no processo de disputa que se constrói a democracia como modo de vida e organização do poder e se definem as prioridades de desenvolvimento. Nesse sentido, temos muito a aprender com os movimentos feministas, que buscam construir subjetividades alternativas como condição para novas formas de participação e organização social. A partir desses movimentos, somos levados a perceber dimensões de raça, gênero e orientação sexual com a mesma importância que anteriormente se atribuíam a relações de classes sociais. A radicalidade de uma perspectiva fundada nesta dimensões repõe em outro plano a questão dos direitos humanos, da responsabilidade cidadã, da democracia e do desenvolvimento das sociedade, capaz de incluir a todas e todos.

17

Devido a isso, os espaços de disputa política e definição dos rumos democráticos e do modelo de desenvolvimento são diversos. Tratam-se de espaços de experimentação, de novos modos de organização e convivência humana, de novas formas de família e sociabilidade, de emergência de novos direitos. É fundamental debruçarmo-nos sobre as alternativas embrionárias, marcadas pela capacidade decisória de seus participantes, baseada na corresponsabilidade coletiva, na coesão social e na ação solidária. Os pressupostos aqui levantados implicam em outra sociedade, outra política e outra economia para frear tanto o absolutismo do mercado, quanto o poder estatal absoluto e abrir condições para a plena realização das capacidades humanas.

18

Pensar em um quadro de referência a partir das premissas aqui anunciadas é construir a temática do desenvolvimento à luz dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. Questiona-se o crescimento e o progresso como expressões de desenvolvimento e afirma-se a centralidade dos direitos e dos bens comuns, numa perspectiva de inclusão de todos e todas e de cidadania ativa. Por isso, tal enfoque prioriza a análise das potencialidades democratizadoras contidas nas disputas e nos conflitos sociais gerados pelo processo em curso, como espaços de prática cidadã e responsabilidade coletiva, de emergência e garantia de direitos a que os diferentes sujeitos sociais, a economia e o mercado, Estado e o poder político devem responder.

DEFININDO RUMOS

Desde o começo, o coletivo decide mostrar à Oxfam Novib a importância em dar continuidade ao debate iniciado em junho de 2007, durante o primeiro encontro do Grupo Pedras Negras. Já no segundo encontro, ocorrido nos dias 24 e 25 de outubro do mesmo ano, o GPN se conscientiza de que não tem a solução para as questões apresentadas pela Oxfam e que era necessário, ao mesmo tempo, uma discussão sobre a cooperação e o financiamento de organizações no Brasil.

Nesse momento, diversas organizações passavam por cortes significativos de financiamento. Havia a consciência de que a cooperação passaria por mudanças. A proposta do Grupo não era defender o financiamento, mas perceber para onde as organizações estavam caminhando, que tipo de parceria seria possível com a Oxfam e que modelo de desenvolvimento essas organizações vislumbravam. A partir dessa definição, o GPN passa a discutir o modelo de desenvolvimento, democracia e o futuro da cooperação. A partir daí, o Grupo ganha uma densidade política-intelectual e recupera o debate sobre as questões que envolvem as organizações de cidadania ativa.

O segundo encontro, realizado na sede do Pólis, em São Paulo, é que dá o tom e define o trajeto a ser seguido pelo GPN. A reunião leva os participantes a refletir sobre a atuação das organizações: 'quem somos' e 'para onde vamos' são os temas que direcionam as falas. Segue abaixo o debate realizado em outubro de 2007, no encontro que definiria as ações para o ano seguinte.

NÓS, COMO ORGANIZAÇÕES, E O CAMPO DEMOCRÁTICO-POPULAR A QUE PERTENCEMOS

- 1. Temos uma marca de origem na luta contra a ditadura e no processo de democratização do Brasil nas décadas de 1980 e 1990.** Nesse processo, conseguimos criar uma identidade coletiva de ONGs e, previamente à conferência Eco-92, mais precisamente em 1991, fundamos a Abong. Foram debates fundamentais para a constituição do nosso campo, como parte do campo democrático-popular, com movimentos sociais, organizações populares e sindicatos, todos na base do PT. Tivemos presença destacada na Constituinte, na Eco-92, no Movimento pela Ética na Política e na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Já no início desta década (de 2000), fomos capazes de contribuir de forma fundamental para a emergência do processo Fórum Social Mundial. Nos anos recentes, no entanto, estamos diante de uma onda que visa criminalizar a atuação das ONGs e ameaça a nossa própria existência. Por um lado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as ONGs e o debate predominante na grande mídia, que juntam todo tipo de organização social num mesmo conjunto de ONGs, buscam minar a imagem e deslegitimar a nossa atuação. Por outro, a mudança na cooperação internacional – um pressuposto dado de nossa existência quando da criação da Abong – e a recente valorização do real afetam as condições financeiras de organizações de cidadania ativa e de direitos humanos, como as nossas.
- 2. Quem somos, afinal? Uma revisão profunda se impõe.** Como poderemos nos requalificar para trazer uma contribuição necessária nesse momento? Precisamos nos ressituar no Brasil e no mundo. Temos a inspiração do Fórum Social Mundial a nosso favor, a nossa atuação, as campanhas que fazemos, tudo é objeto de estudos acadêmicos, mas não soubemos nos apropriar desse nosso patrimônio. Precisamos de uma criação coletiva de novo pensamento estratégico, temos capacidade para isso. Precisamos somar esforços, atuar coletivamente para uma incidência política maior. Como agimos? Qual o nosso papel no campo democrático-popular? Precisamos nos pensar como atores sociais e não só como analistas diante dos desafios. Hoje se impõe uma reconstrução do campo político democrático-popular. Qual a nossa relação com a política e os partidos? Por que temos dificuldade em 'bater' nas contradições e limites revelados pelo governo do PT? As nossas expectativas foram grandes e, diante do que vem acontecendo, ficamos um tanto paralisados. Está faltando mais disputa, embates com o governo e com o sistema político-parlamentar. Falta o contraponto da sociedade civil, lugar em que podemos contribuir.
- 3. Para nos reconstruir como atores sociais específicos, no campo democrático-popular, é inevitável olharmo-nos a partir do mundo.** Somos parte da emergente cidadania planetária. Na reconstrução de nossa identidade será necessário revisar nossas propostas, formas de intervenção e de organização. Temos que trabalhar a identidade na diferença: nós e os outros atores sociais do campo democrático-popular, que precisamos reconhecer como tais; nós e os partidos, nós e o Estado, nós e as empresas. Precisamos trazer ao centro as bases éticas e políticas da relação e suas implicações para a nossa identidade. Precisamos

questionar radicalmente a geleiá geral do ‘terceiro setor’. Uma possibilidade de avançar neste aspecto é nos assumir como arautos de utopias, de esperanças. A disputa de argumentos – e, portanto, a produção de argumentos de qualidade ética, política, teórica e prática, é indispensável – é nosso papel como agentes de humanização, de radicalização da democracia.

4. **Revisitar nossas apostas depois de mais de duas décadas de democratização.** Ver o que acertamos e erramos. Tivemos muitas vitórias, encontramos eco na sociedade e nós mesmos nos víamos como parte de processo de democratização que parecia, com suas indas e vindas, irresistível. Não percebemos a onda conservadora que foi se gestando e tomando conta de amplos setores sociais e forças políticas no bojo da globalização econômico-financeira, da liberalização total, das privatizações e da reeducação do Estado. Deixamos de lado o debate da cultura e contracultura, da disputa de hegemonia cultural e temas fundamentais como racismo, violência, juventude e religião foram marginalizados em nosso pensar e agir. Fomos prisioneiros de nossos próprios reducionismos na economia e na política. Hoje carecemos de um pensamento próprio sobre desenvolvimento, sobre poder.

5. **Falta-nos um olhar crítico sobre nossas próprias hipóteses.** Nossa retórica não tem mais fundamento. Nossas apostas muitas vezes não dialogam com a realidade. Estamos com visões arcaicas. As nossas hipóteses eram virtuosas, mas a realidade, não. Quais os caminhos da democratização? A democracia é radicalizável no contexto do capitalismo? Que derrotas tivemos na aposta de ‘democratizar a democracia’? Fizemos uma leitura linear da realidade e acabamos subestimando a sua complexidade. Mas isso tudo não está pondo em questão os próprios fundamentos de nossa existência? Afinal, nascemos como parte de uma mudança nas estratégias das esquerdas na América Latina, de conquista revolucionária do Estado, como condição de fazer a justiça social, para a construção da democracia radical como método de mudança do capitalismo e edificação de sociedades includentes, participativas, justas e sustentáveis. Estamos duvidando de nossa opção originária? O que está em questão é a análise das condições e não a opção estratégica da democracia. Em todo caso, precisamos revisitar essa questão fundante. Se no decorrer de nossa história como organizações os nossos vínculos com a sociedade civil mudaram, nossa identidade necessariamente também mudou. Somos muito diferentes das décadas de 1970, 1980 e 1990.

6. **A reafirmação de nossos fundamentos é condição *sine qua non*.** Mas também temos que avaliar o método de nossa atuação. Criamos e acumulamos a capacidade, mas qual o melhor modo de usá-la? Falta-nos ousadia, como a que tivemos em diversos momento. Quando começamos, lá no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, havia um sequestro da política e ajudamos a libertá-la. Hoje há um novo sequestro, mas dessa vez pela nossa incompetência. Estamos errando por não operar em sintonia com a realidade, apegados às coisas do passado. Uma ruptura se faz necessária, apostemos em algo novo. Este olhar de perplexidade é mais nosso ou decorre da conjuntura? Na realidade, por alguma razão, romperam-se os nossos laços com sujeitos coletivos, nos fragilizamos. A Abong perdeu espaço. A crise está dentro de nós. Em todo caso, temos ainda muito peso como ONGs e não podemos subestimá-lo. O importante é nos diferenciar.

- 7. O caminho é esse: enfrentar a crise com ousadia, imaginação, libertando-nos de velhos paradigmas.** Revisar e ressituar ideias, análises e propostas. Somos arautos de utopias, disputamos sentidos, hegemonia, produzimos significados. Nosso trabalho se encontra no limite da radicalidade. Resgatemos o melhor de nós mesmos para tornar visíveis os invisíveis, para dar voz a quem não tem voz. Produzamos conhecimento diferente, estratégico, voltado à ação transformadora. Isto nos diferencia das universidades: o pensamento engajado na construção da radicalidade democrática. Nosso dever é construir pontes, fazendo o amálgama da diversidade, dos excluídos política e economicamente com os incluídos, gerando novas bases de existência. Somos nada sem fóruns, redes e coalizões. É aí que devemos definir e construir novos paradigmas de inclusão, de participação, de justiça social e sustentabilidade.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS A ENFRENTAR PARA DEFINIR NOSSO RUMO

- 1. Uma discussão urgente é sobre o Brasil e a América Latina no mundo.** Nos anos 1990, enquanto apostávamos no ciclo das grandes conferências da ONU e no multilateralismo, a globalização econômico-financeira a serviço das grandes corporações se impôs ao mundo todo. Não foi a agenda das conferências e do multilateralismo que prevaleceu, mas uma centralidade dos mercados e uma enorme fragilização de regulação política pelos Estados. Isto deu margem a emergência de novos tipos de enfrentamento pela sociedade civil organizada, contra as propostas neoliberais. Esse processo deu origem às bases de resistências de alcance planetário, reunindo a diversidade de sujeitos e culturas, de norte a sul, de leste e oeste, e acabou levando ao Fórum Social Mundial. Mas a globalização também deu origem à uma lógica de terror e guerra. O unilateralismo militarizado dos EUA paralisa o mundo e alimenta uma grande onda conservadora, impedindo que se enfrentem os urgentes problemas, hoje planetários, da exclusão social, pobreza, desigualdade, violência e destruição ambiental, ameaçando o próprio futuro da humanidade. Isto implica em rever paradigmas analíticos e agendas. Qual o futuro do multilateralismo e da ONU? Como nos posicionar diante da nova geopolítica, com emergência de novos atores, conflitos e blocos regionais? Que Brasil o mundo precisa?
- 2. Em tal debate não podemos deixar de enfrentar a questão dos Estados nacionais e da soberania, dos povos e dos territórios, da autonomia local e da interdependência planetária, da diversidade social e cultural e das bases de uma nova cultura política, sem protagonismos.** E temos a questão da América Latina, com seu mosaico de culturas e experimentos políticos diferenciados. Na verdade, a esquerda latino-americana não discute o chavismo. Aliás, o mundo olha para a América Latina como um campo de experimentos, mas trata-se de um campo de debate. O Brasil foi visto como vanguarda de

mudanças, mas as políticas do governo Lula não caminharam nesse sentido. Há mais avanços hoje fora do Brasil. E a questão do Banco do Sul, como a vemos? Mas temos um grande tema, o da segurança e da violência em territórios urbanos, onde estão os enormes contingentes de pobreza, verdadeiros territórios sem soberania. Por que não conseguimos trazê-lo ao centro de nossos debates e atuação?

- 3. Um dos temas centrais para a nossa atuação, atualmente, está ligado ao desenvolvimento.** Será que não chegou a hora de por em questão tudo o que o desenvolvimento implica? A combinação de exclusão social, pobreza e desigualdades cada vez maiores, com a massiva destruição ambiental, estão na base do desenvolvimento. Capitalismo e socialismo não se diferenciam quanto à base industrial, produtivista e consumista. Estamos diante dos sinais de crise da civilização que emana da revolução industrial, que foi incapaz de resolver os problemas da humanidade e, além disso, está destruindo a natureza, base de toda a vida. Retomar o debate do desenvolvimento é voltar à questão do acesso a recursos e dos modelos de organização e funcionamento das economias para sociedades justas, includentes e sustentáveis. A realocização das economias é uma das questões que surgem, indo na contramão da globalização, do mercado mundial, da integração regional. Temos que pensar profundamente em alternativas e deixar de radicalizar o mesmo, ou seja, radicalizar o desenvolvimento como condição de incluir. Esse é um grande embate político para organizações como as nossas, que envolve dimensões científicas e técnicas, econômicas, culturais e acaba sendo eminentemente de princípios e valores éticos e mesclado por questões de ordem ideológica. Desenvolver capacidade de produção de novos indicadores de riqueza, de qualidade de vida, de 'boa vida', é um ponto necessário na nossa estratégia ressituar-mos no contexto brasileiro, latino-americano e mundial e participar da construção de sociedades includentes.
- 4. Hoje, para nós, o debate da democracia talvez seja o mais estratégico, pois começam a surgir dúvidas sobre a sua eficácia diante do capitalismo.** A onda de democratização no Brasil e na América Latina foi fundamental, mas os limites são claros. A democracia como estratégia de mudança marcou profundamente nosso modo de atuar. O esgotamento da onda que criou a institucionalidade dos Estados democráticos precisa ser diagnosticada por nós. Não basta atribuir os problemas à democracia liberal, pois a nossa estratégia foi sempre de radicalizar a democracia, tornando-a mais includente. O que nos falta para dar vitalidade a esse projeto de mudança? Como proporcionar as condições de uma nova onda de democratização? Quais as questões mobilizadoras? Em quais articulações, redes, fóruns e iniciativas devemos participar? Com quais sujeitos coletivos? É aqui que a questão do bloco democrático-popular e a nossa participação nesse processo adquire um sentido novo, exigindo novas posturas e estratégias de nossa parte. Democracia é uma tarefa de paciência, mas com ousadia, idas e vindas, altos e baixos. Precisamos conquistar corações e mentes para os princípios e valores éticos e para o método democrático de construção política de sociedades justas, participativas, includentes e sustentáveis. Precisamos contribuir para criar um ambiente favorável à disputa democrática, um grande movimento de ideias, irresistível, que propicie a emergência de uma nova onda radicalmente democratizadora entre nós. Temos bagagem para isso e essa é uma tarefa inadiável para nossa refundação como organizações cidadãs e para recuperar nossa capacidade de incidência político-cultural.

RECRIAR AS NOSSAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

- 1. O bom desse processo de debates, que iniciamos a partir das questões levantadas pela Oxfam Novib sobre o futuro da Oxfam Internacional Brasil, é que nos pusemos a pensar sobre nosso próprio futuro e as bases que precisamos criar para isso.** Reconhecemos a importância e a novidade de tal iniciativa, num contexto de profunda mudança da cooperação internacional, em particular em relação ao Brasil e América Latina. Nenhuma outra organização nos propôs uma discussão de tal tipo, nem mesmo para seus parceiros mais imediatos. No entanto, precisamos garantir que a iniciativa de reflexão estratégica, debates e propostas para o futuro em que estamos nos engajando, não leve a um isolamento do nosso campo de atuação ou ao esvaziamento da Abong.
- 2. A crise de financiamento que se abate sobre as ONGs brasileiras não é algo isolado ou que explique por si só o esgotamento de um modelo de existência e atuação, como o debate do próprio GPN mostra.** No entanto, o financiamento em si é uma grande questão para nossa refundação. Precisamos partir do fato que o pacto da cooperação – tão importante na nossa origem e nas décadas de 1980 e 1990 – não é mais um pressuposto do que somos e como agimos, mas ainda é um elemento estratégico. Precisamos aprofundar o sentido da cooperação, recebendo, mas também oferecendo, pois isso nos dá uma dimensão mais internacionalista, de caráter mundial, de parceiros e ativistas planetários. Pela cooperação entre sociedades civis de diferentes lugares e culturas e a solidariedade construída nesse processo, acabamos incorporando uma agenda mais humanitária e cosmopolita. Subsidiariamente, a cooperação em termos de financiamento ainda pode ser fundamental para a própria autonomia do nosso agir local, na promoção das questões que ficam de fora, de tornar visíveis os invisíveis, de dar voz a quem não tem voz, de radicalizar a democracia. Para esse debate é fundamental que contemos com a participação das próprias agências de cooperação.
- 3. Uma questão intrinsecamente ligada a isso é a politização da disputa de recursos na sociedade brasileira.** O acesso a recursos públicos é ainda algo muito complicado, não pela falta de recursos, mas pelas bases em que a relação de financiamento com o Estado é estabelecida. A criminalização, como apontada pela CPI, vai nesse sentido, mas é nosso dever entrar no debate sobre recursos públicos e privados, pois esse é um campo de democracia e de cidadania, de direitos e responsabilidades. Tornar pública a nossa atuação, dar mais visibilidade e consistência às nossas mensagens, avançar em termos de gestão pública dos recursos que arrecadamos, com eficiência e transparência, são pré-condições de tal disputa. Portanto, consideramos que ainda temos uma grande agenda de trabalho imediato.

- 4. Nós somos voluntaristas.** Apesar da crise de sustentabilidade, vamos além daquilo que os nossos recursos permitem. Talvez uma grande oportunidade que o GPN nos dá é de definir projetos conjuntos, em consórcios ou redes de parceiros. Será que não é hora de começarmos a pensar em fusões entre nós? Conhecemos e avaliamos pouco as estratégias inovadoras que cada organização desenvolveu para se viabilizar. Precisamos compartilhar mais nesse campo. Além do mais, projetos conjuntos nos dão maior poder de impacto e, conseqüentemente, mais visibilidade, gerando novas condições para a sustentabilidade de nossa existência.

- 5. Toda a questão do financiamento e da sustentabilidade é urgente, mas não podemos enfrentá-la somente de forma pragmática e oportunista.** É em relação aos outros debates, e como parte deles, que precisamos situar o financiamento e a sustentabilidade. É nesse quadro amplo que podemos contribuir para o próprio redesenho da cooperação e, em particular, para o que pensamos que possa ser uma Oxfam Internacional Brasil.

- 6. Como participantes do Grupo Pedras Negras, não podemos continuar apenas no brainstorming feito nesses dois encontros.** Para que a iniciativa nos permita criar condições de futuro, inclusive de financiamento e sustentabilidade, precisamos montar um programa de trabalho com temas bem identificados. As entidades que iniciaram este processo devem assumir a responsabilidade de contribuir com documentos escritos, para que os encontros e as discussões avancem de forma mais sistemática e consistente. Será fundamental, ainda, envolver outras organizações e, em particular, estabelecer uma clara relação com o grupo diretivo da Abong. Mesmo que tenhamos três entidades participantes do GPN com membros na direção da Abong, é nossa responsabilidade como coletivo garantir que a iniciativa contribua também para as reflexões do conjunto de entidades associadas, sem tensões ou mal-entendidos.



NOVOS DESAFIOS

Nos três primeiros encontros do Grupo Pedras Negras realizados em 2008, nos meses de março, junho e agosto, foram levantadas as expectativas do grupo e os métodos que seriam estabelecidos para as discussões coletivas. Na reunião dos dias 27 e 28 de março, em Rio Bonito, no Hotel Pedras Negras, também foram levantadas as práticas e acúmulos das organizações que integram o GPN e debatidas questões como a crise econômica e seus paradigmas, a cooperação internacional, a identidade do Grupo e a questão do desenvolvimento, além das apostas para o presente e futuro das organizações de cidadania ativa.

Já no encontro que aconteceu nos dias 12 e 13 de junho, em Atibaia, no interior de São Paulo, dando continuidade às discussões de março, foram debatidos os desafios e como repensar o modelo de desenvolvimento de forma que leve em conta também a construção de um poder contra-hegemônico e democrático. Outro tema, sempre presente, foi a discussão sobre a sustentabilidade político-financeira das organizações.

Na reunião de agosto, nos dias 21 e 22, novamente no Hotel Pedras Negras, em Rio Bonito, levando em conta as discussões dos encontros anteriores, realizou-se uma avaliação da situação atual, com destaque para a crise do campo democrático-popular, a crise de identidade das organizações não governamentais e os limites da democracia. Nos debates sobre as apostas e desafios colocados entraram em pauta as necessidades de radicalização da democracia, de interação com os movimentos sociais e um plano de estratégias para alcançar esses objetivos.

A seguir, apresentamos a sistematização desses encontros que levantaram os novos desafios do Grupo Pedras Negras e das organizações de cidadania ativa em geral.

ENCONTRO MARÇO 2008

[SISTEMATIZAÇÃO DA REUNIÃO DOS DIAS 27 E 28 DE MARÇO DE 2008, EM RIO BONITO, RJ]

SOBRE AS EXPECTATIVAS DESSE GRUPO E O MÉTODO

- Essa é uma oportunidade de trocar indagações e dúvidas. Esse trabalho exige maior obrigação de seguir uma agenda rígida.
- Estamos num contexto de ameaça global e temos que nos perguntar por onde seguir.
- O tema da cooperação é importante nesse contexto, mas é um problema que vem depois dessa primeira discussão sobre o nosso papel e lugar nesse momento crítico dentro e fora do Brasil, a crise da relação entre os atores, a própria noção de ONGs (da qual tratou bem Jorge Eduardo) e de partidos políticos, a nossa opção democrática (revisitar as opções e seus limites e acertos), a sustentabilidade das organizações da sociedade civil (a Abong), as mudanças na geopolítica e os impactos sobre a cooperação.
- Não sabemos aonde isso tudo vai nos levar, mas essa discussão tem que ser a mais franca possível, o que inclui o diálogo com a Abong. Dada a crise nas nossas entidades, isso se constitui num problema de ordem política para todos. Aqui é mais um espaço para tentar aprofundar isso tudo. É uma oportunidade de nos colocarmos no foco dessa discussão sobre desenvolvimento, América Latina e nossa história recente.
- As questões já estão mapeadas e não são poucas. Só precisamos equilibrar mais as visões e acúmulos positivos, para nos distanciarmos da tentação do pessimismo da conjuntura. Devemos lembrar que historicamente também operamos no ambiente da utopia (ela transcende nossa existência material).

SOBRE AS NOSSAS PRÁTICAS E ACÚMULOS

- Durante muito tempo, focamos nossa visibilidade naquilo que fizemos bem. Hoje, devemos reconhecer que o contexto transcende a nós e ao nosso papel, o que exige dimensionar melhor nossas forças no campo geral das relações (perguntas sobre impactos de nossa ação têm sentido nessa indagação).
- Devemos nos perguntar o que nós não estamos fazendo para alterar essa correlação de forças, quais os novos atores que surgem e suas inovações. E perguntar também o que aconteceu com a cooperação nesse processo (o '11 de setembro dos EUA', por exemplo, teve impacto sobre a cooperação)
- Nós estamos vivendo um período da história política que é uma quarta etapa que, na década de 1960, começa com muitas verdades. A segunda etapa (1970, 1980) foi um período de muitas incertezas e saímos com muitas derrotas, mesmo com o desafio de repensar o país e sua reconstrução (educação popular e os grandes temas ressurgem, como a democracia, novos partidos, movimentos sociais, campo democrático-popular).
- Nesse momento nós temos que nos abrir e não nos fechar. Ouvir mais e prestar atenção nas novas gerações, reafirmando valores, buscando discutir quais são os instrumentos de atuação (será que ONGs são o instrumento para os dias de hoje?). A sensação é que estamos agarrados nos princípios e nas formas. Talvez devamos inverter essa posição.

- Nosso perfil é ímpar para fazer certas reflexões que a academia não é capaz de fazer, pois falta a ela a inserção política para propiciar a problematização.
- Os temas que elencamos – o desenvolvimento, por exemplo – são aqueles que não conseguimos problematizar, portanto, precisamos mergulhar neles.
- É satisfatório pensar que nós escolhemos um papel: o de defesa da sociedade brasileira. De alguma forma, temos ligado teoria e prática na ação e não podemos perder esse enorme patrimônio. Devemos registrar de forma sistemática as práticas das ONGs nesses últimos trinta anos. Podemos criar um banco de dados. Outro desafio deve ser nossa dedicação à construção e ressignificação de novos conceitos, assim como desenvolver a comunicação do que somos e como atuamos para o grande público.
- É preferível considerar a hipótese que diz que nós estamos indo numa direção em que os desafios são tão grandes que, necessariamente, deveremos trabalhar em rede para aumentar a escala de nossa capacidade de intervenção.
- Precisamos ser mais organizados.
- Sobre as heranças, devemos tomá-las como molas propulsoras e não âncoras. Devemos ser um círculo de confiança no qual pensemos em temas que afetem nossas práticas políticas. Precisamos de um lugar para fazer isso que não tenha uma agenda política prévia que oriente e limite suas ações.

SOBRE A CRISE E SEUS ANTAGONISMOS

Nossa discussão é muito difícil pelo método, não pela política. Não termos um compromisso para chegar a um lugar definido é um campo de liberdade, mas também pode ser o da perdição. Ou seja, o método é complexo para essa equalização, pois discutimos desde uma crise geral do contexto, teórica, conceitual, paradigmática, até a crise de sustentabilidade e financeira das organizações (crise de sentido). Há antagonismo nessa visão de sentidos: lá fora a América Latina é vista como tendo completado a sua missão com a instalação de democracias, e de outro lado, a ideia de que somos uma potência econômica que nos permite, inclusive, resolver o problema dos outros. Como trabalhar com desenvolvimento econômico e a manutenção das desigualdades? Como pensar o internacionalismo se prevalece nas relações internacionais o Estado nação?

SOBRE OS PARADIGMAS

Somos originários de paradigmas e crenças que hoje nos sufocam: Estado – como idealização do lugar do desenvolvimento e de ampliação da democracia; Partido – como lugar das alianças e equacionamento das forças moleculares da sociedade nessa suposta ampliação democrática da vida; Sustentabilidade – como ideário de aderência profunda sobre o futuro; Cooperação – como modo de operar nossas crenças e sinergias globais; Ética – como valor normativo do nosso modo (e de nossos interlocutores) de agir no mundo, quando na verdade ela se constituiu apartada da política e servindo como meio para avaliar os outros.

SOBRE A AÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA DE NOSSOS COMPROMISSOS

- Outra nota sobre o debate da teoria da ação e da comunicação ética e pública (que parece ser um dos nossos maiores gargalos): pensar a comunicação, sua dimensão ética em relação ao grande público não associado e não formador de opinião e a questão relativa à nossa nitidez política.
- Economia da cultura: se economia é produção e reprodução da vida, o que é cultura? Devemos evitar separar isso e trabalhar com essas noções articuladas. É preferível a indeterminação do que um período de ideias determinadas.
- Por que nossas temáticas não ocupam espaço na sociedade? Não é só um problema dos meios de comunicação, que se encontram nas mãos de poucos, mas, também, o conservadorismo dos próprios jornalistas. Temos como um dos nossos desafios pensar de que maneira devemos nos comunicar com outros universos.
- “Política é Exu!”. A comunicação pode te levar à desgraça, assim como a um lugar vitorioso. Linguagem e comunicação radicais e transcendentais em relação ao que experimentamos hoje são culturas. Precisamos trabalhar mais esse potencial.
- A discussão sobre comunicação é absolutamente estratégica e a mídia é dominada por empresas. Por exemplo, a Globo representa hoje o maior interessado na luta contra a previdência e não vai abrir espaço, por exemplo, para os movimentos de mulheres que lutam pela previdência social. Observamos que perdemos criatividade ao trocarmos nossas iniciativas e experiências, e que não há, de fato, um debate intelectual relevante na sociedade brasileira que dê ressonância às nossas questões. O discurso da ordem é sempre mais fácil. O discurso que analisa e complexifica é sempre mais difícil porque quer romper a ordem (Bobbio).
- Nunca o mundo foi tão desigual. Não há vitória que termine na vitória. É um estado permanente de luta.
- A ideia de constituição é a da mobilização. Esse é um espaço público com diversidade de ideias e formas de identificação para a construção de uma percepção coletiva sobre a realidade. As manifestações artísticas são potenciais para o alargamento do espaço público.

SOBRE OS CONFLITOS E SEUS PONTOS DE PARTIDA

- Os conflitos fundamentais da nossa existência vêm sofrendo deslocamentos estratégicos de forças externas que impactam diretamente na nossa solidez ético-política. Ressignificar os conflitos e suas origens pode nos ajudar a pensar com quem podemos contar. Seria, portanto, uma nova oportunidade para discutir o tema da identidade, da constituição dialética dos sujeitos e da capacidade que dispomos para examinar as correlações de forças, sem tanta ingenuidade totalizante.
- Legitimidade dos discursos: nos aprisionamos a ela devido aos nossos paradigmas e nossa ortodoxia, embora vivamos mais processos de renovação do que de congelamento de valores. O problema é enfrentar meios para romper essas práticas paralizantes em relação ao necessário debate das nossas divergências.
- Temos avanços grandes que não nos podem deixar paralisados. Podemos enfrentar a segunda onda do setor da filantropia brasileira, que hoje disputa conosco através da bandeira da responsabilidade social. Também devemos aprofundar o debate sobre os fundos públicos e como eles são acessados hoje.

SOBRE A COPERAÇÃO INTERNACIONAL NESSE DEBATE

- Primeiro, a Oxfam Internacional, como confederação, tem como estratégia crescer no Sul e incorporar mais a sua agência no Norte. O método é tomar uma entidade do país e torná-la uma Oxfam. Existe um debate de como crescer no Sul, mas ele não é claro e há divergências. A discussão está fechada até 2010 e serão avaliadas duas experiências (Índia e México). No meio dessa discussão abriu-se outra possibilidade, a exemplo da experiência do escritório da Oxfam Internacional em Brasília (campanhas, políticas e *advocacy*). A experiência do escritório de Brasília estará, em breve, sendo debatida com os atores e parceiros da Oxfam no Brasil. Por outro lado – e independente do tema da sustentação financeira da Oxfam Internacional – há a agenda dos temas, que é muito importante. Queremos trazer otimismo, pois a sociedade civil brasileira, numa atuação global e regional, é a mais otimista que temos.
- Há um debate interno na Oxfam Internacional: a Oxfam Novib diloga com o Grupo Pedras Negras sobre a continuidade desses temas; a Oxfam Internacional vai fazer conduzir um diálogo mais amplo com o GPN e com outras organizações brasileiras. A Oxfam GB (OGB) está passando por uma reestruturação e criou a OGB na América Latina e Caribe, cuja sede será no México.
- A Oxfam aposta que América Latina pode dar uma contribuição muito especial ao mundo com os seus movimentos sociais. Nesse sentido, vale a pena refinar para a América Latina o tema do desenvolvimento.
- Por outro lado, as organizações do Norte também estão pressionadas por seus governos – cada vez mais liberais – e, além de levar dinheiro do Sul, agora dizem para o Sul que transfiram dinheiro para o próprio Sul. E não são organizações que dizem isso, mas os governos do Norte. Corre-se o risco do ‘negócio da pobreza’ ser um problema só nosso.
- Cooperação internacional: como somos praticantes de uma ideia de cooperação internacional – que é uma ideia fora do lugar –, será que o ‘divórcio’ com os movimentos sociais não reproduz a mesma lógica que a Oxfam está desenvolvendo com as ONGs?
- Acho que deixamos de intensificar a ideia de sustentabilidade política a partir da lógica (progressista) da cooperação internacional. Será que não é possível fazer algo na sociedade brasileira?
- O conceito de *lobby* serve para determinados conceitos e fins, mas você não faz transformação social com *lobby*.
- Transformação social pressupõe a população na rua, pois negociação sem retaguarda enfraquece o *lobby*.
- Militância e recursos: a relação entre recursos financeiros e ação política não é só uma relação com ONGs, mas com movimentos sociais que também recebem dinheiro de governos e que não são do terceiro setor. O contexto da ação política hoje, com essa massa de pobres desempregados não anima a militância política.
- A radicalidade e a reforma: institucionalmente a Oxfam é reformista.
- Importação de ideias: elas vêm, mas também vão! Aqui há uma oportunidade de se pensar mais livremente.

SOBRE O TEMA DA IDENTIDADE

- Apesar da crise, a questão da identidade é crucial para o nosso debate. Toda identidade é relacional, ou seja, devemos saber quem é o nosso outro. Quem é o outro na sociedade brasileira?
- Parece que o modelo ONG está superado e que não sabemos o que fazer. Temos vários acúmulos – práticas, compromissos e expectativas – que devem servir como referências para discussões em outros lugares que estamos.
- Há outra pressão sobre a existência concreta das organizações que aqui estão, mas nós temos escolhas e não vamos receber qualquer recurso, pois, queremos recursos financeiros para dar sentido aos novos sentidos que queremos dar.
- As ONGs sempre viveram num dilema de identidade (movimento/ não movimento). O debate da Oxfam sobre identidade traz um outro conceito pelo seu método de ação (ou seja, impõe uma outra identidade, pois adesão impõe dominação). Isso cria uma nova correlação de forças nessa relação ONG-Oxfam, por exemplo, quando se propõe um processo como o do México-Oxfam. Isso pressupõe uma afiliação política, com outras responsabilidades adquiridas, diferentes daquelas originárias de sua identidade primária.
- A nossa relação com movimentos sociais é outro campo em que a autonomia se torna complexa. Não podemos perder de vista que os processos de mudanças têm um ponto de legitimidade na sua capacidade de mobilização, adesão e consciência social. Portanto, trata-se de uma relação que não se exclui, pois como pode existir um Fórum Social Mundial forte sem movimentos sociais fortes?
- Por que as ONGs não se consideram um movimento social? Somos, mas não assumimos, apesar de termos como uma causa pública a questão do repúdio aos privilégios (alguns movimentos defendem privilégios).
- Para onde vamos? A diversidade também nos fragmenta e hoje precisamos de possibilidades para pensar sobre o bem viver planetário. O que é bem viver para nós e como se organiza o bem viver com liberdade e participação? Isso remete a um método. Um princípio central para o método é o da liberdade, com participação e responsabilidade. Outro princípio para o método é o da liberdade de expressão e comunicação, que nos permite disputar sentidos e criar uma agenda pública. Mais do que a política, a agenda se faz no espaço não institucional para depois virar agenda no espaço institucional formal. Dominamos muitas tecnologias de educação popular e de produção de conhecimento, mais uma de nossas especificidades como atores sociais relevantes para a sociedade brasileira.
- A discussão sobre identidade que fazemos neste momento é diferente da que fizemos há vinte anos atrás. As noções de identidade e diversidade têm mais densidade e exigem uma outra concepção sobre as formas de agir a partir das questões de cidadania e dos vários sujeitos políticos. Não há necessariamente complementariedade entre nós, pois somos um campo estratégico. Sobre nossa ação, vamos produzir estratégias comuns? Há uma distinção entre nos reunirmos para algumas ações específicas e nos reunirmos para pensar estratégias conjuntas para as nossas organizações.
- Temos que deixar claro aquilo que nos une. Diversidade não é só identidade, mas a capacidade de refazer nossas leituras e apostas. Isso não se faz individualmente. Temos que debater nossa herança, mas resolver o futuro, e não o passado.

SOBRE O TEMA DO DESENVOLVIMENTO

- Temos três dimensões: (1) a origem desse debate desde as intenções da Oxfam; (2) a questão de nossa identidade, do contexto do nosso entorno histórico e (3) de nossa refundação (a partir de qual base e contexto; oportunidades; muros e incomunicabilidade – alteridade, relação com o outro; do olhar sobre o futuro – incluindo a Abong).
- A cronologia e os riscos de expormos em demasia as nossas fragilidades subjetivas. Há o risco do pessimismo, que pouco nos ajudaria a caminhar. Nesse sentido, devemos reavaliar a ambição dos nossos objetivos e perceber que as coisas exigem muito mais.
- Guillermo O’Donnell está tentando olhar para a América Latina considerando três elementos: desenvolvimento humano, direitos humanos e democracia. Consideramos que houve grande avanço normativo de nossa parte e, ao mesmo tempo, se aprofundaram muito as violações de direitos humanos. Precisamos fazer um esforço, criar uma sintonia fina entre nós e nossos objetivos e seus processo reais.
- Em geral, os textos trazem uma crítica profunda à questão do conceito e da perspectiva desenvolvimentista. Nós temos uma diversidade de sujeitos que tem produzido diferentes análises e visões de mundo, mas ainda de forma muito fragmentada. Quando se constrói uma crítica de esquerda, não raro chega-se um lugar comum: ocidental, machista, branca, produtivista... Se for para aderir, é necessário haver ruptura de paradigmas para ser de verdade e uma reestruturação de pensamento que rompa com esse padrão crítico produtivista (excluindo-se a dimensão reprodutivista). Por exemplo, é difícil encontrar um texto que pense o trabalho que tenha a questão racial como sendo a base do processo de desenvolvimento social do Brasil.
- Em outras palavras, não devemos pensar que a soma da diversidade constrói a totalidade. Devemos pensar isso a partir de uma perspectiva mais dialética.
- Continuamos com uma insistência otimista para esse debate, sem negar que somos parte do processo que elegeu os atuais governos. A nossa dificuldade de falar sobre modelos de desenvolvimento tem a ver com a diversidade de visões sobre o assunto e o peso que a via produtiva tem nessa questão. Como romper com isso?
- Os governos atuais estão empoderando os temas sociais (bolsa-escola, favelas etc.) e devemos reconhecer isso. Diante do debate sobre o desenvolvimento, temos que pensar nas dificuldades originadas pelo nosso ativismo, que acaba nos distanciando do papel intelectual da reflexão. Outro exercício é desenhar o nosso programa mínimo (da intervenção, do aqui e agora) dentro do nosso programa máximo.
- Um modelo de desenvolvimento se origina nos princípios e não na soma de aderências. Devemos falar sobre as vantagens de nossos princípios, o que pressupõe comunicar melhor o que queremos, os nossos conceitos e ideias.
- O nosso conceito de desenvolvimento nos serve ou ela nos amarra mais do que nos põe adiante? Não devemos dizer que não concordamos com a ideia de desenvolvimento e que estamos falando de outra coisa?

- O conceito de desenvolvimento associado às perspectivas da transformação social pode ser um ponto de unidade teórico-político. Uma grande ação comum e planetária é o Fórum Social Mundial. Qual o nosso ideário comum em torno do Fórum Social Mundial?
- Devemos pensar o desenvolvimento do capitalismo, que é uma coisa. Pensar uma alternativa a ele é outra. O governo Lula tem um projeto de desenvolvimento (neocapitalismo). Devemos problematizar a aposta na realocização (ela não atende sequer as expectativas de consumo da população urbana do Rio de Janeiro e São Paulo). Devemos explicitar melhor as nossas visões sobre as necessidades (Produção em que condições? Quem deve determinar isso? Quais as aspirações da população?). Devemos, portanto, dar mais conteúdo a ideia de desenvolvimento.
- O tema do desenvolvimento chegou pra nós atrasado porque achávamos que a questão se realizaria por certas bandeiras (direitos, democracia participativa, redes etc.). No entanto, nem mesmo essas bandeiras nos deram a devida clareza sobre como, por exemplo, os direitos seriam implementados. No limite, o tema do desenvolvimento enfrenta isso.
- Nós enfrentamos o debate sobre desenvolvimento muito mais pela via da resistência do que pelas alternativas. Mesmo as positivities do modelo de desenvolvimento –
- economia solidária, agricultura familiar etc. – nunca conseguiram avançar, de fato, como projeto e modelo alternativo.
- O tema da disputa de significados no campo onde trabalhamos é que substituiu essa questão, esse vazio que enunciamos acima – e invisibiliza o tema do modelo novo, alternativo –, além de ser salvacionista e de colocar o indivíduo acima da humanidade. Nesse sentido, nos distanciamos do debate do papel social da sociedade civil.
- Sem a regulação do Estado não há desenvolvimento. O contexto vigente é que o Estado não regula, o alternativo não funciona e não há a crítica fundamentada desses processos. Esse é um desafio: qual o nosso papel para além do debate de resistência?
- Devemos debater mais sobre as diferenças de visões que temos de desenvolvimento. O governo Lula nos obrigou a tomar posições.
- Insistimos que só existe possibilidade de geometria de poder favorável à potência hegemônica porque existe o Estado nacional que justifica o outro. Nossas práticas no tema internacional são mais avançadas do que os conceitos e devemos discutir sobre o poder político.
- A ideia de integração, que hoje somos contra, surge do capitalismo. Isso é diferente quando o povo concerta seus próprios pactos e não deixa sob responsabilidade do Estado.
- O triunfo do neoliberalismo é uma ruptura com a ideia de desenvolvimento da década de 1950.
- Discutimos várias coisas, mas chegamos a um estágio suficientemente maduro? Nosso método de trabalho não nos permite saber se chegamos a um ponto de maturação.

SOBRE NOSSAS APOSTAS NO PRESENTE E NO FUTURO PRÓXIMO

- Nós não estamos conseguindo romper fronteiras, apesar de termos construídos o Fórum Social Mundial como um grupo que circula pelo mundo afirmando direitos. Devemos recompor estratégias e posicionamentos com sentimento de unidade, de coletividade. Devemos ser mais declarados quanto ao enfrentamento do debate do desenvolvimento, sem medo das clivagens e ambivalências que esse debate produz.
- Está em jogo a questão sobre o que está perdido e o que fazemos para ganhar. Como construir visões mais aproximadas entre nós? Que processos estamos metidos? Quais nossos dilemas? Qual o nosso papel naqueles processos que estão indo aparentemente bem na sociedade brasileira?
- Há um debate fundamental para o grupo que é discutir a partir da experiência vivenciada. Temos muitas elaborações teóricas que precisam ser retomadas.
- Apresentar firmeza de princípios e flexibilidade nas formas talvez possa sustentar melhor o nosso debate sobre os elementos de unidade teórico-político.
- As ideias só continuam a existir por se deslocarem de lugar. Isso é um truque capcioso para o debate das 'ideias fora do lugar'. A disputa de sentidos sobre 'o que é ONG' é algo ainda a ser feito na sociedade brasileira.
- Nós, os mais antigos, fomos formados no paradigma eurocêntrico-marxista. Sendo assim, nossas ideias refletem essa influência (e, portanto, o modo como olhamos seu mapa). Por exemplo, a noção de inclusão está associada à inclusão ao capitalismo, pois tudo que está fora disso era considerado pré-capitalismo.
- Optar pela democracia como visão fundamental é estratégico e marca nossa diferença, além de ser um matrimônio/patrimônio. Nós não soubemos capitalizar os nossos limites, mas a democratização que se fez na década de 1980 tem a nossa aposta. Hoje ele é maior do que nós e se esgotou. Isto nos diz que o tema do desenvolvimento (que é uma importação) deve ser deslocado para o tema da democratização (que também é uma importação, mas é distinto porque não o queremos apenas pela sua formalidade). Incorporar nesse contexto a diversidade é uma opção radical a ser flexionada nessa questão da democracia. Existe também o problema de lidarmos bem com nossa própria autonomia (e seu exercício), que parece nos incomodar, especialmente na relação com movimentos. Temos dificuldade de fazer fluir a crítica e, portanto, nossa autonomia diante dos outros.
- Nós temos um papel fundamental na criação de conceitos para a disputa de sentidos. Essa é uma especificidade de nossa existência. Isso tem a ver com o conceito de hegemonia no sentido gramsciano. Nós ficamos presos a uma ideia de desenvolvimento que é originária do pensamento marxista.
- A ideia que deve nos mover hoje é sempre manter o cuidado para não pensarmos com a cabeça dos outros. Diz respeito à homogeneidade dos neo-fascistas contra a ideia de Estado. É nesse sentido que devemos olhar a globalização (não penso como se pode democratizar a globalização para o bem).
- Temos uma revisão a fazer nessa área que não é na mesma dinâmica que vai da crítica radical ao pragmatismo do atual movimento ambiental, especialmente entre os partidos verdes e organizações dedicadas à causa ecológica.

- Sustentabilidade, justiça social e democracia nos levam a rever a riqueza, sua produção e redistribuição.
- Temos discutido pouco sobre reforma e radicalidade, reforma e revolução, temas que podem servir como orientação para nossas praticas políticas. O modelo da tomada absoluta do poder não é mais nossa perspectiva pela sua demasiada simplificação. Devemos pensar a partir dos conceitos de nossas experiências. Na América Latina, as organizações estão operando com o conceito da reforma e não da revolução. Falta-nos um texto de ruptura, e não um texto da totalidade das alternativas.
- O caminho da reforma não é um caminho contrario a utopia. Essa é uma segurança contra a acomodação (contra a naturalização do capitalismo). E ser anticapitalista é uma forma de resistência em favor dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca). O processo de transformação como o devir, como possibilidade de construção contínua. E nesse devir nós tivemos resistências, novas ideias, conquistas, recuos, mas algumas coisas se consolidaram como referências (exemplo é o movimento negro que desnaturalizou a consciência natural da discriminação).
- Quanto ao tema / ideia de Estado-nação, mecanismos públicos devem ser regulamentados, pois os que são hegemônicos vivem regulando os hegemonzados desde seus Estados-nações.
- O enfrentamento da questão dos recursos não deve moldar muito a nossa agenda, mesmo sabendo que deveremos enfrentar a diversificação de fontes de recursos, pois até os Estados sofrem com isso.
- Por outro lado, às vezes existem algumas verbas cuja fonte não é tão pura como se pensa. Quem faz a autonomia é o que cada um faz e como faz. O Movimento dos Sem Terra (MST) nunca recebeu tanto dinheiro do governo brasileiro como atualmente e nem por isso capitulou. Será que a base da Central Única dos Trabalhadores (CUT) está tão insatisfeita com a proximidade do MST com o governo e com o fato do atual presidente ter saído de lá? Nesse sentido, forçar uma conceituação de *alinhamento* dos movimentos ao governo é é considerar uma situação que não foi comprovada.
- Quanto ao tema das redes, operamos sempre em coalizão, mas nos falta atuar na criação de redes para pactuarmos uma ação conjunta.
- Sendo bem realista e pragmático: devemos disputar e aprender a lidar com as situações de emergências – associadas às causas de fundo aqui debatidas – como meio de nos legitimarmos na sociedade. Segurança e violência são questões emergenciais e nós não as estamos tratando assim, além de não termos experiência para isso.
- Deveríamos construir algo coletivamente. Não uma rede ou associação, mas um grupo de organizações que queiram trabalhar juntas em algumas questões estratégicas. Devemos incluir ONGs que trabalham com a questão racial e ambientais.
- Que ‘pontos duros’ do nosso debate até aqui são pragmáticos e ousados o suficiente para valer a pena nos articularmos? Temos que aprofundar nesses pontos e naquilo que não foi debatido. Temos que analisar o que merece atenção imediata como desafio e como fazer isso, além de ousar de uma maneira que amplie nossa discussão.

ENCONTRO JUNHO 2008

[SISTEMATIZAÇÃO DA REUNIÃO DOS DIAS 12 E 13 DE JUNHO DE 2008, EM ATIBAIA, SP]

SOBRE AS APOSTAS E OS DESAFIOS

- Um dos pressupostos deste grupo, o que pode ser uma ameaça ou oportunidade, é que podemos realizar ações em conjunto.
- Há a proposta de trabalharmos em rede, o que sugere uma revisão de estruturas e propostas, sem perda da identidade de cada organização.
- Esse é um fórum de debates ou é uma aposta mais estratégica e coletiva? O grupo precisaria de um fundamento que deve ser melhor discutido.
- Até que ponto adotamos a democracia como valor e como aposta? O que está em questão é uma estratégia de transformação, onde os meios (a democracia) é mais importante que os fins. A reflexão do nosso campo ficou no meio do caminho. A conquista do Estado continuou como sendo a grande questão.
- Não podemos ser apenas principistas: queremos democracia, justiça social e igualdade. Ponto! Temos que juntar capacidades.
- Quem somos? Somos relevantes? Nosso papel é fundamental? Somos um ombudsman da sociedade? Somos os únicos a atuar nesse campo com os valores que defendemos e praticamos?
- A busca por recursos para o trabalho profissional está atrapalhando a nossa capacidade de reflexão política, de produzir uma análise de conjuntura. Ou atualizamos nossas práticas dos anos 1970 para os tempos atuais, ou resolvemos a questão da captação.
- É necessária uma avaliação em relação ao que temos feito. Causa-nos incômodo a desolação com o descolamento das nossas organizações com as camadas mais pobres.
- A nossa referência ainda é a dos anos 1970 e 1980, que não reconhece bem esse pulsar atual. Há questões novas na agenda, como a desigualdade, o meio ambiente, a violência. De um lado tem esse pulsar e de outro tem a nova agenda pública. Como juntar os dois? Qual é o conflito hoje capaz de somar segmentos e alterar a correlação de forças? Qual é o nosso papel hoje? Criamos instâncias, mas o que fazer hoje além de adensar as instâncias institucionais.
- Dentro do nosso campo, o que poderíamos fazer para radicalizar a democracia e para promover valores para o Estado e para as pessoas? O que move as pessoas a adquirirem consciência política para que possamos mobilizar e produzir mudanças?
- No momento em que vivemos hoje, deveríamos apostar estratégica e pesadamente em nossa capacidade comunicacional.

- Devemos construir novas estratégias com novos setores, trazer a classe artística para sensibilizar as pessoas de outras maneiras. A estratégia de uma ação para radicalizar o sentido da democracia e dos direitos é mobilizar outras pessoas que criem medo naqueles que estão no poder.
- Em termos de Estado, o que temos feito nos últimos anos corresponde aos sentidos de nossa ação ou é uma estratégia com foco contínuo no Estado?
- Reproduzimos no interior de nossas instituições quase todas as mazelas que estão na sociedade e temos as mesmas dificuldades de tratar delas que temos na sociedade. Parafraseando o sociólogo Chico de Oliveira, temos dificuldade em nos colocar fora de nós mesmos para analisar como somos. Praticamos arbitrariedades nas relações de trabalho em nome do objetivo maior de garantir a democracia.
- A mudança de paradigma tem sido tão rápida que questionamos se não deveríamos ter um olhar mais ‘científico’ e menos opinativo. Deveríamos fazer uma pesquisa mais ‘científica’ sobre o papel do Estado e a relação com ele e com o governo.
- Quando criamos a sociedade civil, éramos os únicos ali dentro. Agora que outros se descobrem parte da sociedade civil, há uma disputa por este espaço. Os mecanismos de democracia participativa acabam privilegiando a ideia da representação.
- Ao sermos parte dos movimentos sociais, mas chamarmos somente os outros de movimentos sociais, nos deslocamos. Dentro do campo Abong, temos uma dificuldade de precisar fronteiras. Configurar esse campo como o lugar de onde falamos é muito difícil. Isso não contradiz o fato de estarmos inseridos em várias movimentações sociais.
- As organizações que construímos (profissionais, autogestionárias e, por força de definição legal, ONGs) são peculiares, mas distintas até das organizações de base que se registram como ONGs. Para consolidar um campo Abong, temos que nos diluir para nos reconstruir. Temos que ir além de um bloco político-partidário e ter um projeto de sociedade e um esforço para nos ressignificar. Há poucos trabalhos empíricos sobre os movimentos sociais como forma organizativa e muito sobre nossas temáticas.
- Sobre se somos democráticos, temos problemas, mas fazemos parte de uma cultura não muito democrática. De fato não nos conhecemos em termos de organização, procedimentos, gestão, relações trabalhistas etc. Cada um cuida daquilo que é seu. A Abong poderia ser um espaço para trocarmos experiências sobre isto.
- O que nos dá identidade não é ser ONG, mas ter uma perspectiva política sobre a democracia no campo popular-democrático. As ONGs são aquelas que sistematizam o discurso e práticas de um determinando campo social. Isso valoriza o trabalho das ONGs, mas não define exatamente o nosso papel. Nós não somos *a priori*, mas somos em relação a algo. Estamos com um complexo de inferioridade, apesar do papel que temos.
- Há o déficit criado pela ilusão de que a conquista do Estado seria suficiente para resolver a desigualdade. Temos um papel na disputa de hegemonia, mas devemos pensar em hegemonia sem poder. Temos um papel na disputa de significados, de ideias.

- Grande parte das ONGs é de uma classe média identificada com os movimentos sociais. Estamos no mesmo campo e articulamos diferentes origens de classe e formas organizativas em torno de estratégias diferenciadas para um fim comum. O fato de podermos falar com legitimidade é fruto do estado democrático que ajudamos a construir. O que nos define em última análise é a capacidade de qualificarmos nossa intervenção.
- O discurso que fazíamos, de que a democracia melhoraria a vida das pessoas, é uma amostra da simplificação que fizemos e que levou a perda da agenda. A sociedade mudou muito e nós não mudamos no mesmo ritmo.
- Dentro do campo das ONGs há uma grande diversidade; o que dá uma identidade comum é a produção do conhecimento crítico, que tem a ver com o lugar social destas organizações. Esta síntese de produção é o elemento inovador.
- Fazemos um pouco mais do que o conhecimento crítico. É conhecimento para a ação política.
- Somos produtores de conhecimento crítico para subsidiar a nossa ação para a transformação. Somos sujeitos políticos.
- O que fazer a partir dessas discussões? Uma ideia é ter produtos que sejam mais do que o registro e resumo destas discussões. Deveríamos sistematizar essas discussões não como respostas, mas como perguntas para as nossas próprias organizações.
- Nós somos a sinapse, o que transforma os conteúdos em algo que vá criar impactos. Houve momentos em que conseguimos traduzir isso para um público mais amplo. Temos que encontrar outra posição que se constitua em uma força de atuação e ação política.

SOBRE REPENSAR O MODELO

- Há questões como a nossa identidade, desafios futuros, a radicalização da democracia, a crise ambiental que forcem a revisão do nosso modelo de desenvolvimento e a questão da nossa existência, da nossa sustentabilidade política e financeira.
- Existe um risco de mudança da geografia ambiental global que coloca riscos, emergências e responsabilidades que tensionam o debate. Como pensar na questão democrática diante desses problemas?
- A questão sobre os limites do Estado é importante, mas temos que perceber que não debatemos atores importantes como as empresas.
- Temos que continuar lutando pela democracia e por um desenvolvimento diferenciado contra a violência, especialmente com os setores do governo Lula que apostam na manutenção de alguns problemas.
- Temos que substituir valores na cultura dominante e na discussão do modelo que levarão, necessariamente, a uma ruptura.
- Quando se usa o termo global, há a perspectiva clara de homogeneizar tudo. Para desmontar, é preciso propor algo para pôr no lugar. A democracia tem que ir do local para o mundial. Temos que defender a subsidiariedade como princípio para a democracia radical.

- Estamos em um estágio em que a economia mundial está muito articulada e isso não começou na globalização, mas no colonialismo. Temos que concordar com a valorização do local, mas não se pode fazer uma ligação direta com a democracia. Também não podemos retroceder ao estágio de comunidades democráticas locais. O que desejamos como um mundo diverso e interrelacionado e como a democracia se encaixa nisso?

SOBRE O DESAFIO DA POLÍTICA

- Temos, por um lado, a questão democrática que se espalha no mundo inteiro, com vários tipos de democracia, mas nenhuma radical e que incorpore plenamente os direitos humanos de todos. Por outro, temos democracias que não têm conseguido resolver os déficits do passado e os que se colocam para o futuro, como a finitude dos recursos naturais.
- As democracias sólidas existentes trabalham para manter o *status quo*.
- Qualificando nossa democracia, não acho que boa parte da população brasileira viva em um Estado democrático, mas sim em um Estado de exceção, com seus direitos constantemente violados.
- Com o controle do poder econômico sobre o Estado no Brasil, colocaria algumas questões: a consecução de direitos e da democracia se dá através da institucionalidade democrática existente?
- Um de nossos equívocos foi pensar a questão democrática tendo o Estado como foco. A melhor fundamentação crítica nesse sentido tem sido a do movimento feminista, que traz para a questão democrática a temática do poder. Olha-se para o poder a partir das relações que se constroem na sociedade (pessoais inclusive), sem abrir mão de pensar o Estado.
- Pensávamos também que sociedade civil era sinônimo de democratização. As entidades da sociedade civil não são necessariamente tão democráticas ou levam à democratização.
- Houve uma maior aposta no Estado do que na democratização da sociedade. Isso mostra que vemos a institucionalidade democrática como algo inerente ao Estado. Questões que não alcançam notoriedade pública, como a homofobia e a violência doméstica, não ganharam corpo, embora tenham crescido.
- Há campos em que avançamos muito, mas, ao mesmo tempo, há setores em que nada se move: a violência, a desigualdade na base da sociedade. Em termos de cultura política e micropolítica, há avanços, mas algumas coisas não mudam.
- Atualmente alguns temas são importantes para a institucionalidade, como a diversidade, sendo que o meio ambiente é fundamental nesta agenda.
- A nossa aposta na democracia não deve colocar a ênfase apenas nos valores, mas na realidade.
- Nossa estratégia foi apostar em valores culturais, mas precisamos construir esses valores.
- Nossa aposta no PT e no movimento sindical foi generalizada, mas não foi aprofundada em termos de rever relações. Temos que rever relações entre seres humanos e natureza, temos que ver processos políticos para além das formas organizativas.

- Quem são os sujeitos desta política e quem somos nós hoje? Somos movimentos sociais ou não? Quem é? A forma como o campo Abong se diferenciou do modelo Banco Mundial de ONGs foi o fato de que apostamos no papel do Estado.
- Ainda que a democracia participativa tenha problemas, temos que avaliar a qualidade do que fazemos e a qualidade das relações com Estado e partidos.
- É difícil fazer um debate sobre transformações em várias áreas que não se reflitam em mudanças ou reconhecimento pelo Estado. Embora achemos o meio ambiente estratégico, não falamos dos espaços institucionalizados de participação sobre políticas ambientais. Como podemos separar as duas coisas? Porque este espaço institucional não serve para radicalizar a democracia?
- Estamos chegando ao fim de um período histórico no qual o campo democrático-popular está se dissolvendo.
- Precisamos fazer uma análise muito mais substantiva do campo democrático-popular.
- Setores da classe média e intelectuais são parte do campo democrático popular? Esta é uma discussão importante para a política de alianças. Se estamos redefinindo o campo democrático-popular, o que faz parte dele? Quando fazemos esta redefinição, a questão da cooperação internacional é inserida. Eles estão preparados para lidar com esta nova conformação?

SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM PODER CONTRA-HEGEMÔNICO DEMOCRÁTICO

- Queremos recolocar este debate sobre a democracia como um valor universal. Com base nas leituras, talvez seja importante rever o que estamos chamando de democracia e requalificá-la.
- Precisamos rever a subordinação da democracia participativa à democracia representativa, pois a ideia inicial é que elas fossem complementares.
- Quando se fala em democracia universal, do que estamos falando? Quais são os parâmetros que utilizamos para dizer que alguns lugares são uma democracia e outros não são?
- Como pensar a questão democrática em uma sociedade onde a desigualdade é estruturante? No espaço da representação formal, a desigualdade é concreta e real (por exemplo, mulheres no Congresso Nacional).
- Como fazer a reinvenção da política e com que estratégia?
- Em termos de hegemonia, precisamos de movimentos de opiniões irresistíveis na sociedade, alguns dos quais deram certo no passado. Precisamos pensar em movimentos irresistíveis que tornem a transformação em algo incostentável.
- Há uma contradição entre os termos global e democracia. A democracia nunca vai ser global, pois sempre haverá formas variadas de arranjos democráticos.

SOBRE A SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-FINANCEIRA

- A nossa relação com a família Oxfam tem futuro? E com a Aprovev?
- Até aqui falamos da sustentabilidade política. Talvez o próximo passo seja falarmos da sustentabilidade financeira e de estratégias. Uma questão para discussão é a questão da cooperação. Outra é o acesso a fundos públicos e o marco legal necessário. Também faz parte da pauta a forma como nos organizamos e se as formas de organização existentes dão conta de manter nossa sustentabilidade política e financeira.
- Precisamos pensar sobre uma cooperação que nos deu apoio político, técnico e financeiro. Temos que tratar disso coletivamente. Há uma questão do Estado brasileiro. Com uma nova jazida de petróleo, consolida-se a ideia do Brasil como um país rico, o que não é verdade.
- Há uma confusão entre Ethos e Gife e os programas de empresas privadas e públicas. Não se pode confundir estes setores. Não sei se existe uma linha comum para a cooperação internacional ou se a coisa acontece entre setores. É algo que ainda não está claro, pois temos apenas linhas gerais. Interpretamos muito livremente o que é dito.
- Talvez pudéssemos chamar alguém de fora para mapear a captação interna, para não ficarmos patinando.
- A questão da sustentabilidade entra de forma fundamental. No caso dos recursos nacionais, não há fontes que atendam a muitos temas da nossa agenda. No quadro atual, a principal tarefa é nos diferenciarmos sem nos isolarmos. Mas a diferenciação é muito importante. Há uma pressão muito grande sobre a Abong.
- Temos debatido as instituições de fomento e seus recursos, que são enormes, mas estão muito fechadas nas universidades. Estrategicamente, deveríamos procurar alianças com esse setor.

ENCONTRO AGOSTO 2008

[SISTEMATIZAÇÃO DA REUNIÃO DOS DIAS 21 E 22 DE AGOSTO DE 2008, EM RIO BONITO, RJ]

AVALIANDO A SITUAÇÃO ATUAL

Déficit de conhecimento

- Perdemos a nossa capacidade de produzir análise de conjuntura;
- O cenário de relações entre movimentos sociais e governo mudou e não temos avaliado isso;
- O fato de não refletir e analisar a conjuntura afeta a nossa capacidade de resposta;
- Não temos indicadores claros sobre os fenômenos que acontecem rapidamente. Temos trabalhado pouco com indicadores quantitativos;
- O debate não flui;
- Estamos em uma época onde existem muitas ideias discordantes sobre os mesmos fatos;
- Os fenômenos não estão muito claros e suas dimensões são desconhecidas. Há também a rapidez com que as coisas acontecem.

Crise do campo democrático-popular

- Estamos chegando ao fim de um período histórico no qual o campo democrático-popular está se dissolvendo;
- Estamos com pouca habilidade de escutar, sem diálogo efetivo;
- Apesar de uma alternância de partidos e políticos no governo, a política perdeu a sua capacidade de afetar o núcleo duro da política econômica;
- Apostamos na democracia como sendo capaz de transformar o modelo de desenvolvimento por si só;
- Nossa atuação tem desvios institucionalistas;
- O descolamento das nossas organizações com as camadas mais pobres;
- A busca por recursos para o trabalho profissional está atrapalhando nossa capacidade de reflexão política;
- Compreensão dos argumentos que defendem nosso papel como movimento;
- Quem são os sujeitos desta política e quem somos nós hoje? De onde falamos?;
- Necessidade de identificar um inimigo que cria unidade do nosso lado, em oposição ao nosso campo, pois esse campo político é a nossa identidade principal.

Crise de identidade das ONGs

- O distanciamento das ONGs dos espaços onde há ações coletivas nos assusta;
- As organizações que construímos (profissionais, autogestionárias) são peculiares, mas distintas até mesmo das organizações de base que se registram como ONGs.

Déficit analítico

- Setores específicos têm se mobilizado e esse conhecimento é perdido;
- Fomos capturados pela ideia de que havia setores mais importantes do que outros. Esses setores hoje não têm muito o que dizer;
- Vemos novos atores surgindo e temos que ver de que forma estamos dialogando com eles;
- Os tipos de rupturas são imprevistos. Em termos de rupturas, ainda que elas precisem acontecer, há que se ter desavenças?
- O próprio modelo de consumo acaba não sendo questionado;
- É populismo promover política em benefício popular?
- A ética para nós está nas relações pessoais e não nas relações econômicas;
- As empresas são atores importantes que não temos debatido.

Crise e reinvenção da política

- Fim da política frente ao econômico;
- Falta dos direitos;
- Somos dominados pelos meios de comunicação;
- Como fazer a reinvenção da política e com que estratégia?;
- Quem seriam os sujeitos para fazer isto?;
- Há movimentos que estão atuando de forma autônoma e inovadora;
- Quando criamos a sociedade civil, éramos os únicos ali dentro. Agora que outros se descobrem parte da sociedade civil, há uma disputa por esse espaço.

Limites da democracia

- Democracia burguesa defende alguns direitos, mas convive bem com a desigualdade;
- Não é possível pensar a questão democrática em uma sociedade onde a desigualdade é estruturante;
- A questão democrática se espalha no mundo inteiro, com vários tipos de democracia, mas nenhuma radical e que incorpore plenamente os direitos humanos;
- Vivemos a ilusão de que a conquista do Estado seria suficiente para resolver a desigualdade. Temos um papel na disputa de hegemonia, mas devemos pensar em hegemonia sem poder;
- Boa parte da população brasileira não vive em um Estado democrático, mas, sim, em um Estado de exceção, com seus direitos constantemente violados;
- Incapacidade da sociedade de se indignar;
- Subordinação da democracia participativa à democracia representativa.
- Um de nossos equívocos foi pensar a questão democrática tendo o Estado como foco.
- A consecução de direitos e da democracia não pode se dar através da institucionalidade democrática existente.
- A democracia não avança e se consolida em um processo mais harmônico sem situações de ruptura;
- Dificuldade da representação;

- Pensávamos que sociedade civil era sinônimo de democratização;
- A democracia participativa está crescendo, mas os resultados positivos ainda estão longe de nossas expectativas;
- Quando tentamos imaginar a democracia no território, percebemos como é difícil. Caminhamos com um tênis fabricado em um lugar, escrevemos com uma caneta de outro;
- Quando se fala em democracia universal, do que estamos falando?;
- Houve uma maior aposta no Estado do que na democratização da sociedade;
- Supervalorizamos o orçamento participativo;
- No trabalho com conselhos, falamos que esses são diferentes, mas, na realidade, trabalhamos com práticas de representação que não deixam a desejar em relação aos problemas da democracia representativa que criticamos, sendo, às vezes, até pior;
- O processo de conferências resulta em documentos que não são implementados e isso causa descrédito nos setores que se mobilizam;
- Qual o papel dos partidos? Qual o papel do Estado? E a nossa concepção de Estado?

A relação com os movimentos sociais

- Somos parte de um movimento mais amplo, mas não somos um movimento por si só;
- A relação com os movimentos sociais e sindicatos é tensa. Eles nos entendem como apoiadores, já que a força da base da sociedade está neles;
- Ao sermos parte dos movimentos sociais, mas chamarmos somente os outros de movimentos sociais, nos deslocamos;
- A militância religiosa progressiva está perdida em suas referências antigas, como o PT e a igreja progressista.

NOSSAS APOSTAS E DESAFIOS

A radicalização da democracia

- Ter um projeto de sociedade e realizar um esforço para nos ressignificar;
- Desenvolver uma visão da democracia como um valor fundamental para qualquer projeto da sociedade, necessária para uma transformação social, ainda que não seja o socialismo;
- Construir um poder contra-hegemônico democrático. Disputar na sociedade os sentidos da democracia e da sua radicalização. A democracia tem que ir do local ao mundial;
- Discutir sobre a centralidade do conflito na questão democrática, formular esse conflito;
- Ter a capacidade de criar novos significados;
- Garantir que a democracia direta esteja à frente da democracia representativa;
- Mudar as regras do jogo para que novas normas imperem em um espaço público e democrático;

- Tratar em todos os espaços a questão do poder como uma dimensão humana;
- Rever e aprimorar a proposta da democracia participativa;
- Considerar a questão ambiental como determinante para qualquer discussão;
- Fazer um debate mais amplo sobre democracia e espaço público.

Somos um ator político

- Temos que assumir que somos sujeitos políticos;
- Nossa disposição ativista é que nos coloca em contato com um mundo mais amplo;
- Somos parte dos movimentos sociais que se expressam de várias maneiras organizativas em busca de sentidos para o futuro. Temos que assumir que esse campo nos inclui, insistir com os movimentos sociais que somos do mesmo campo, incidir em vários espaços e tensionar as relações. Devemos disputar o sentido da nossa ação com aqueles setores mais tradicionais do movimento social;
- Ser ator político na nossa condição é estar participando de articulações maiores, como redes e coalizões;
- Nossa identidade não é ser ONG, mas ter uma perspectiva política sobre a democracia no campo popular-democrático;
- Colocar a ênfase não apenas na defesa de valores, mas na intervenção na realidade.

Estratégias

- Trabalhar com uma visão ampla de movimento social – orientado para mudanças na sociedade através de ações coletivas;
- Valorizar o local e estabelecer uma nova relação entre o poder e a população no território em que elas vivem;
- Sair do nosso gueto e falar para um público mais amplo, nos colocar em contato com um mundo mais amplo. Comunicação pública de nossa identidade. Ocupar novos espaços, utilizar novas tecnologias;
- Produzir movimentos de opiniões irresistíveis na sociedade que tornem a transformação algo incontestável;
- Formular uma estratégia de ação para radicalizar o sentido da democracia e dos direitos é mobilizar outras pessoas que criem medo naqueles que estão no poder;
- Reinventar a nossa capacidade de interpelar os setores tradicionalmente donos do poder;
- É preciso incomodar;
- Utilizar formas populares de comunicação;
- Formular uma nova estratégia para uma política de alianças;
- Promover a educação para a ação.

A produção do conhecimento

- Devemos ser produtores de conhecimento crítico para subsidiar a nossa ação para a transformação;
- Desmontar a globalização através da análise das crises causadas pela globalização;
- Um de nossos principais papéis é apontar o que não está visível. Promover a pesquisa e produzir conhecimento crítico para subsidiar a ação política. Este é o nosso elemento inovador;
- Sermos a sinapse, o que transforma os conteúdos em algo que vá criar impactos. Temos que ser um *think tank*. O nosso papel é o de produtor de conhecimento para a intervenção.
- Substituir valores na cultura dominante e na discussão do modelo que levarão necessariamente a uma ruptura;
- Termos um olhar mais 'científico' e menos opinativo. Ter uma crítica comprometida;
- Identificar o conflito atual que seja capaz de somar segmentos e alterar a correlação de forças;
- Considerar que a abordagem cultural tem um enorme potencial transformador.



**REFLEXÕES SOBRE
A CRISE GLOBAL**

No encontro do Grupo Pedras Negras realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, fez-se um balanço do processo do GPN até então. O principal objetivo do encontro foi criar condições para que as organizações integrantes definissem e se posicionassem diante da cooperação internacional.

Um dos encaminhamentos do encontro foi a produção e realização de um seminário durante o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, em Belém. Como resultado do seminário “Crise global e recuo do pensamento hegemônico: novos desafios para os movimentos sociais e as ONGs”, o integrante do GPN Jorge Eduardo Durão teceu algumas reflexões, mostradas a seguir.

ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO SEMINÁRIO “CRISE GLOBAL E RECUO DO PENSAMENTO HEGEMÔNICO: NOVOS DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGS”

POR JORGE EDUARDO S. DURÃO

A discussão apontou para a contradição entre a premência histórica de uma resposta dos movimentos sociais à crise global e a incapacidade dos movimentos presentes no Fórum Social Mundial (FSM) de apontar saídas, alternativas e coordenar estrategicamente as lutas. Como disse Mercia Andrews da Trust for Community Outreach and Education (TCOE), da África do Sul, “o capital sempre busca novas formas de ampliar seus lucros. Estamos diante da crise de alternativas, apesar de sabermos da crise há muito tempo. Quantos debates aqui no FSM estão discutindo sobre o que devemos fazer para enfrentar a crise? É uma crise dos movimentos sociais, no sentido de crise de alternativas. A meu ver, devemos nos questionar desde agora o que devemos fazer para enfrentar a crise. No entanto, não tenho certeza se o FSM terá respostas de curto e de médio prazo; existe uma fragmentação entre nós; as questões sociais continuam separadas por nós que compartimentamos nossas vidas. Como incorporar o movimento trabalhista? O que a CUT está dizendo sobre a crise? Há uma preocupação com pequenos aspectos da crise. Devemos começar uma campanha que desafie a hegemonização do capital”.

Há assim um grande risco de se perder a oportunidade histórica que a crise representa de dar um pontapé na porta dos espaços de decisão e obrigar os donos do poder a nos ouvir. No próprio seminário ficou evidenciado que não há consenso quanto a esse sentido de urgência, pois, como ponderou Guacira Oliveira do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), “a construção no curto prazo de um consenso seria impossível, porque se trata de criar uma alternativa a séculos de dominação e um consenso agora seria inevitavelmente um consenso de poucos”.

Os diferentes olhares sobre a crise e, sobretudo, sobre as alternativas, refletem a diversidade dos lugares a partir dos quais falam os diversos sujeitos sociais ativos no processo do FSM, no qual, aos poucos, começa

a se delinear uma divisão de campos entre aqueles que colocam a ênfase na crise civilizatória² e na catástrofe ambiental como resultantes do capitalismo e, de outro lado, aqueles que apostam na superação da crise econômica e financeira, com a recuperação dos níveis de emprego, sem questionar as bases do sistema. A polêmica em torno da construção do complexo de hidrelétricas de Belo Monte é um exemplo pontual dessa divisão – em plena marcha de abertura do FSM estavam os sindicalistas do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal fazendo campanha pró-Belo Monte.

O Seminário propiciou a explicitação de um leque de abordagens sobre a crise, que certamente ficaram longe de atender o desafio enunciado por Betânia Ávila, que considera que “a construção de uma análise entre nós requer uma teoria crítica que articule o sistema de dominação e exploração (Estado, racismo e patriarcado), procurando desvendar dele suas contradições”.

Thomas Fatheuer, da Heinrich Böll Foundation (HBF), focou sua fala na crise financeira: “Gostaria de falar sobre as outras crises (ecológica e planetária). Na crise atual o foco é no capital financeiro e na regulação. O capitalismo vem atravessando crises brutais há duas décadas; [a crise atual] não é uma crise do capitalismo, mas a sua reformulação; eu não tenho muita confiança nessa crise; os governos têm uma leitura pobre sobre ela e agem de forma igualmente pobre por meio das operações de juros baixos para reaquecer a economia (política tradicional)”.

Miguel Santibáñez, da Asociación Latinoamericana de Organismos de Promoción al Desarrollo (Alop), lembrou que o debate sobre a crise do capitalismo já é antiga e citou Wallerstein, para quem o capitalismo globalizado vive uma crise que levará ao caos sistêmico e à desapareição do atual sistema de economia-mundo. Segundo Santibáñez, para alguns analistas “há crise do capitalismo e crise no modo de produção pós-fordista de acumulação flexível. De outro lado, há crise financeira e de produção. Seria um ciclo terminal. Outras visões indicam que é uma crise alimentar, ambiental etc. Da perspectiva da sociedade civil existe algo que não é novo, pois ela advertiu sobre essa situação, denunciando a dívida, os paraísos fiscais, a regulação financeira, os riscos ambientais, entre outros problemas. A crise atual vem sendo advertida por nós, sucessivamente, desde os anos 1960; denunciemos suas características desde lá. Há um potencial político fundamental na sociedade civil que são suas práticas locais populares, que correspondem a um capital que dispomos para enfrentar a crise. Temos um cenário importante para enfrentar a crise por meio da política, da democratização local”.

Guacira Oliveira lembrou que “a crise de 1929 no Brasil foi enfrentada com uma saída autoritária, mas que mudou a cara do país, com urbanização etc. A saída da crise é, antes de tudo, uma questão de poder; estamos diante de uma intensa despolitização do debate da crise; não existe no Brasil um espaço para político para mudar, enfrentar, as alternativas diante da crise”.

² A crítica à ‘civilização ocidental’, moderna, capitalista, é feita por vezes a partir de premissas que de nenhuma forma constituem um consenso entre nós. Não posso deixar de registrar o meu mal estar diante de certos aspectos dos questionamentos às bases materiais, ideológicas e filosóficas da sociedade atual. No tocante às bases materiais, a minha concordância com todos aqueles que preconizam a busca do equilíbrio e da harmonia com a mãe natureza (Pachamama) não me leva a aceitar as posições que descartam sumariamente a exploração de minérios, o uso do petróleo, a extração de madeiras e as tecnologias modernas, como ouvi no discurso de lideranças de organizações indígenas (o que não as impede, é claro, de usar os seus *laptops* e *pen drives*). Também não aceito a condenação à emergência do indivíduo e as conquistas de liberdades e de direitos individuais e coletivos oriundas da Revolução Francesa e de seus desdobramentos históricos. Temo o caráter fundamentalista de um tipo de pensamento que gostaria de ver o indivíduo submergir novamente no controle de comunidades cujos valores são idealizados e absolutizados.

Para o ambientalista Jean Pierre Leroy “os pobres já nasceram com a crise. Nesse sentido, a crise não é para a maioria. É, talvez, para as ONGs. Para construir uma estratégia não temos que construir uma utopia e depois voltar? Essa crise é uma crise de civilização ou de nossas organizações? A crise ambiental não deve ser mirada nos outros, mas o que dizer das nossas cidades, que têm uma dinâmica baseada no uso dos recursos naturais até a sua obsolescência? Precisamos ser movimentos sociais, uma tarefa difícil, pois exige de nós comportamentos alterados, mudados no sentido de repensar o horizonte de valores e utopias, de consumo, por exemplo. Outra coisa importante: se nos colocarmos ao lado dos movimentos, podemos alterar as coisas. Mas, como romper com as amarras de leituras do passado? A grande questão é que o estado é insuficiente para dar conta do futuro e repensar nos diferentes espaços as diferentes formas de poder; pensar inclusive de modo mais internacional; nos jovens me impressionam a força de sua criatividade e as novas formas de luta [*soft food* e seu diálogo com a segurança alimentar e nutricional]”.

Na disputa de projetos, colocam-se em campos opostos blocos de forças sociais e políticas com peso extremamente desigual, sem falar nos Estados. Não dá para comparar a força do campo que critica de forma mais ou menos radical o sistema capitalista e os atuais padrões civilizatórios (constituído pelos movimentos indígenas – apoiados talvez pelo governo de Evo Morales –, pelos eco-socialistas, pela IV Internacional etc.) com a força do Estado brasileiro e pelo projeto neodesenvolvimentista do governo Lula (timidamente desenvolvimentista, é verdade, já que não rompe com a hegemonia do capital financeiro nem com o agronegócio), de ampla base popular, profundamente sustentado na sociedade civil e, sobretudo, no movimento sindical onde encontra defensores apaixonados das hidrelétricas, da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) etc.

A busca dos sujeitos da transformação é ainda bastante patética. A cada edição do FSM surge uma nova esperança, como foi o caso da multidão negriana (em Porto Alegre), de Chávez e sua alternativa bolivariana (embora para mim seja muito difícil situá-lo num dos projetos em disputa acima mencionados, por suas alianças contraditórias com Lula e com Morales e sua dependência política do poder do petróleo), passando por Rafael Correa, Evo Morales, até chegar às organizações indígenas da Região Andina ou da América Central e do México, ou às quebradeiras de coco do Maranhão. Fica evidente que não está à vista a emergência com a força histórica necessária de um novo bloco de forças sociais e políticas capazes de produzir a ruptura do sistema. Enquanto isso, continuaremos a lidar com essa contemporaneidade de processos e de conflitos que se desenvolvem em tempos históricos totalmente diferenciados e produzem as mais estranhas e incongruentes alianças.

**FUNDO AUTÔNOMO
PARA O FORTALECIMENTO
DA CIDADANIA ATIVA**

Uma das principais questões que hoje se colocam para as instituições como as nossas, voltadas à defesa de direitos, é o desafio da sua sustentabilidade a longo prazo e de forma estável. Notamos que cada vez mais os fundos disponíveis são focados em projetos de curto e médio prazos, e não em recursos institucionais, que apostam em consolidar organizações e no seu trabalho de longo prazo, dentro de um campo político e numa dada perspectiva estratégica que possa fazer a diferença em nossas sociedades.

Este modelo de financiamento traz consequências para nossas organizações de várias ordens. Ao invés de elaborar um plano estratégico financiado com recursos de longo prazo, somos obrigados a permanentemente retrabalhá-lo e adaptá-lo aos recursos disponíveis em curto prazo, num exercício constante de não descaracterizá-lo programaticamente em nome da sustentabilidade institucional. Nos recursos públicos, em forma de convênios, não podemos pagar pessoal contratado por nossas instituições, nem suas taxas administrativas, empurrando-nos para o contrato de terceiros e para a precarização dos contratos de trabalho. Os recursos de entidades privadas, na sua maioria, nos levam para a lógica de mercado e dos valores baseados dos conceitos de produtividade e custo-benefício, ao invés daqueles orientados pelos direitos humanos, democracia e desenvolvimento sustentável.

Em função disso, o GPN se propôs, em conjunto com a Abong e em parceria com as entidades internacionais, a buscar alternativas para essas dificuldades. Uma dessas alternativas é enfrentar o desafio de formação de um fundo financeiro autônomo e sustentável, com aporte de recursos de empresas, de governos e da cooperação internacional, para financiar, na forma de *matching grant*, a atuação nacional e mundial de organizações brasileiras que atuam pelo exercício universal de uma cidadania ativa. Ao se constituir em fundo único, e na forma de *matching grant*, coloca-se a ênfase nos projetos aprovados pelas organizações e não nos interesses específicos de cada um dos doadores, a não ser na sua perspectiva política de apoiar um fundo de um conjunto de organizações identificado pelos seus valores e práticas sociais.

Um segundo desafio, também a ser enfrentado em parceria com a Abong e à partir da experiência acumulada pela associação, é o de colocar na agenda pública brasileira a criação de um fundo público específico para organizações de cidadania ativa. Para tanto, é necessário empurrar o debate sobre nossa identidade frente às demais organizações da sociedade civil e exercer pressão política sobre o Estado para que reconheça essa identidade através de um marco legal e, como consequência, a existência do fundo.

Recursos humanos e financeiros devem ser alocados para esses desafios, além de um planejamento estratégico definindo atividades e estabelecendo metas a curto, médio e longo prazos.

AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO FUNDO AUTÔNOMO

Ao longo das últimas décadas, as conquistas democráticas e a ampliação dos direitos de cidadania contaram com o engajamento e a mobilização de entidades, associações e movimentos sociais que configuram um campo político articulado em torno da implementação e defesa dos direitos humanos, entendidos em seu sentido amplo, como direitos civis, sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais.

Pela exposição pública de suas iniciativas, essas entidades, associações e redes conquistaram um reconhecimento e uma legitimidade perante a opinião pública que respalda seus trabalhos. Esses atores vêm introduzindo na agenda pública múltiplas visões e perspectivas originadas de organizações e movimentos e trazem à tona a ampla diversidade de identidades e vozes que compõem a sociedade brasileira.

O papel desse campo político é fundamental para o futuro da democracia em nosso país. Essas organizações assumem iniciativas da educação para a cidadania, defendem a noção de direitos e responsabilidades compartilhadas, articulam uma plataforma de valores éticos e a defesa da justiça social e ambiental. A partir dessa base comum, esses atores lutam contra todo tipo de discriminações, pressionam os poderes constituídos, avaliam políticas e práticas de agentes econômicos e agentes públicos, cobram transparência e responsabilidade social e ambiental.

São entidades engajadas na busca de novos paradigmas de desenvolvimento que atendam às exigências impostas pelas crises atuais, que se articulam, por exemplo, na defesa dos bens comuns e que lutam pela ampliação da democracia pela via dos processos de participação cidadã e controle social da gestão pública.

Fortalecer esse campo político significa ampliar a capacidade de ação e articulação dessas entidades, ajudando na atuação de organizações que articulam as demandas sociais a uma visão de futuro. Significa também mobilizar a sociedade civil tornando-a mais partícipe dos processos de desenvolvimento, que podem respaldar iniciativas de governo orientadas para a redução das desigualdades e a inclusão social.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer as capacidades das entidades identificadas com este campo político para ampliar a incidência pública de suas práticas, assim como sua capacidade de ação política e cultural a favor da cidadania e da democracia. Como objetivos específicos, são prioridades:

1. **Garantir a diversidade de expressões da sociedade civil brasileira** no debate das grandes questões nacionais e internacionais, na proposição e controle das políticas públicas, no combate às desigualdades, na defesa das identidades múltiplas dos atores sociais, na garantia e ampliação de direitos;
2. **Fortalecer as capacidades de incidência** das redes e fóruns de cidadania ativa a partir do fortalecimento das capacidades das entidades que os compõem;
3. **Fortalecer as capacidades de expressão autônoma, independente**, dessas entidades, redes, fóruns e movimentos sociais.

PRIORIDADE DE FINANCIAMENTO DO FUNDO AUTÔNOMO

Para apoiar o modo de ser e atuar das várias expressões de cidadania ativa e movimentos sociais, consolidando e empoderando tal campo político, a proposta é visar a institucionalidade e sustentabilidade da ação política e cultural em benefício da democracia que realizam. Assim, o Fundo Autônomo terá como prioridade de financiamento o apoio ao desenvolvimento institucional e não a projetos específicos.

O QUE ENTENDEMOS POR DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O desenvolvimento institucional das organizações de cidadania ativa e dos movimentos sociais é o desenvolvimento de suas práticas enquanto sujeitos públicos e o fortalecimento de sua capacidade de incidência política.

Essas organizações e movimentos contribuem para a cidadania, a garantia e ampliação de direitos e a democratização, através de atividades de:

1. Formação para a cidadania, desenvolvendo uma cultura democrática de direitos e responsabilidades;
2. Fortalecimento do tecido associativo, a emancipação dos sujeitos coletivos, sua identidade e sua voz, particularmente dos grupos que sofrem desigualdade e exclusão social;
3. Pesquisa e produção de conhecimentos para a ação política;
4. Controle social, avaliação e monitoramento de políticas públicas;
5. Articulação de redes e fóruns, no plano nacional, regional e mundial;
6. Debate sobre o futuro do país e alternativas de desenvolvimento;
7. Organização de mobilizações, eventos e campanhas em defesa de direitos, com vistas à uma agenda de democracia participativa e inclusiva.

Como desenvolvimento institucional, não se trata de escolher e apoiar essa ou aquela atividade, essa ou aquela organização ou movimento. Trata-se de reconhecer e garantir a existência da rica diversidade de expressões, nas mais diversas atividades. Por isso, um fundo para o desenvolvimento institucional deve considerar o conjunto e contemplar o apoio que mantenha e fortaleça a capacidade de incidência, que permita às organizações e movimentos continuar atuando a favor da cidadania e democracia.

Na prática, o fundo autônomo para o desenvolvimento institucional deve reconhecer a importância de apostar nos sujeitos da cidadania ativa enquanto tal, com suas estratégias autônomas, e muitas vezes críticas, de incidência no espaço público e na política. No caso dos movimentos sociais, trata-se de reconhecer e fortalecer as bases institucionais e organizativas de sua existência e operação como movimentos.

A melhora do seu desempenho é parte constitutiva do desenvolvimento institucional de qualquer organização de cidadania ativa e dos movimentos sociais. Por isso, são condicionalidades do desenvolvimento institucional o aprimoramento contínuo dos processos e mecanismos de transparência, práticas contábeis, gestão de pessoal e gestão administrativa, planejamento estratégico.

O ACESSO AO FUNDO E A POLÍTICA DE MATCHING GRANT

O acesso ao fundo é universal para todas as entidades que preenchem os critérios de habilitação e desenvolvam a pesquisa e produção de conhecimentos para a ação política como atividade-fim e deverá se dar por meio da convocatória de editais.

Propõe-se que o Fundo seja capaz de compor o orçamento dessas organizações, com base na sua missão e atividades-fim até o limite de 25% do seu orçamento, estabelecendo um teto para essa contribuição em função dos recursos disponíveis e da demanda apresentada a cada ano.

DESAFIOS PARA AS ORGANIZAÇÕES

Precisamos nos refundar como organizações de cidadania ativa, uma tarefa, antes de tudo, de cada organização. Trata-se de criar bases de sustentabilidade política e financeira num contexto em que nossa agenda e atuação são levadas a se mundializar, mas nossa razão de ser, originária e fundante, continua sendo a sociedade brasileira, com suas exclusões sociais, desigualdades e discriminações, destruição ambiental e injustiça sócio-ambiental, bem como o questionamento do papel que agentes do Estado e da economia do Brasil assumem no redesenho geopolítico do mundo.

Tomar posição frente a um contexto extremamente complexo de crise global: o desafio anterior torna-se infinitamente mais complexo frente ao lugar do Brasil no contexto da crise do desenvolvimento capitalista que aprofunda a atual crise civilizatória. No caótico cenário mundial, o Brasil tem sido visto como uma ilha de relativa tranquilidade, um país de renda média, com um governo progressista e comprometido com políticas sociais voltadas para a redução da pobreza. Agora, depois dos anos de bonança com que foi brindado o governo Lula – graças, em parte, ao contexto econômico mundial extremamente favorável existente até 2008 –, o Brasil voltará a enfrentar a crônica situação de vulnerabilidade externa que tem marcado a sua economia desde o colapso do modelo nacional-desenvolvimentista. Por outro lado, as contradições da inserção subordinada do Brasil na economia globalizada continuam sendo vistas no exterior de forma pouco crítica ou francamente distorcida, dada a funcionalidade do lugar ocupado pelo Brasil como país primário-exportador, produtor de agrocombustíveis etc.

Revisão das alianças: com a dissolução do bloco político que agregava organizações da sociedade civil e movimentos sociais no período que precedeu o governo Lula, delineiam-se agora novos alinhamentos entre, de um lado, aqueles que colocam a ênfase na crise civilizatória e na catástrofe ambiental e, de outro lado, aqueles que apostam na superação da crise econômica e financeira, com a recuperação dos níveis de emprego, sem questionar as bases do sistema. Estamos desafiados a enfrentar situações de relativo isolamento político e a lidar de forma flexível com as contradições e divisões que caracterizam o cenário atual dos movimentos sociais no Brasil.

Incidência política no contexto nacional, regional e mundial: Somos desafiados a pensar grande para realizar grandes projetos de incidência política no contexto nacional, regional e mundial, que sejam capazes de nos dar novas bases de sustentabilidade política e financeira. Precisamos encarar o desafio de contribuir para fazer emergir uma nova onda de radicalização da democracia, tanto no interior do Brasil, para tornar visíveis

os invisíveis e dar voz aos que não tem voz, quanto nos processos e nas estruturas que moldam o mundo de amanhã. Como coletivo, não podemos nos limitar a nós mesmos, mas devemos assumir o papel de abrir frentes e alternativas que venham fortalecer o próprio campo de organizações de cidadania ativa em que nos situamos. A relevância do papel das ONGs brasileiras no contexto internacional tem sido avaliada por muitos de nossos parceiros da cooperação internacional como desproporcional, em importância e abrangência, considerando as forças que dispomos. Aqui o desafio é potencializar as nossas limitadas forças através da ação coletiva.

Relação de nova qualidade com o governo brasileiro no tocante à cooperação: tendo em vista a crescente importância que o Brasil tem no mundo, e o reconhecimento do papel das ONGs brasileiras nas relações internacionais, estamos diante do desafio de obter do governo brasileiro o reconhecimento desse papel, traduzido em novas bases de relacionamento institucional com as ONGs no âmbito da cooperação internacional.

Identidade das organizações e marco legal: promover um amplo debate com o conjunto da sociedade acerca das relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Conforme análise feita pela Associação Brasileira de ONGs, “o complexo arcabouço jurídico existente demonstra a convivência de concepções contraditórias, mas predominantemente, da compreensão de que as entidades da sociedade civil existem para executar políticas públicas, pautando-se no princípio que o Estado não tem condições de assegurar a universalidade, integralidade e acessibilidade de direitos, através de serviços e de benefícios, princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Contraditoriamente, após a aprovação da Constituição, cujo eixo central anunciado é a universalidade de direitos, construída através de políticas públicas em um Estado democratizado, dá-se início à diminuição das estruturas públicas e expansão da terceirização de funções públicas, a partir de parcerias com as chamadas organizações não governamentais”. A partir daí, esperava-se que fossem assegurados:

- A superação da arcaica relação de financiamento público indireto entre Estado e sociedade civil, existente desde os tempos da República Velha;
- A superação da crise de legitimidade das organizações do nosso campo, decorrente da confusão entre elas e um universo indiferenciado de organizações filantrópicas, assistencialistas, fundações empresariais e falsas entidades sem fins lucrativos, que prevalece no imaginário e no senso comum da sociedade brasileira;
- O reconhecimento da identidade própria das organizações não governamentais de cidadania ativa, que atuam na perspectiva dos direitos e estão voltadas para a construção de alternativas sustentáveis e democráticas para a sociedade brasileira;
- A superação da falta de vontade política dos poderes do Estado brasileiro para dar um tratamento transparente à questão, visando refundar as relações do Estado com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- Estabelecimento de um marco legal adequado ao fortalecimento institucional e à sustentabilidade econômica e política das nossas organizações.



SEMINÁRIO GPN

IDENTIDADE, RELEVÂNCIA E PERSPECTIVA NO CAMPO DE ORGANIZAÇÕES DE CIDADANIA ATIVA DO BRASIL

15 A 17 DE MARÇO DE 2011

EXTRATO DA CARTA CONVITE

O GPN está organizando este seminário entre dirigentes (e ex-dirigentes, bem como chegados) de organizações de cidadania ativa do Brasil para juntos refletirmos sobre os desafios que temos pela frente em termos de sustentabilidade política e financeira. Pretendemos que seja um encontro para com-partir certezas e incertezas sobre o presente e o futuro de nosso campo.

O GPN é um coletivo de dirigentes de Fase, Cecip, Polis, Ação Educativa, Gelêdes, Inesc, SOSCorpo, Centro de Cultura Luiz Freire e Ibase, organizações brasileiras de cidadania ativa, todas afiliadas à Abong. O coletivo tem se encontrado nos últimos três anos para compartilhar seus sonhos, buscas, análises e dúvidas diante dos novos desafios, das responsabilidades e das possibilidades das organizações para continuar com sua missão de contribuir na construção de sociedades mais justas, iguais e sustentáveis. O GPN se constituiu a partir de uma demanda que a Oxfam Novib fez ao Ibase para ajudar a pensar o papel da Oxfam Internacional no Brasil. Essa demanda se transformou em um pedido do Ibase a um grupo de seus parceiros no campo das organizações brasileiras de cidadania ativa para pensar conjuntamente tanto a OI como nosso próprio futuro e o papel da cooperação inter-nacional. O GPN foi criado em 2008 e seu nome decorre do hotel onde nos reunimos pela primeira vez.

Os encontros até aqui realizados permitiram reafirmar compromissos comuns, baseados em valores éticos e visões estratégicas compartilhadas ao longo de uma história profundamente ligada ao processo de democratização do Brasil. Constituímos-nos e nos legitimamos na luta contra a ditadura, na educação popular e no fortalecimento de movimentos sociais, nos mobilizamos pela nova institucionalidade cidadã, criada pela Constituição de 1988, participamos ativamente de redes, fóruns e conselhos, realizamos campanhas, monitoramos e avaliamos políticas públicas, progressivamente internacionalizamos nossas agendas e nossa atuação e nos engajamos no Fórum Social Mundial. Hoje, não mais podemos conceber nossa atuação separando o nacional do mundo de que ele é parte. Agimos localmente com uma perspectiva mundial e incidimos nas temáticas mundiais com uma clara inserção local.

GNP não substitui e nem compete com a Abong. Não se pensa como representação. Quer encontrar novas formas de atuar para potencializar a incidência de cada organização membro do GPN e refazer seu modo de ser, suas bases de existência. As organizações participantes têm um claro compromisso em fortalecer a Abong e o campo das ONGs.

O GPN foi apoiado até aqui por OXFAM Novib, a quem somos muito gratos. Nesta etapa final do projeto planejamos um seminário de troca da nossa reflexão com as entidades do campo. É para este seminário que estamos convidando vocês todas e todos. Não sabemos ainda se continuaremos ou não como grupo de trabalho. Vamos discutir isto após o seminário. O fato é que o financiamento da OXFAM Novib termina como o seminário.

O Seminário está concebido como um “conversa” sobre nossas “convergências e nossas possibilidades coletivas” para o futuro. Não é uma “conversa para ação”, um planejamento estratégico ou algo do gênero. Portanto, tem um final aberto: o ponto de chegada será aquele que as nossas discussões mostrarem ser possível, e não está planejado de antemão.

PROGRAMAÇÃO

OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

- Compartilhar as questões que mobilizaram o GPN na perspectiva da reinvenção institucional, política e financeira das organizações do nosso campo
- Identificar as convergências e relevância social e política deste campo de organizações no atual contexto nacional e internacional
- Identificar os desafios e as possibilidades coletivas para o futuro

PAUTA

DIA 15

20h00	<ul style="list-style-type: none"> • Momento Inicial • Boas vindas, apresentação e expectativas dos participantes • O GPN, motivações e trajetória • Pressupostos e motivação encontro: a relevância e o sentido da existência do nosso campo de organizações como questão chave
-------	--

DIA 16

08h30	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do programa do seminário <p>1. Nós como sujeitos coletivos</p> <p>1.1.0 que nos distingue como campo e como organizações?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provocação inicial - Sérgio Haddad • Grupos <ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os aspectos ou elementos distintivos de nossas organizações enquanto sujeito coletivo em relação àquelas que constituem o universo ampliado das ONGs ou do chamado terceiro setor? 2. Quais destes aspectos poderiam ou deveriam ser destacados de modo a afirmar mais claramente a nossa singularidade e relevância neste universo?--
10h15	Intervalo
10h45	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Síntese dos Grupos • Debate em Plenária
12h00	Almoço
15h00	<p>1.2. Quais os desafios que visualizamos no atual contexto?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provocação inicial - Carmem Silva • Grupos <ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os desafios que identificamos para este campo de organizações neste momento histórico?
18h00	Videos
20h00	Festa dos vários aniversários institucionais

DIA 17	
08h30	(Cont.) Quais os desafios que visualizamos no atual contexto? <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Síntese dos Grupos • Debate em Plenária
10h00	Intervalo
10h30	2. Nossa Relevância no Cenário Atual <p>2.1. As possibilidades estratégicas de incidência significativa e relevante do nosso campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provocação inicial - Jorge Eduardo Durão • Grupos <ol style="list-style-type: none"> 1. Em quais tema/desafios temos maiores acúmulos? Maior capacidade de proposição? Capacidade de articulação, mobilização e construção de força social e política significativa? 2. Em síntese, em quais deles poderíamos incidir de forma significativa e relevante como campo? Como? 3. O que identificamos como possibilidades coletivas para o futuro?
12h30	Almoço
15h00	Videos
15h30	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Síntese dos Grupos • Debate em Plenária
17h30	Encerramento e avaliação
18h00	Café de despedida
18h30	Retorno ao Rio

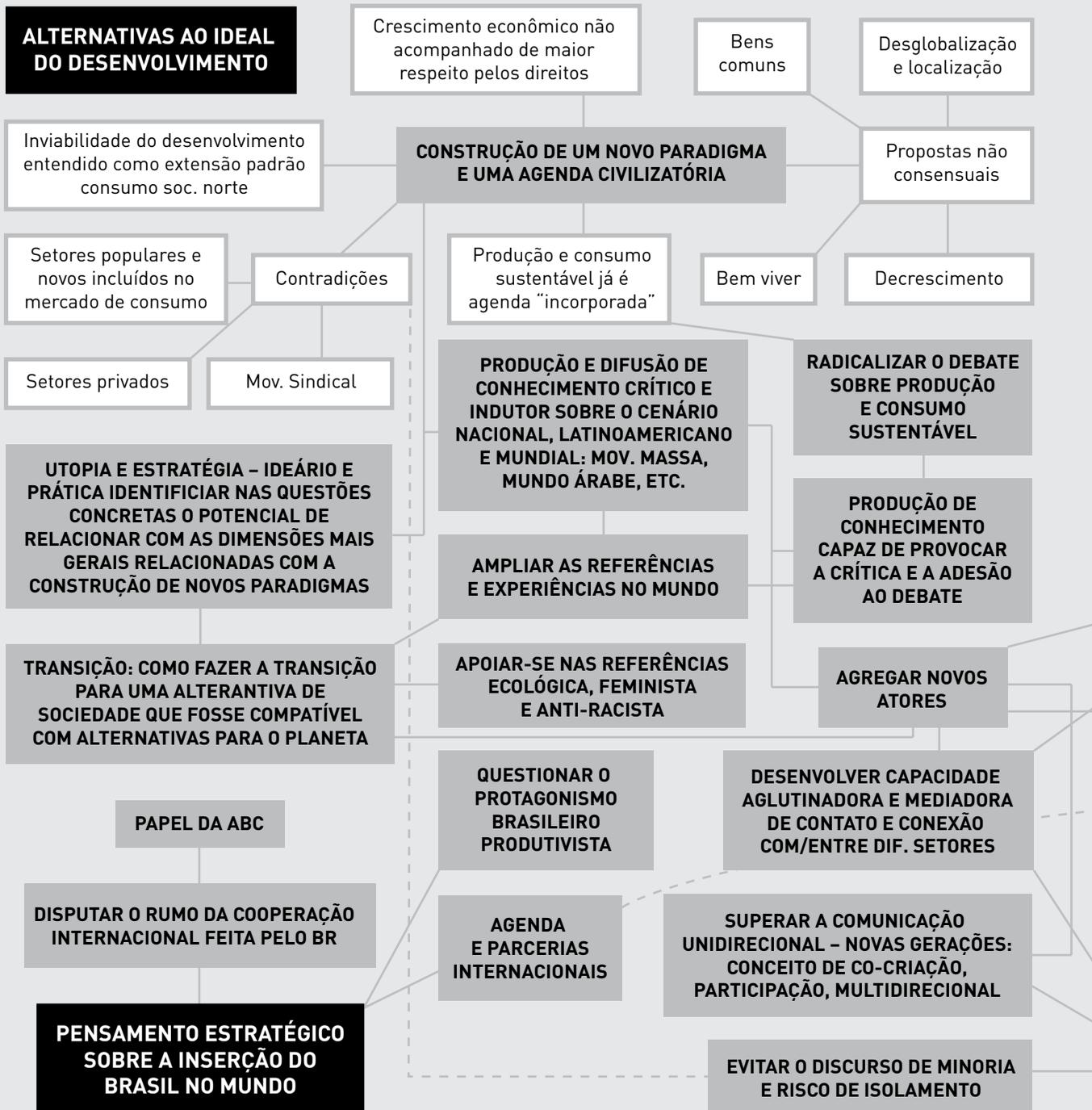
NÓS COMO SUJEITOS COLETIVOS

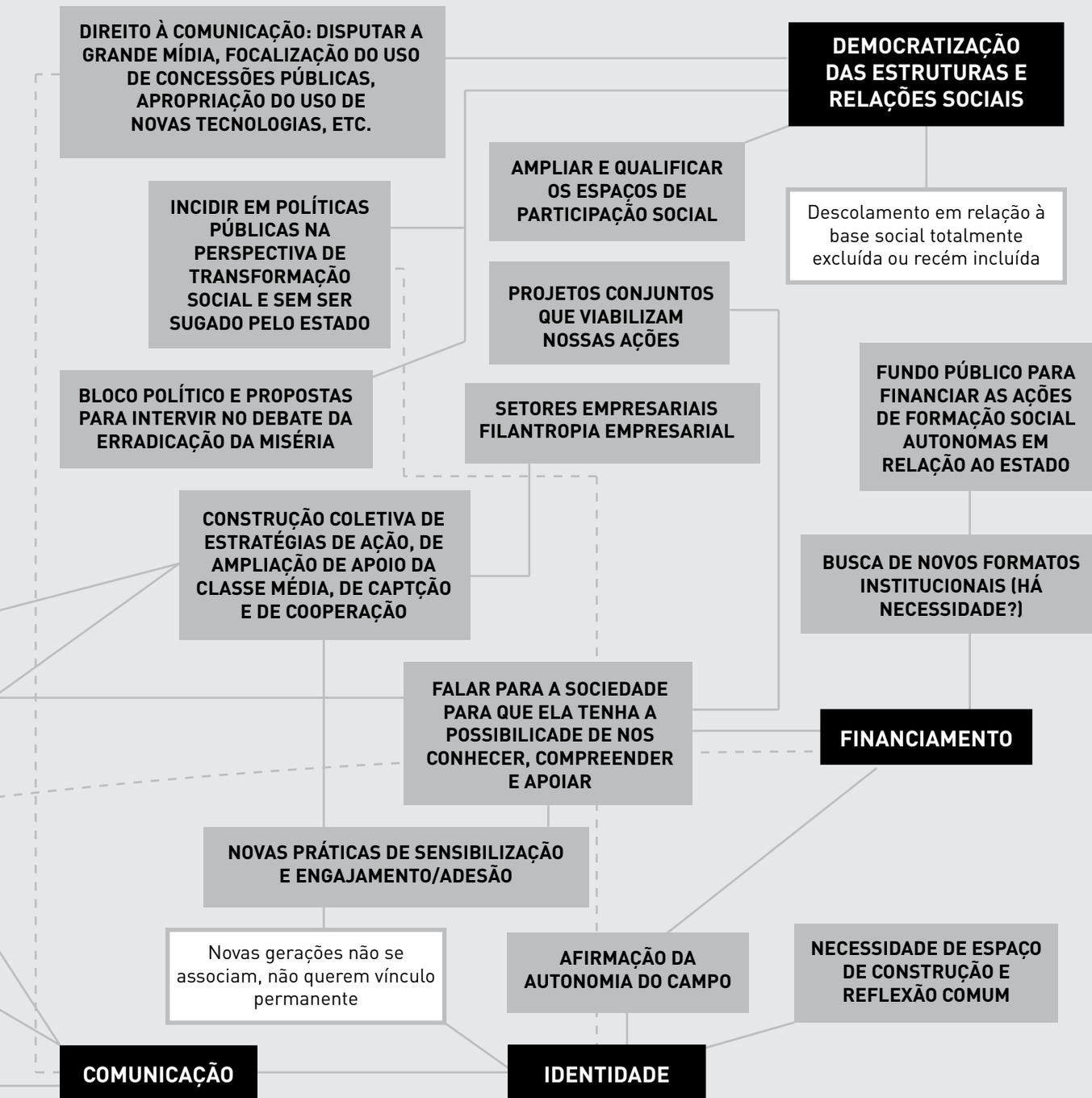
O QUE NOS DISTINGUE COMO CAMPO E COMO ORGANIZAÇÕES?

Perguntas Orientadoras

1. Quais são os aspectos ou elementos distintivos de nossas organizações enquanto sujeito coletivo em relação àquelas que constituem o universo ampliado das ONGs ou do chamado terceiro setor?
2. Quais destes aspectos poderiam ou deveriam ser destacados de modo a afirmar mais claramente a nossa singularidade e relevância neste universo?

MAPA 1_ **NÓS COMO SUJEITOS COLETIVOS**





Aspectos Gerais da Identidade

- Identidade é relacional - definida na relação com e pelos demais. Existe um grande campo que briga por justiça social, mas com diferentes formas.
- A dimensão pessoal está intimamente ligada à configuração deste campo. O engajamento pessoal, a militância foi e continua sendo é a motivação base, embora também tenhamos desenvolvido profissionalismo. Porém, há tensões entre profissionalismo e militância, principalmente no que se refere aos novos profissionais do campo
- Nossas organizações se diferenciam dos movimentos. Antes éramos apoio e estávamos a serviço de movimentos. Hoje nos definimos como atores próprios e vários de nós produzimos diretamente mobilização social, como as organizações feministas e de mulheres, por exemplo.
- Parte constitutiva da identidade a questão da solidariedade internacional
- É possível que nos vejamos como organizações de CIDADANIA ATIVA. Porém o conceito ainda carece de precisão na medida em que não apenas as “ongs” são entidades de cidadania ativa.

Dimensão Utópica e de Projeto

- Transformação social (como ponto de partida e ponto de chegada)
- Construção de alternativas ao modelo
- Anti-capitalista,
- antipatriarcal e antiracista (ao mesmo tempo uma intenção e um desafio: este tema ainda está no campo das contradições)
- Radicalidade na forma de abordar as questões (perda de dimensão utópica gera perda de radicalidade)
- Radicalização da democracia – Igualdade, direitos e diversidade
- Atores políticos e valorização da política como espaço de atuação e incidência
- Observação: há necessidade de reconstrução da dimensão utópica, o que não se restringe ao universo das ongs

O Como? A Práxis do Campo

- Somos sobretudo Produtores de Conhecimento
- Carregamos uma Perspectiva político pedagógica marcada pela integração das seguintes dimensões:
 - A produção do conhecimento como um processo coletivo, tanto como método como objetivo (produção de um saber coletivo)
 - a formação de sujeitos políticos como horizonte, intimamente ligada ao processo de produção de conhecimento
 - a formação política como prática permanente e constitutiva do campo
- A realização de serviços como parte de processos de experimentação e formação, e não com fim em si
- Produzimos metodologias e conceitos inovadores – Espaços de mediação e experimentação prática de soluções
- Atuamos em causas públicas
- Buscamos interferir no debate público e nas políticas públicas
- Reconhecimento dos conflitos e base para a politização
- Possuímos a perspectiva da Multidimensionalidade
 - Visão sistêmica da sociedade
 - Buscamos multiabordagem, fazemos conexões entre temas e dimensões
 - Hoje coexistem paradigmas diversos como fundamentos das organizações. Alguns desses paradigmas partem da visão sistêmica, outros se apoi-am mais em causas específicas (Debate: elemento de contradição ou pontos de partida distintos mas orientados pela mesma perspectiva de transformação social e de radicalidade?)
 - Buscamos unidade apoiada no reconhecimento e valorização da diversidade
 - Para dentro e para fora - temos uma perspectiva democrática para a própria organização. Coerência na organização das próprias organizações.

QUAIS OS DESAFIOS QUE VISUALIZAMOS NO ATUAL CONTEXTO?

Pergunta Orientadora

Quais são os desafios que identificamos para este campo de organizações neste momento histórico?

Subsídio aos Grupos – Desafios na visão do GPN

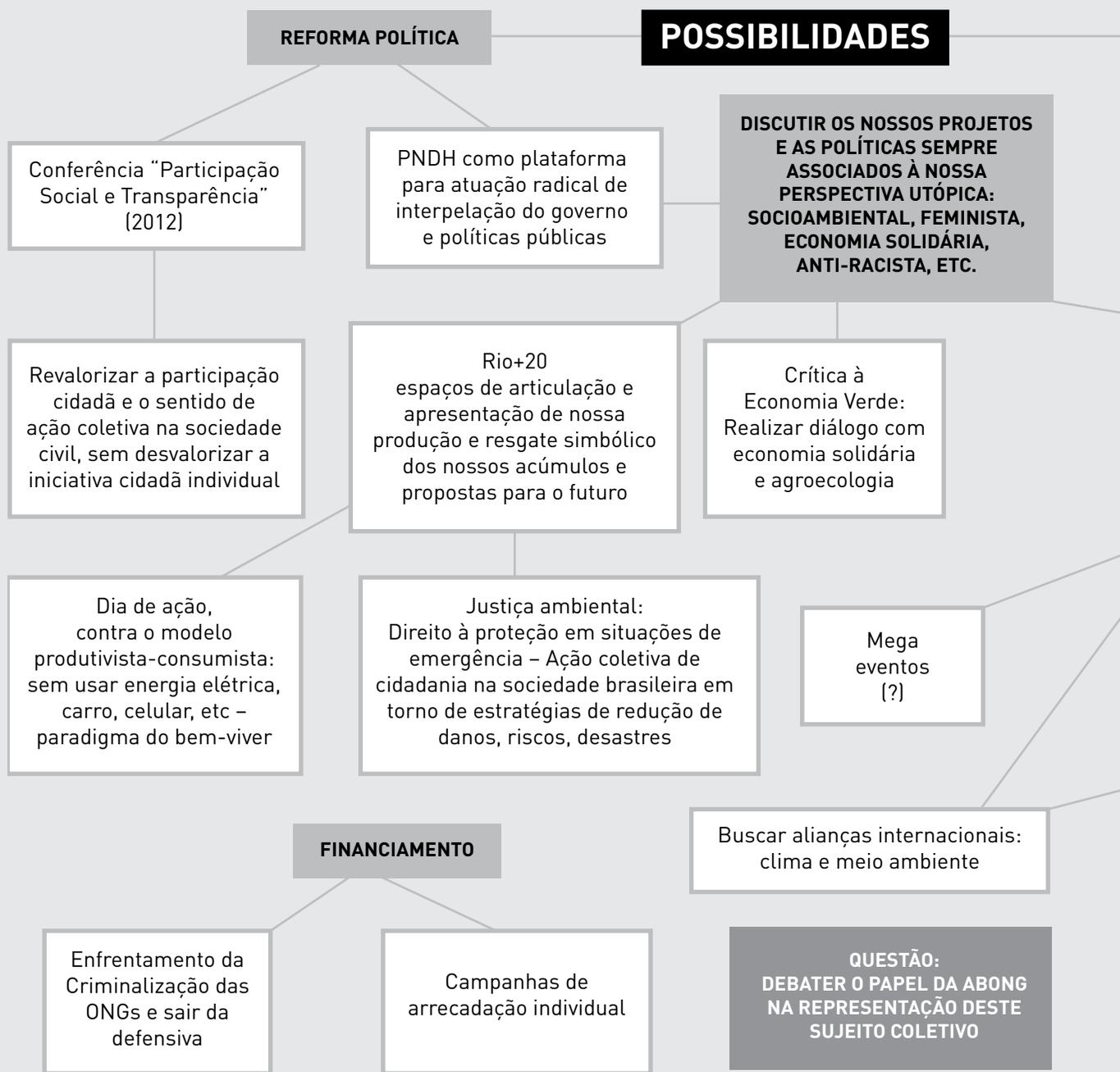
1. **Criar alternativas ao ideal do desenvolvimento como modelo para criação de sociedades justas igualitárias e democráticas**
 - Crítica ao modelo de desenvolvimento, internalização de modelo industrial produtivista e consumista, de conquista e exploração dos bens comuns naturais, concentrador de riquezas e reprodutor de bolsões de pobreza e desigualdades;
 - Construção de um novo paradigma e uma nova agenda civilizatória;
 - Territorialização e realocização: biodiversidade e sociodiversidade e o imperativo da biocivilização;
 - Justiça social e ambiental;
 - Como alternativa ao crescimento como base de desenvolvimento, o paradigma do bem viver;
 - Novo tipo de Estado, nova sociabilidade e solidariedade.

2. **Animar nova onda democratizadora das estruturas e relações sociais**
 - Construção da democracia social para além da institucionalidade democrática: todos os direitos humanos a todos os seres humanos como referência;
 - Fortalecimento da dinâmica democrática pela participação cidadã a mais ampla possível;
 - Gestão política democrática das economias e em sintonia com as potencialidades de territórios em sua diversidade e com sua população e cultura;
 - Tornar visíveis os invisíveis e dar voz a quem não tem voz: fermentando ideias e movimentos irresistíveis.

3. **Desenvolver um pensamento estratégico fundado em organizações de cidadania ativa brasileiras sobre a inserção do Brasil na região e no mundo**
 - Questionamento do papel dos agentes do Estado e das empresas do Brasil no redesenho geopolítico da região e do mundo;
 - projeto cidadão de região e Estados plurinacionais versus agenda de acesso a mercados, multinacionalização e integração de negócios;
 - multilateralismo e nova arquitetura do poder regional e mundial;
 - políticas e processos de cooperação: diálogos Sul-Sul, Sul-Norte, Leste-Oeste para novas agendas de solidariedade mundial;
 - promoção da cultura da paz, do compartilhamento e de respeito à diversidade social e cultural.

4. Identidade, alianças e sustentação das organizações

- Superação da arcaica relação de financiamento público indireto entre Estado e sociedade civil, existente desde os tempos da República Velha;
- Reconhecimento da identidade própria das organizações (não-governamentais) de cidadania ativa, que atuam na perspectiva dos direitos e estão voltadas para a construção de alternativas sustentáveis e democráticas para a sociedade brasileira;
- Superação da falta de vontade política dos poderes do Estado brasileiro para dar um tratamento transparente à questão, visando refundar as relações do Estado com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- Com a dissolução do bloco político que agregava organizações da sociedade civil e movimentos sociais no período que precedeu o governo Lula, delineiam-se agora novos alinhamentos entre, de um lado, aqueles(as) que dão ênfase à crise civilizatória e à catástrofe ambiental e, de outro lado, aqueles(as) que apostam na superação da crise econômica e financeira, com a recuperação dos patamares de emprego, sem questionar as bases do sistema;
- Bases de sustentabilidade política e financeira em um contexto em que nossa agenda e atuação são levadas a se mundializar, mas nossa razão de ser, originária e fundante, continua sendo a sociedade brasileira, com suas exclusões sociais, desigualdades e discriminações, destruição ambiental e injustiça socioambiental;
- Pensar de forma mais ampla para realizar grandes projetos de incidência política no contexto nacional, regional e mundial, que sejam capazes de nos dar bases novas de sustentabilidade política e financeira;
- Como coletivo, não podemos nos limitar a nós mesmos(as), mas devemos assumir o papel de abrir frentes e alternativas que venham a fortalecer o próprio campo de organizações de cidadania ativa em que nos situamos;
- A relevância do papel das ONGs brasileiras no contexto internacional tem sido avaliada por muitos de nossos parceiros da cooperação internacional como desproporcional, em importância e abrangência, às forças de que dispomos. Aqui, o desafio é o de potencializar as nossas limitadas forças por meio da ação coletiva



PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Totalização como um processo de aproximações progressivas

Revista comum distribuída nacionalmente

Atividades conjuntas em cima de pautas, não de projetos

Promover maior diálogo entre as organizações para troca de saberes e experiências: grupo de trabalho

Intensificar estratégias de socialização / comunicação dos acúmulos produzidos

Cooperação Brasil: debate público de uma política de Estado para a cooperação cidadã: não restrito ABC; Conselhão da política externa

Intensificar diálogo com outros campos, em particular com as universidades

Agenda e um grupo para discussão do novo paradigma e perspectiva utópica

Reflexão e elaboração sobre o FSM pós- fórum de Dakar

TEMAS PARA A ABONG

PNDH COMO PANO DE FUNDO: PRESENÇA MAIS MARCANTE

ABONG COMO UMA PLATAFORMA ARTICULADORA DE AÇÃO, NO LUGAR DE SER SOMENTE UMA ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE

MARCO LEGAL

FAVORECER A CRIAÇÃO DE ESPAÇO EFETIVO DE INTERCÂMBIO PARA ENFRENTAR MAIS O PROBLEMA DA CRISE FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES

REFORÇAR O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS / SOCIAMBIENTAIS

RECUPERAR O MAPA DOS FAZERES DAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES

PENSAR PROCESSOS DE REELABORAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA

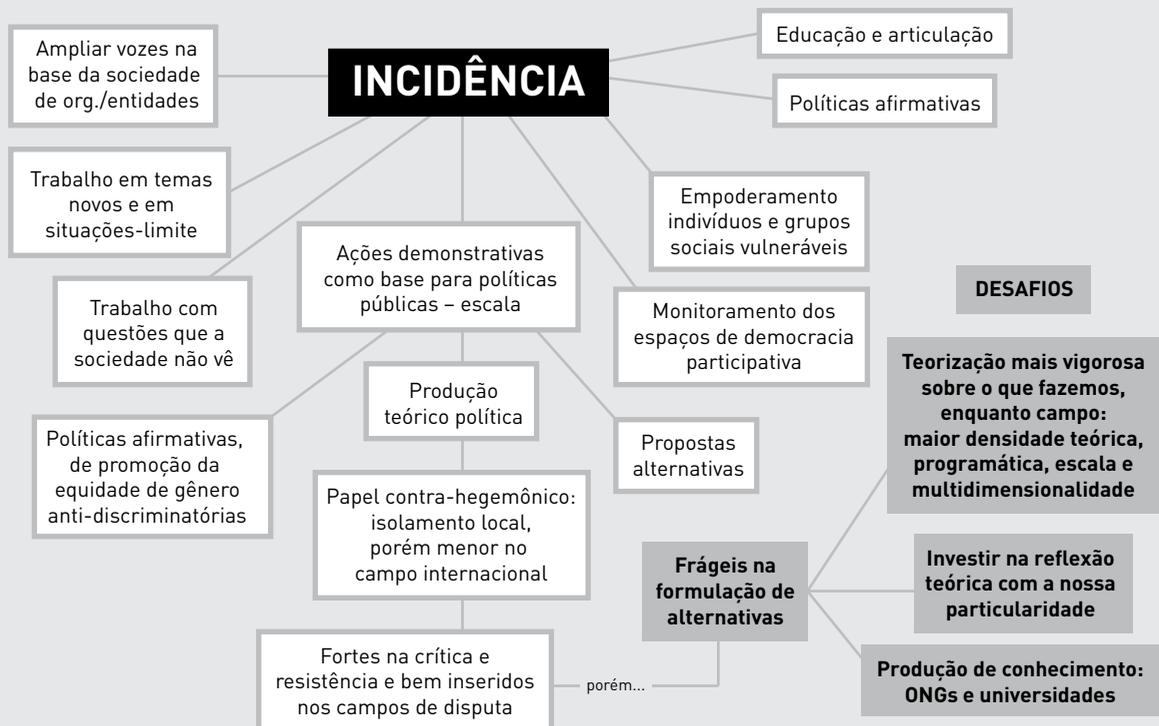
NOSSA RELEVÂNCIA NO CENÁRIO ATUAL

AS POSSIBILIDADES ESTRATÉGICAS DE INCIDÊNCIA SIGNIFICATIVA E RELEVANTE DO NOSSO CAMPO

Pergunta Orientadora

1. Em quais desafios temos maiores acúmulos? Maior capacidade de proposição? Capacidade de articulação, mobilização e construção de força social e política significativa?
2. Em quais deles poderíamos incidir de forma significativa e relevante como campo? Como?
3. O que identificamos como possibilidades coletivas para o futuro?

SÍNTESE DOS GRUPOS_ÁREAS DE INCIDÊNCIA SIGNIFICATIVA E RELEVANTE DO CAMPOS



ANEXOS

ANEXO 1

CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO DE ONGS PARA O ACESSO A FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

FRANÇA

A França viveu recentemente alterações da estrutura de apoio e financiamento da cooperação para o desenvolvimento. Não só esse setor sofreu alterações formais e de orientação política, mas o conjunto do aparelho estatal francês vem desde a última eleição geral passando por um processo de ajuste e reestruturação dentro do quadro da *Révision Générale des Politiques Publiques* (RGPP).

Destas mudanças resultaram a transformação da estrutura de gestão e financiamento da cooperação para o desenvolvimento. A *Agence Française de Développement* (AFD) é a nova financiadora e gestora da cooperação, agregando status de instituição bancária e gestora do setor. Esse arranjo é resultando da transferência de novas competências para a Agência, em especial o financiamento de projetos das ONGs que anteriormente era de competência da *Mission d'appui à l'action internationale des Organisations Non Gouvernementales* (MAAIONG) do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus (MAEE, na sigla em francês).

A Divisão de Parceria com as ONGs (DPO), instalada em 1º de janeiro de 2009, é responsável pelo acompanhamento das parcerias estratégicas com as ONGs (POS 2) e o financiamento das iniciativas das ONGs; submete-se à Missão das Relações com a Sociedade Civil (DGM/CIV), da Direção Geral de Mundialização, da Cooperação e das Parcerias do MAEE.

O ano de 2009 é um período de transição, durante o qual novos dispositivos de cooperação estão em discussão com as ONGs.

PROGRAMAS E PROJETOS PARA O SETOR DE ONGS PARA O DESENVOLVIMENTO

A AFD baseia sua ação de cooperação internacional via ONGs no *Programme d'Orientation Stratégique* (POS 2), adotado em 2006 e que consta com nove dispositivos de financiamento divididos em três grupos.

Para as ONGs são permitidos financiamentos plurianuais, de três a quatro anos, com normas diferentes por tipo de financiamento e contrapartida da ONG variando entre 25% e 50% do valor total do recurso. Há uma indicação de que é desejável que as ONGs que pleiteiam estes projetos sejam afiliadas à Cordination SUD, embora não seja pré-requisito para acessar subvenções estatais.

Há seis tipos de projetos e/ou programas de financiamento disponíveis para Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs):

1. Projetos locais – *Les projets de terrain*
2. Acordos programáticos – *Les conventions programme (CP)*
3. Programas pluri-atores – *Les programmes concertés pluri-acteurs (PCPA)*
4. Programas inter-associativos – *Les programmes inter-associatifs (PIA)*
5. Projetos de sensibilização para o desenvolvimento e solidariedade internacional
6. Projetos de estruturação do tecido associativo social

SETOR DE ONGS E SUAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO

Na França existem cerca de 880 mil ONGs constituídas segundo os parâmetros da legislação nacional, datada de 1901 (lei 1901), de vários tipos e tamanhos, com finalidades muito diversas. Desse conjunto, 329 têm dimensões nacionais, segundo a *Commission Coopération et Développement* (CCD), sendo que as vinte maiores ONGs centralizam 75% dos recursos do setor.

A Coordination SUD é uma coordenação nacional de ONGs francesa de solidariedade internacional, fundada em 1994, sob a lei de 1901. Representa seis coletivos e mais de 130 ONGs membros. Há outras plataformas de ONGs como a CLONG-Volontariat, Comissão internacional do CNAJEP, Coordination d’Agen, Crid, Forim e Groupe Initiatives.

CRITÉRIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DE ONGS E PEDIDOS DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS

A AFD estabelece dois tipos de critérios e mecanismos de elegibilidade dos projetos. O primeiro tipo de condição refere-se aos critérios de elegibilidade da ONG que, para se credenciar aos financiamentos da Agência, devem atender alguns critérios gerais que mensuram sua constituição jurídica, sua vida associativa, seus parceiros e capacidade de gestão. O segundo conjunto de condições diz respeito aos critérios de seleção dos projetos. Esses critérios são alterados para cada um dos tipos de financiamento pleiteado, adequando-se aos conteúdos e dinâmicas de cada programa. O guia de orientação desse credenciamento está disponível no documento *Le cofinancement des projets et programmes des organisations non gouvernementales*, da AFD, disponível no sítio eletrônico da Agência (www.afd.fr).

Critérios de elegibilidade da ONG

1. Regime jurídico – a ONG deve ser constituída como *associação* segundo a lei de 1901, sendo que a sua atividade deve concentrar-se total ou parcialmente no desenvolvimento e à solidariedade internacional.
2. Tempo de existência:
 - a. As ONGs devem ter no mínimo três anos de constituição; e
 - b. As ONGs devem comprovar trabalho por três anos na área de desenvolvimento.

3. Vida associativa – justificativa do funcionamento interno, provando estar de acordo com os seguintes critérios:
 - a. Realizar assembleias (gerais, regionais e de direção) regulares; publicar relatórios de atividades e balanço financeiro anuais;
 - b. Ter parte dos recursos advindos de entes privados, disponibilizando os nomes dos membros e doadores;
 - c. Possuir escala de remuneração para diferentes de categorias profissionais; decisão de uso de recursos excedentes (se houver) em assembleia;
 - d. Ampliação e qualificação de serviços voluntários;
 - e. Respeito à ética.
4. Capacidade de gestão dos projetos – Demonstração de capacidade técnica e financeira, que será averiguada a partir dos trabalhos desenvolvidos nos últimos três anos. Serão observados nos trabalhos apresentados: projeto de investimentos, transferência de saberes e formação profissional, entre outros não especificados.
5. Contato com outros parceiros associativos – É desejável que a ONG participe de agrupamentos geográficos ou temáticos.
6. Subvenções já recebidas – A ONG deve estar em dia com suas prestações de relatórios caso tenha recebido subvenções do MAEE.
7. Situação orçamentária:
 - a. A ONG deverá apresentar suas contas saneadas, que deverão ser auditadas e ou certificadas segundo as obrigações legais;
 - b. A ONG não poderá receber recursos de origem ilícita (tráfico de drogas, fraude ao interesse financeiro das comunidades europeias, corrupção ou de terrorismo).
8. Organismos não elegíveis: pessoas que ajam de forma individual, seções locais de associações nacionais ou partidos políticos.

Critérios de avaliação e seleção dos projetos

Para cada um dos seis tipos de programas e/ou fundos destinados às ONGs há um conjunto de critérios específicos de julgamento das propostas. São dois tipos de critérios: de **elegibilidade**, que diz respeito à pertinência ou não daquele projeto àquele fundo; e de **apreciação/avaliação**, que diz respeito ao conteúdo propriamente dito dos projetos e sua adequação aos objetivos da AFD.

Dentre os critérios de elegibilidade estão os seguintes fatores: natureza do projeto, orçamento, parcerias e exclusões (ou projetos não elegíveis).

Os critérios de apreciação de conteúdos são mais heterogêneos, dada a sua natureza, mas é importante destacar alguns itens apresentados como **elementos de avaliação dos projetos**, a saber: perenização da ação, dimensão do projeto, parcerias locais, coerência com os objetivos da cooperação internacional e avaliação.

Nota-se que há coerência com as orientações gerais da cooperação francesa no conjunto de critérios de avaliação do conteúdo dos projetos e uma preocupação em estabelecer metodologias de avaliação dos projetos financiados.

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS: OS DOSSIÊS ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E FINANCEIRO

No ato do primeiro pedido de financiamento as ONGs devem apresentar dois dossiês à AFD: um administrativo, apresentado um vez ao ano no momento do primeiro pedido; e um dossiê técnico e financeiro. Os modelos a serem apresentados estão disponíveis no sítio eletrônico.

Documentos que compõem o dossiê administrativo:

- Ficha de informação do requerente;
- Cópia assinada dos estatutos, com estrutura organizacional, o relatório de progresso nos últimos três anos e documentos que comprovem as atividades realizadas;
- Cópia do registro na prefeitura e uma cópia da publicação no Jornal Oficial;
- Lista de recursos públicos solicitados para o ano corrente;
- Orçamento estimativo para o ano em curso mostrando a quantidade de propostas de auxílio;
- Para a primeira solicitação: os registros contábeis (por associações com menos de €153 mil de fundos públicos) ou registros contábeis auditados ou certificados (para as associações com mais de €153 mil de financiamento público) dos últimos três anos (balanço patrimonial, demonstração de resultados etc.) mostrando a origem (pública ou privada) dos recursos financeiros. Essa informação será atualizada anualmente;
- Coordenadores e membros da ONG, e principais executivos.

Documentos que compõem o dossiê técnico e financeiro:

- Ficha de informação do requerente;
- Ficha de apresentação dos parceiros segundo o plano proposto;
- Descritivo do projeto segundo o plano proposto;
- Tabela de despesas previstas;
- Tabela de recursos previstos.

DESPESAS ELEGÍVEIS/FINANCIÁVEIS

Os projetos de financiamento para ONGs podem abarcar as seguintes despesas:

- Custos de elaboração do projeto, desde que justificada com precisão;
- Despesas de funcionamento da entidade na França até o limite de 10% do custo total do projeto.

Montante fixo que não precisa ser comprovado:

- Despesas com pessoal fora da França, justificados e especificados;
- Reserva de 5% para imprevistos dos custos diretos;
- Auditoria externa para projetos com orçamento superior a 500 mil euros.

Após os documentos serem apresentados à AFD, a DPO é notificada da demanda da ONG e as submissões são analisadas pela Divisão. A DPO é encarregada de analisar e escrever um dossiê de recomendação do credenciamento ou não da ONG. Esse dossiê será apresentado ao 'Comitê ONG' presidido pelo Ministro dos Assuntos Estrangeiros e Europeus que decidirá sobre a concessão do credenciamento.

O credenciamento das ONGs deve ser renovado anualmente, com a apresentação de documentos de habilitação jurídica e administrativo. Entretanto, o processo de elegibilidade para projetos recomeça a cada edital lançado para as linhas de financiamento.

BÉLGICA

O financiamento de ONGs na Bélgica se dá através custeio de 75% a 85% do valor total de programas ou projetos de entidades exclusivamente baseadas na Bélgica, reconhecidas e registradas. Uma nova organização da concessão de financiamentos no âmbito da cooperação internacional foi instaurada na Bélgica com a criação de um elemento de organização e centralização das ações de cooperação denominado Quadro Estratégico, que pretende articular os programas e os projetos de financiamento. Essa mudança foi iniciada em 2005 e finalizada em 2007. Entretanto, os dois esquemas de subvenção às ONGs funcionaram até 2010.

O Quadro Estratégico foi instaurado na reforma de 2005 como uma forma de coordenar e melhorar os esforços e recursos destinados à cooperação internacional belga. Os programas e projetos apresentados pelas ONGs devem articular-se, necessariamente, a um Quadro Estratégico com duração de seis anos, que deve permitir uma visão estratégica e uma planificação global da ação da entidade. No momento em que a ONG solicita um financiamento de 'projeto' ou de 'programa', não deve obrigatoriamente apresentar o conjunto de projetos do Quadro Estratégico.

São designados *programas* as ações e financiamentos solicitados por seis anos e de acordo com um conjunto de objetivos que articulam outros projetos menores. Os *projetos* são financiamentos menores, de no máximo dois anos de duração e objetivos específicos. O Quadro Estratégico faz parte do conjunto de documentos que deve ser apresentado no pedido de financiamento de programas e projetos.

O setor de ONGs belgas é um dos mais estruturados e normatizados no que tange à cooperação internacional. As ONGs são reconhecidas pelo poder público belga e por suas instâncias desde 1921, através da 'Lei das

associações’ (em anexo), que estabelece as diretrizes jurídicas de criação e normatização das organizações. A lei de 1921 continua em vigor, ainda que, ao longo destes quase noventa anos, tenha sido ampliada e modificada por *Arrêtés d’exécution*³.

A ‘Lei das associações’ não versa apenas sobre as organizações não governamentais de desenvolvimento. Nessa relação estão outras formas de associações, designadas genericamente como *Associations sans but lucratif* (ASBL). Para que uma ASBL torne-se uma *Association de développement* (associação para o desenvolvimento ou ONG), é preciso que esta seja inscrita e certificada no poder público. É possível concordar com um estudo francês⁴ que afirma que o setor de ONGs belgas organiza-se em torno dessa certificação e que para essa certificação há um conjunto de regras e estruturas administrativas (leis, *arrêtés*, e instituições) responsáveis pelo processo.

Os princípios de credenciamento e de financiamento das ONGs belgas são regidos por três leis principais: o *Arrêté Royal*, de 18 de julho de 1997 e o *Arrêté Ministériel* de 25 de setembro de 1998, ambas modificadas em 2002, e também o *Arrêté Royal*, de 14 de dezembro de 2005⁵.

CRENCIAMENTOS

O credenciamento definido no âmbito da política de cooperação internacional belga compõe-se de dois mecanismos articulados: o credenciamento de base e o credenciamento de programa.

CRENCIAMENTO DE BASE

Necessário para qualquer entidade que solicite subvenções ao poder público belga. O credenciamento de base habilita as entidades para financiamentos de *projetos*.

O pedido pode ser feito a qualquer momento. É dirigido ao Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e o prazo de análise é de seis meses. Em 2005, foram introduzidas mudanças para o fluxo de pedidos de credenciamento, pois até aquele ano havia um calendário específico para o credenciamento, com datas para abertura e deferimento dos pedidos.

Para concorrer ao credenciamento de base é necessário que a ONG cumpra os seguintes critérios:

1. Ser constituída formalmente em conformidade com a lei de 27 de junho de 1921, conhecida como a ‘Lei de associações não lucrativas’;
2. Ter como atividade principal a cooperação para o desenvolvimento;
3. Conduzir as atividades em conformidade com os objetivos da cooperação internacional belga, definidas

³ *Arrêtés d’exécution* são ordens de execução, em tradução literal e livre, que equivalem a decretos e normativas que modificam ou complementam a lei principal.

⁴ Serge Allou. *Etude benchmarking - Analyse comparative des dispositifs de partenariat Etat/ONG - Royaume-Uni, Belgique, Espagne, et Organisations parapluies*. Junho, 2008.

⁵ Parte da legislação consultada, especialmente os *Arrêtes ministériel*, são redigidos pela Acodev e Coprogram (entidades formadas pelas ONGs), coordenados por departamentos da DGCD. Essa referência está no corpo da lei.

nos artigos 3 e 4 da 'Lei de cooperação internacional', de 25 de maio de 1999, que define os objetivos e as estratégias gerais para cooperação;

4. Ter experiência de ação em uma ou mais áreas temáticas da cooperação, comprovada através de relatórios dos três anos anteriores;
5. Apresentar um plano plurianual no qual conste: descrição da sua visão da cooperação para o desenvolvimento e a sua contribuição neste quadro; um plano dos objetivos a médio e longo prazo da ONG e um plano financeiro que lhe dê suporte, identificação das fontes de financiamento; plano estratégico para colocar em prática estes objetivos;
6. Ser autônomo em relação ao estado belga: os membros do *SPF Affaires étrangères, Commerce extérieur et Coopération au Développement* ou membros do *Ministère de la Coopération du Développement* não podem ser membros dirigentes da ONG;
7. Demonstrar capacidade de assegurar o funcionamento da ONG;
8. Ter contabilidade transparente, de acordo com o *Arrêté Royal* de 19 de dezembro de 2003;
9. A maioria dos membros dirigentes da ONG deve ter nacionalidade belga.

Até 2005, o credenciamento (*l'agrément*) era concedido pelo Ministério por tempo indeterminado, mas poderia ser retirado caso a ONG não estivesse mais adequada aos critérios estabelecidos. O prazo de validade do credenciamento foi modificado em dezembro de 2005 e a partir de 2006 está em vigor a seguinte regra: "o credenciamento é concedido por um período de cinco anos, prorrogáveis por mais cinco anos. Para que ocorra a renovação, noventa dias antes de expirar o prazo de seu credenciamento, a entidade deve reapresentar o plano plurianual e comprovar regularidade administrativa e financeira".

CRENCIAMENTO PARA PROGRAMA

Outra modalidade de credenciamento criada em 2005 e que começou a vigorar somente em 2006 foi o credenciamento para programas, instituído através da *Arrêté Royal* de 14 de dezembro de 2005. O credenciamento para programas é concedido por dez anos e habilita as ONGs a receber subvenções no formato de *programas*. Depois desse período a ONG é novamente submetida a uma avaliação.

Segundo a *Arrêté Royal*, para obtenção deste credenciamento programa é necessário que a ONG:

1. Tenha recebido nos últimos seis anos recursos de financiamentos do Orçamento de Cooperação para o Desenvolvimento;
2. Demonstre a sua autonomia financeira e a transparência de sua gestão, comprove que é capaz de gerir um projeto de cooperação e que tenha eficiência nas suas ações locais;
3. Tenha nomeado um comissário como membro do Instituto dos Auditores de Empresas, em conformidade com as disposições da 'Lei das associações', de 1921.

O credenciamento das ONGs para os programas é feito por um consultor independente e a análise das capacidades das entidades é feita através de consultoria da empresa *Price Waterhouse Coopers*, a partir de uma metodologia previamente definida, e publicizada no sítio eletrônico do DGCD. Essa metodologia analisa as

entidades segundo quatro grandes grupos de critérios, cada um subdividido em outros critérios mais específicos, que foram assim agrupados:

1. Autonomia financeira:

- Distribuição dos recursos de financiamento;
- Evolução temporal da distribuição;
- Dependência dos canais de subsídios;
- Evolução temporal da dependência;
- Liquidez;
- Solvência;
- Equilíbrio orçamentário.

2. Transparência da gestão financeira:

- Controle Interno;
- Análise de Custo;
- Consistência das informações financeiras;
- Conformidade com os requisitos do DGDC;
- Comunicação externa;
- Estabelecimento de uma contabilidade analítica.

3. Capacidade de elaborar, implementar e monitorar um conjunto de ações de cooperação (gestão das ações):

- Clareza e coerência das atividades;
- Estrutura de decisão;
- Funcionamento do CA;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Metodologia de gestão do programa;
- Ações de design;
- Planejamento de ações;
- Pesquisa de qualidade.

4. Eficiência das ações no local de intervenção:

- Abordagem participativa;
- Respeito ao cronograma;
- Implementação de atividades;
- Obtenção de resultados;
- Acompanhamento dos efeitos das ações;
- Avaliação.

Na construção da matriz analítica de credenciamento para programas, alguns desses critérios *necessariamente* devem ser atendidos pelas ONGs que pleiteiam o credenciamento: solvência e equilíbrio orçamentário; estabelecimento de contabilidade analítica; concepção de ações, planejamento de ações e pesquisa de qualidade; e implementação de atividades. Há um mínimo qualitativo e quantitativo de critérios a ser atingido para o credenciamento do programa apresentado.

Esta metodologia de análise e avaliação programática conta ainda com a participação das ONGs, através uma autoavaliação, de visitas a sede das entidades e aos projetos, além das repostas escritas através de relatórios, caso o consultor julgue necessário.

Nesse credenciamento não há limitação geográfica ou de setor/tema de intervenção, ainda que haja no corpo do texto indicações de um alinhamento necessário do plano apresentado pela ONG e da sua atuação aos objetivos da Cooperação para o desenvolvimento belga, que define inclusive os países que possuem prioridade para receber as ações.

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE FINANCIAMENTO

Financiamento para Programas abarcam as seguintes atividades:

1. Financiamento de parceiros;
2. Educação – sensibilização da população belga, ações descentralizadas, com metodologia dentro de um programa elaborado, criação de material educativo e de divulgação, como revistas e outras publicações;
3. Oferta de serviços – conjunto de ações para o setor de ONGs e seus parceiros locais que visa sustentar e apoiar o trabalho das entidades e seus parceiros locais. São atividades de estudo, coleta e tratamento de informações e documentação e apoio técnico metodológico. Os resultados devem ser acessíveis ao conjunto das ONGs;
4. Envio de pessoal – intercâmbio de pessoas em colaboração com os parceiros locais.

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE FINANCIAMENTO

Os projetos de financiamento apresentados pelas ONGs serão julgados segundo os seguintes critérios, também estabelecidos no corpo do *Arrêté Royal* de 2002:

1. Coerência;
2. Relevância para o desenvolvimento, definido na Lei de Cooperação Internacional;
3. Perenização do impacto;
4. Metodologia;
5. Capacidade de gestão;
6. Parcerias;
7. Qualidade do consórcio;
8. Sinergia e complementaridade com outras ONGs.

LIMITE DE FINANCIAMENTO DO MAEE

Antes da reforma, o MAEE financiava até 75% do custo total dos programas para as atividades, os 25% restantes deviam ser alocados pela própria ONG dentro dos países membros da OCDE. Para financiamentos de consórcios os valores eram 85% de financiamento estatal e 15% de contrapartida. Depois da reforma de 2005, o valor de financiamento passou a ser de 80% do custo total e os custos de administração podem ser contabilizados nos programas, desde que não excedam 8,5% do total.

As despesas do programa podem ser executadas no ‘Norte’ ou no ‘Sul’, desde que justificadas e coordenadas com os objetivos do programa (e/ou do projeto apresentado). Os custos de pessoal e manutenção não precisam ser incluídos na construção do orçamento, mas devem estar no programa apresentado.

ESPANHA

A cooperação espanhola é orientada por um documento chamado *Plano diretor da Cooperação Espanhola*, que estabelece as linhas programáticas, recursos, fundos, operacionalidades e avaliação da política de cooperação. Esses Planos são elaborados para um período de quatro anos. O III Plano, atualmente em vigor, foi aprovado em 13 de fevereiro de 2009, pelo Conselho de Ministros e cobre o período de 2009 a 2012.

A cooperação se organiza por eixos *setoriais* (horizontais e setoriais) e *geográficos*. Não há fundos, mas linhas e instrumentos de ação. Para as ONGDs (Organizações não governamentais para o desenvolvimento) há apenas duas linhas de financiamento: Subvenção a ONGDs no bojo da cooperação bilateral; Financiamento para ONGDs, universidades e outros atores, inserido nos instrumentos e modalidades de cooperação no âmbito da *educação para o desenvolvimento*.

Os temas e eixos programáticos são estabelecidos nos Planos anuais (vinculados ao Plano diretor) e no Plano diretor da Cooperação Espanhola:

1. Convênio de cooperação para desenvolvimento, que são Planos plurianuais de no máximo quatro anos, prorrogáveis por mais dois anos. Aberto para ONGDs qualificadas pela *Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo* (Aecid). São financiamentos de até €20 milhões durante quatro anos, com o máximo de €5 milhões/ano. Programas amplos de ação.
2. Projetos de cooperação para o desenvolvimento são ações para um objetivo específico, num período de tempo determinado, assim como voltados para determinado país e população. São financiamentos anuais, que poderão se estender por até 24 meses, com valor máximo de até €900 mil.

Estas duas formas de financiamento de ações de cooperação estão dentro do quadro geral da Convocatória aberta e permanente (Cap), através da qual todas as outras instituições solicitam recursos à Aecid.

Para qualquer tipo de pedido de subvenção é imprescindível que a ONGD esteja registrada e na Aecid. Há outro processo chamado de qualificação destinado às ONGDs registradas, para que estas se tornem aptas (ou qualificadas) a estabelecer convênios de longo prazo com a Aecid através dos editais CAP.

REGISTRO DAS ONGDS NA AECID

O processo de registro das ONGDs na Aecid é regulado pelas condições estabelecidas no artigo 32 da lei 23/1998 de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e os artigos 4º e 5º do Real Decreto 993/1999, e visa provar a capacidade da entidade na consecução de seus objetivos e missão.

O pedido de registro deve ser feito a Aecid ou a qualquer sede regional da Agência nas Comunidades Autônomas. No momento do pedido, a entidade postulante deve apresentar os seguintes documentos:

- Ata de constituição e fundação;
- Estatutos da entidade;
- Cartão de Identificação Fiscal (CIF);
- Certificados de matrícula no *Registro Público de Espanha*;
- Composição do conselho de administração da instituição;
- Atestado de poderes representativos de que a entidade não tenha sido sancionada como empresa, nos termos da regulamentação dos subsídios públicos;
- Certificação assinada por uma pessoa com competência, indicando os montantes das subvenções e auxílios que a instituição recebeu de agências públicas nos últimos cinco anos anteriores à data de aplicação;
- Entidades que têm delegações separadas da sede devem fornecer certificado de registro das delegações nos registros públicos.

REGULAÇÃO DAS ONGDS E CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO

A cooperação internacional é regulamentada pela lei 23/1998 e pelo Decreto Real 993/1999, assim como as ONGD são reguladas por legislação nacional.

A regulamentação da Aecid sobre a concessão de subvenções à ONGDs foi estabelecida através da *Ordem AEC 1303/2005*, que está em vigor, e pela *Resolução de 22 de abril de 2009*, também da Agência, que estabelece os procedimentos para qualificação das ONGDs. Documentos consultados fazem referência a uma relação difícil entre as entidades de cooperação e as instâncias públicas responsáveis pelo setor até o ano de 2005. O II Plano Diretor, pelo que indicam estas fontes, foi um momento de melhora desta relação: esse Plano, onde se estabelece o papel e a forma de participação das ONGDs na cooperação espanhola, foi construído com a participação de representantes das ONGDs.

O processo de credenciamento (ou qualificação) das ONGDs inicia-se com um pedido protocolado na Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que pode ser feito na repartição nacional ou a qualquer província autônoma ou local.

A qualificação das entidades se dá com base em uma avaliação conjugada de aspectos quantitativos e qualitativos, definidos na AEC 1303/2005, totalizando 65 critérios a serem observados. Com a avaliação quantitativa espera-se analisar a capacidade instalada das entidades no que se referem aos seus recursos humanos e econômicos, além do volume de recursos movimentados, países e/ou locais de ação nos últimos dez anos, os setores de atuação e especialidades, a estrutura profissional permanente e o número de associados e voluntários das organizações. Com os critérios qualitativos objetiva-se analisar a capacidade organizativa e a coerência das atividades da entidade, bem como a existência de documentação desta experiência que possibilite a avaliação da entidade.

Alguns pré-requisitos devem ser observados nessa qualificação. Para que possa ser aceita como uma ONGD ‘qualificada’, a entidade, necessariamente, deverá:

- Estar legalmente constituída há pelo menos cinco anos;
- Não ter fins lucrativos;
- Ter capacidade jurídica e de trabalho na Espanha;
- Estar inscrito no Registro de ONGD na Aecid, de acordo com o Decreto Real 993/1996.
- Comprovar, caso seja o primeiro acesso ao ‘sistema de subvenções’, pelo menos cinco projetos de cooperação para o desenvolvimento nos setores e/ou áreas definidas pela Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento;
- Estar em dia com as suas obrigações de prestação de contas, caso tenha recebido subvenções anteriores;
- Não ter sido excluída de convocatórias nos últimos cinco anos por não cumprimento dos compromissos assumidos, conforme legislação específica.

O pedido de qualificação deve ser enviado a Aecid e é composto pelos seguintes documentos:

1. Ofício modelo e apresentação da solicitação;

2. Documentos administrativos:

- Prova da personalidade jurídica e nomeação do representante legal;
- Estatutos devidamente registrados;
- Cartão de identificação fiscal (CIF);
- Comprovante de inscrição da entidade no registro das ONGDs na Aecid;
- Relatório das atividades desenvolvidas ao longo dos últimos oito anos;
- Lista das intervenções de cooperação para o desenvolvimento ao longo dos últimos oito anos;
- Lista de funcionários que compõem os últimos cinco anos;
- Contas anuais dos últimos oito anos encerrados, com o relatório da auditoria externa dos últimos seis anos;
- Declaração do representante da entidade responsável sobre as obrigações fiscais e trabalhistas;

⁶ Esse decreto estabelece um registro formal das ONGDs na Aecid no qual deverão apresentar os documentos jurídicos e contábeis, a saber: ata de fundação, estatutos da entidade, CIF, certificados de inscrição dos registros públicos da Espanha, composição da direção da entidade, balanço dos recursos públicos recebidos pela entidade nos últimos cinco anos e seus objetos de convênio. Quando possuir mais de uma sede, a entidade deve apresentar o registro público correspondente.

- Comprovante de pagamento do *Imposto de Actividades Económicas*;
- Lista de equipe /pessoal cooperante, indicando o local de trabalho e datas de admissão e rescisão, além de contratos de trabalho em vigor e respectivas coberturas securitárias;
- Declaração com indicação do representante legal da entidade.

3. Questionário de avaliação da ONGD – questionário de autoavaliação da entidade. Essa metodologia está descrita pormenorizadamente em manuais específicos, um para entidades ‘ordinárias’, ou seja, não especializadas, e outro para as especializadas em determinado tema ou setor da cooperação. Essa metodologia é um grande **sistema de pontuação** para os critérios elencados no qual são valorados tanto a ação e o projeto desenvolvido, quanto sua comprovação. A planilha de avaliação é preenchida pela ONGD, que ainda deve juntar os documentos comprobatórios em cada um dos itens da avaliação. Os critérios qualitativos, que respondem por 40% da pontuação e devem atingir no mínimo 24 pontos, estão concentrados na fase I. Os critérios qualitativos respondem, nas fases II e III, por 60% da avaliação e devem compor, no mínimo, 36 pontos do total;

4. Documentação comprobatória de sua avaliação.

A resolução da Aecid de 22 de abril de 2009 descreve quais critérios estruturam cada um dos eixos de avaliação das ONGDs e estabelece o peso relativo de cada um destes itens. Para cada um dos eixos de avaliação (três quantitativos e seis qualitativos) estão descritos os documentos comprobatórios que devem ser apresentados pela ONGD. São dois eixos de avaliação:

a. Eixos da avaliação quantitativa: subdivididos em três blocos temáticos, com o total de oito critérios.

Bloco temático quantitativo A – Análise da capacidade financeira:

- Solvência (peso 10%);
- Percentual médio de entradas (peso 90%).

Bloco temático quantitativo B – Análise de recursos humanos:

- Relação de dependências e empregados (média) (peso 15%);
- Estrutura permanente (peso 50%);
- Base social (peso 35%).

Bloco temático quantitativo C – Análise da capacidade operacional:

- Volume de recursos de cooperação (peso 20%);
- Tempo de ação/trabalho com cooperação internacional (peso 50%);
- Presença geográfica (peso 30%).

b. Eixos da avaliação qualitativa subdivididos em seis blocos temáticos, com o total de 17 critérios.

Bloco Temático qualitativo A – Análise de estrutura:

- Missão, visão e valores (peso 15%);
- Planejamento estratégico (peso 30%);

- Democracia interna e participação (peso 25%);
- Coerência interna (peso 30%).

Bloco temático qualitativo B – Análise organizacional

- Modelos de qualidade (peso 20%);
- Organização administrativa do trabalho e processos de informatização (peso 42,50%);
- Pessoal remunerado e não remunerado (voluntário) (peso 37,50%).

Bloco Temático qualitativo C – Análise das atividades:

- Organização substantiva do trabalho (peso 40%);
- Acompanhamento e avaliação (peso 60%).

Bloco Temático qualitativo D – Análise do entorno:

- Relação com a administração pública (peso 20%);
- Relações com outras ONG e participação em redes (peso 20%);
- Relações com os beneficiários e parceiros (peso 30%);
- Relações com a sociedade em geral (peso 30%).

Bloco temático qualitativo E – Análise da estrutura econômica e contas anuais:

- Situação patrimonial e de contas anuais (peso 35%);
- Estrutura de rendimentos (peso 25%);
- Investimentos (peso 25%);
- Contas bancárias (peso 15%).

Depois de finalizado o processo de qualificação, as ONGDs recebem o título de qualificadas e podem concorrer nos editais abertos para *convênios* (e também projetos) divulgados anualmente pela Aecid através da CAP. Essas convocatórias, por sua vez, estabelecem uma rotina de solicitação e análise dos projetos que serão selecionados, consoantes com a Política de Cooperação, descrita no Plano Diretor.

As ONGDs não qualificadas podem concorrer nos editais da CAP na modalidade *projetos*. Para tal, devem se credenciar na Aecid apresentando os documentos de pré-requisito (conforme artigo 7 da AEC 1303/2005, acima descritos).

É possível ainda que a ONGD solicite sua qualificação na Aecid como uma ONGD especializada, ou seja, com creditação para desenvolvimento de ações de cooperação internacional em uma área específica de conhecimento/ação/tema. Os processos, critérios e procedimentos de qualificação destas ONGDs, entretanto, são praticamente os mesmos que os das não especializadas. A área de especialidade deverá ser indicada no ofício que inicia o processo de qualificação da entidade e a creditação dessas entidades deverá ser na sua área de atuação, sendo vetada a creditação de uma ONGD em uma área diversa à sua atuação.

NORMAS PARA FINANCIAMENTOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS

É no corpo do texto da norma que regula as bases de concessão de financiamentos às ONGDs que estão descritos os critérios e limites para os financiamentos de *projetos* e *convênios* no âmbito da cooperação internacional,

bem como os tipos de gastos permitidos às entidades nessas modalidades de subvenção pública. Tanto projetos, quanto convênios têm as mesmas permissões de tipos de gastos efetuados, o que varia significativamente são os alcances geográficos de sua ação e o tempo de cada uma destas modalidades (ver acima).

A Aecid subvenciona gastos *diretos* e *indiretos* das ONGDs no âmbito de suas propostas de ação de cooperação internacional. São considerados *gastos diretos* aqueles que se destinam/ vinculam à execução das atividades propostas, e *gastos indiretos* aqueles destinados ao funcionamento regular da ONG e do seu parceiro local para sustentar as ações previstas. Os gastos indiretos podem variar de 9 a 12% do total dos recursos. Os valores solicitados à Agência deverão limitar-se a 80% dos recursos totais necessários à execução do projeto ou convênio.

São considerados gastos diretos elegíveis:

1. Montagem do projeto ou convênios. Nos convênios, os gastos estão limitados a €60 mil; e nos projetos limita-se a €20 mil;
2. Avaliação externa obrigatória: intermediárias em convênios e finais em projetos acima de €350 mil. Avaliações não obrigatórias, desde que previstas e descritas na proposta.
3. Auditorias externas finais obrigatórias;
4. Terrenos e imóveis;
5. Construção e reforma de terrenos e imóveis e infra-estrutura. Deve-se indicar o regime de propriedade desses imóveis/ terrenos.
6. Equipamentos, materiais e suprimentos;
7. Salário e encargos da equipe/pessoal, tanto os enviados da Espanha, quanto os técnicos locais, bem como os técnicos residentes na Espanha;
8. Serviços técnicos e profissionais para seminários, capacitações, controle, publicações etc.;
9. Fundo rotatório, até o limite de 10% do total de recursos;
10. Custos de manutenção de infra-estrutura, até o limite de 1% do total dos recursos;
11. Viagens, alojamentos e diárias;
12. Gastos de assessoria jurídica e financeira, e gastos cartoriais e bancários;
13. Material e atividades de sensibilização na Espanha (seminários até €12 mil por ano; publicações até €10 mil por ano). Somente para *convênios*, desde que previstos e descritos na proposta.

CREDENCIAMENTO DAS ONGDS NA COORDINADORA

A *Coordinadora de ONG para el Desarrollo-España* é uma entidade nacional que reúne em uma confederação de 87 ONGDs e outras 16 Coordenações de Comunidades Autônomas de ONGDs, em um total de 400 organizações congregadas. Há 17 federações de organizações não governamentais na Espanha, distribuídas uma em cada Comunidade Autônoma. Cada *Coordinadora* local congrega outras tantas ONGs em seu território.

É preciso que as entidades se credenciem na *Coordinadora España* através de um processo específico que consiste na entrega de documentos e no aceite das normas de funcionamento e instâncias da *Coordinadora*. Esse pedido deve ser avalizado por cinco outras entidades-membro da *Coordinadora*.

A entidade que solicita seu ingresso como membro da *Coordinadora* deve apresentar os seguintes documentos:

1. Carta de apresentação e pedido de adesão à Presidência, declarando expressamente:

- A aceitação de todos os regulamentos da *Coordinadora*;
- A aceitação da missão e visão da *Coordinadora*, bem como de seus instrumentos jurídicos;
- A aceitação do código de conduta da *Coordinadora*;
- O compromisso de respeitar os regulamentos da *Coordinadora*, as suas regras de conduta, procedimentos internos e acordos validamente adotados pelos órgãos;
- O compromisso de pagar a taxa anual acordada pela Assembleia Geral no primeiro trimestre de cada ano e cumprir os compromissos financeiros decorrentes da sua adesão;
- O compromisso de participar regularmente nas reuniões e atividades da *Coordinadora*.

2. Estatutos registrados da entidade e indicação de quem ocupa a Secretaria:

- Provar que a entidade não tem relação jurídica de dependência com os poderes públicos espanhóis;
- Indicar expressamente que a entidade não tem fins lucrativos;
- Constar que a organização objetiva a cooperação para o desenvolvimento;
- Registro da entidade no órgão correspondente (no caso a Aecid);
- Memória de atividades dos dois anos anteriores ao pedido, com listagem de trabalhos e projetos vinculados à cooperação internacional para o desenvolvimento;

3. Documento assinado pela secretaria da entidade constando:

- Número de pessoas que trabalham na entidade, distribuição geográfica no estado de ação da entidade e indicação de coletivos e grupos que apoiam o trabalho da entidade;
- Localização das sedes e quantidade de pessoas que trabalham em cada uma delas (na Espanha e no exterior);
- Relação de dados básicos sobre financiamento e setores de atividades;
- Cartas de indicação de outras cinco entidades-membro da *Coordinadora*, apoiando sua solicitação de filiação;
- Balanços econômicos da entidade referentes aos três últimos anos;
- *Tarjeta de Identificación fiscal*;
- Composição da direção da entidade, na sede e em filiais, se houver.

Os pedidos de filiação são feitos até o mês de dezembro, julgados em reunião específica, que ocorre anualmente, e depois de analisados pela direção da *Coordinadora*, são homologados por sua assembleia.

PORTUGAL

O setor de ONGs e, no recorte específico deste relatório, as chamadas Organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) são reconhecidas legalmente pelo Estado português desde 1994, através da Primeira lei de ONGDs, revisada posteriormente em 1998 (ver em anexo).

Além dessa legislação, outros instrumentos reconhecem e formalizam a relação entre o poder público e as ONGs em Portugal e, que em certa medida, operacionalizam esta relação. São eles: o documento de orientação estratégica editado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Ipad), intitulado “Cooperação portuguesa no limiar do século XXI”, aprovado no Conselho de Ministros em maio de 1999; o “Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)”, além do Programa do XV Governo Constitucional.

Os instrumentos normativos que põem em prática o Protocolo, ou seja, que estabelecem a operacionalização do financiamento das ONGDs, incluindo as regras de credenciamento para acesso a financiamentos, estão descritos em dois documentos: *Normas e critérios de co-financiamento de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento da iniciativa das ONGD*, de outubro de 2001, e o *Modelo de contratos a assinar entre as partes*, ambos disponíveis no sítio eletrônico do Ipad (www.ipad.mne.gov.pt).

Os espaços institucionais da Cooperação para o Desenvolvimento no âmbito estatal são: o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Ipad); os Ministérios Setoriais e a Coordenação Interministerial e Coerência da Cooperação e Conselho de Ministros para os Assuntos da Cooperação. Além desses espaços, discute-se atualmente a criação de um espaço de concertação chamado Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, cuja proposta é ser um espaço de discussão e decisão entre o poder público português e a Plataforma das ONGDs, a Associação Nacional de Municípios, o Instituto do Comércio Externo de Portugal (Icep) e as empresas que partilham dos princípios e atuam no âmbito da responsabilidade social, as fundações, associações empresariais e sindicais, dentre outras. Será um espaço privilegiado para o desenvolvimento de mecanismos de consulta pública sobre assuntos relacionados à cooperação para o desenvolvimento.

CRENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DAS ONGS AO IPAD

A lei nº 66/1998, que regulamenta a existência e reconhecimento público das ONGDs, define como necessário para o reconhecimento dessas organizações a inscrição perante ao Ministério de Assuntos Estrangeiros (MAE). O Ipad é atualmente o órgão que centraliza e coordena a cooperação portuguesa e, por decorrência, é responsável pelo credenciamento das ONGDs no MAE.

O credenciamento é feito em três etapas: *arranque*, *instrução* e *decisão*, podendo a ONGD, em caso de indeferimento de seu pedido, ter uma audiência após a instrução e antes da decisão definitiva.

O *arranque* consiste no momento de entrega do requerimento e dos documentos ao Ipad. No requerimento constam dados sobre a entidade e suas atividades, além dos seguintes documentos: cópia da escritura pública de constituição e

os estatutos em vigor, cópia da edição do Diário da República na qual conste a constituição da organização, plano de atividades para o ano em curso e documento comprobatório dos meios de financiamento da organização.

A *instrução* é o processo de análise e deferimento, ou não, do requerimento de credenciamento. Recebido o requerimento, faz-se uma análise preliminar de toda a documentação. Nesse momento, a Plataforma Portuguesa de ONGD é parte fundamental para o credenciamento, pois seu parecer, ainda que ‘não vinculativo’, é o segundo elemento na construção do parecer de aceitação do credenciamento da ONG postulante. Se o parecer for contrário ao credenciamento, a ONG será chamada para uma audiência antes da decisão final.

A *decisão* é circunstanciada através de um relatório e não havendo desistência, impedimento ou outra motivação, é feita a notificação aos órgãos competentes do credenciamento da ONGD. Esse credenciamento tem dois anos de validade e deve ser renovado através de entrega de estatutos ao Ipad.

O credenciamento da organização no Ipad é condição necessária, mas não suficiente, para que ela possa receber financiamentos para projetos de cooperação. A cada ano, quando são abertas as chamadas para apresentação de projetos de financiamento de cooperação, as ONGDs devem adequar-se aos critérios de elegibilidade tanto aqueles estabelecidos para as organizações, quanto aos relativos ao projeto que está sendo apresentado para possível financiamento.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA AS ONGDS

Os critérios de elegibilidade se dividem em duas categorias: *critérios indispensáveis* (que me pareceram, na prática, a retificação do credenciamento) e *critérios preferenciais* (que, em certa medida, estabelecem uma valoração dos projetos e ONGs)

1. Critérios indispensáveis:

- Estar credenciada no Ipad e dentro das normas estabelecidas pela lei 1966/98;
- Ter três anos de experiência na execução de projetos de cooperação para o desenvolvimento ou demonstrar por meio de proposta a capacidade de executar o trabalho para o qual pretende financiamento do Ipad;
- Não ter pendências com o Ipad relativas a relatórios de trabalho e prestação de contas;
- Não ter pendências com o departamento de segurança social e com a administração fiscal.

2. Critérios preferenciais:

- Ter conhecimento dos setores de intervenção propostos;
- Ter relação e contatos com organizações e instituições nos países em que pretende atuar;
- Ter um plano estratégico de intervenção.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE APLICADOS AOS PROJETOS

O Ipad estabelece critérios variados que norteiam a avaliação e, nos documentos consultados, esses parâmetros não são eliminatórios, mas serão observados no julgamento onde prioriza-se projetos que tenham as características determinadas. De modo geral, esses critérios são uma sistematização e um privilegiamento

de alguns pontos e diretrizes já desenhados no instrumento que orienta a política de cooperação internacional de Portugal denominado *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. Os tipos de critérios estabelecidos também se relacionam com as diretrizes da política de cooperação portuguesa e estão assim divididos: critérios de enquadramento geral, âmbito geográfico, âmbito setorial, execução geral e execução orçamental.

As três primeiras classes de critérios são reafirmações do plano geral de cooperação internacional e destacam-se os seguintes pontos: prioridade para os temas e assuntos eleitos pela cooperação internacional – boa governação, participação e democracia, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, nomeadamente educação: acesso e qualidade; saúde: acesso como direito de proteção social; desenvolvimento rural e proteção do ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais: acesso à água e ao saneamento – e prioridade para projetos em países de língua oficial portuguesa (Palop), com a ressalva de que projetos em outras áreas e países serão considerados desde que se demonstrem viáveis e relevantes. Nessa listagem também estão os critérios gerais de credenciamento, que na verdade reforçam o realinhamento que a cooperação internacional europeia vem sofrendo, com destaque para um alinhamento cada vez maior entre os projetos das ONGs e as políticas de governo de seus países e maior organicidade entre o projeto e as políticas de governo implantadas nos países ‘donatários’ dos projetos, além de conhecimento e articulação entre instituições e doadores do países/localidades onde se pretende intervir. O último critério geral, e bastante significativo aos meus olhos, é o privilégio de ações em consórcios e/ou parcerias entre ONGs portuguesas e europeias. Esse é um ponto comum aos outros países que estudamos.

Há ainda dois conjuntos de critérios mais operativos que constituem dois campos de orientações sobre procedimentos e normas financeiro-orçamentárias e de execução geral do projeto.

Os projetos de cooperação apresentados serão avaliados segundo os seguintes ‘critérios de execução geral’:

- A previsão do impacto a médio e longo prazo, no sentido de aferir da importância das ações propostas para as populações, no quadro do seu processo de desenvolvimento.
- A sustentabilidade social/cultural/ambiental e financeira, de modo que esteja garantida a continuidade do seu impacto após o fim da ajuda.
- Atividades consideradas adequadas aos resultados propostos, de forma a facilitar a apreciação da eficácia, eficiência, relevância, impacto e sustentabilidade do projeto.

Nota-se nesses critérios uma preocupação importante com a capacidade de avaliação e mensuração dos impactos dos projetos/programas de cooperação financiados, em consonância com as diretrizes já definidas no documento *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*, anteriormente apontado.

Dentre os critérios de avaliação financeira, percebemos que são repetidas algumas orientações já previstas no documento político da cooperação portuguesa e esmiuçadas algumas diretrizes de composição dos orçamentos dos projetos. Dos itens listados, podemos concluir que os projetos devem ter asseguradas outras formas de financiamento, seja através de recursos das próprias ONGDs postulantes, seja através de parcerias. Além disso, o valor aprovado pelo Ipad não excederá 75% do valor total do projeto. O último item dos ‘critérios financeiros’ define quais despesas são passíveis de financiamento no âmbito do projeto, e vale a pena destacar que todas as despesas listadas abaixo devem estar diretamente relacionadas ao projeto pretendido:

- a. Identificação e concepção;
- b. Recursos humanos;
- c. Viagens;
- d. Obras e infra-estrutura;
- e. Materiais, equipamentos e fornecimentos;
- f. Escritório local/funcionamento da ação;
- g. Outros custos e serviços;
- h. Acompanhamento;
- i. Avaliação, no máximo de 1% do total do projeto;
- j. Inflação e imprevistos, no máximo de 5% do total do projeto; e
- k. Despesas administrativas, no máximo de 10% do total do projeto.

HOLANDA

O financiamento de ONGs para o desenvolvimento através do Ministério de Assuntos Estrangeiros (MAE) conjuga as ONGs holandesas e as internacionais. São quatro dispositivos de financiamento que podem ser acionados pelas entidades que se encaixem no perfil de executores:

1. Projetos/programas de financiamento para ONGs de ampla base de ação e ONGs temáticas;
2. Projetos de financiamento para ONGs com estrutura de subvenção separada (parceria para fortalecimento dos governos locais);
3. Iniciativas e ações privadas (de cidadãos holandeses) em projetos com co-financiamento de Novib, Cordaid, Hivos e Icco;
4. Programa de financiamento para ONGs internacionais (Salin).

FINANCIAMENTO PARA ONGDS

O documento *Policy Memorandum of the Netherlands on Civil Society Organisations. Cooperation, Customisation and Added Value*, de abril de 2009, estabelece as novas diretrizes e a estrutura de subvenção para as ONGDs na Holanda. Essa nova orientação segue, entretanto, às orientações gerais da cooperação internacional holandesa estabelecida no documento *Our common concern. Investing in development in a changing world*. Essa nova estrutura denominada MSF II é a junção da Medefinancieringsstelsel (MFS) com uma nova estrutura padrão e tem orçamento anual total entre €425 milhões e €500 milhões, podendo subir a depender da qualidade dos projetos apresentados (MAE, 2009).

Algumas mudanças ou reorientações estão em curso na cooperação holandesa, com destaque para a redução do volume total de recursos disponíveis para o ‘canal civil’ decorrente da indexação do orçamento de cooperação ao RNB, justificada em função da crise mundial. É também estabelecido nesse documento um

maior destaque na cooperação bilateral entre governos, que deverão receber pelo menos 60% dos recursos da cooperação internacional holandesa. Além disso, é explícita a diretriz de vinculação entre o trabalho das ONGs e as diretrizes da política estatal de cooperação, agora não mais no sentido de estender a atuação aos países e temas que a cooperação holandesa não chegava diretamente, mas no de reforçar a ação de cooperação do MAE. As embaixadas passam a ter papel de destaque na concessão de financiamentos à ONGs locais nos países em que estão localizadas, através dos fundos diretos (*direct funding*).

AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Além das mudanças operacionais e de valores, há um reorientação da política de cooperação no sentido de aumentar a sua eficiência através de uma ação combinada, chamada no documento de sinergia e complementaridade entre as diversas formas de ação do MAE. Essa complementaridade abarca novas formas de parceria entre os diversos setores: filantropia, setores privados, ONGs etc. Há também uma sinalização de aumento das formas de controle e medição dos trabalhos desenvolvidos.

A mudança mais significativa em termos operacionais da nova orientação da cooperação holandesa, uma das mais antigas, refere-se à forma de avaliação dos projetos. Foram estabelecidas duas etapas de aprovação dos pedidos encaminhados pelas ONGDs ao MAE. A primeira etapa é a aprovação prévia das ONGs e do sumário do programa a ser subvencionado. Em seguida, é feita a avaliação da proposta completa de somente trinta entidades previamente aprovadas. A avaliação é feita por uma comissão de avaliação designada pelo Departamento da Cooperação para o Desenvolvimento, ligado ao MAE. Essa nova maneira de avaliação de projetos força as ONGDs a estabelecerem programas de trabalho conjuntos, uma vez que há um limite de entidades/projetos que serão avaliados na segunda etapa.

No documento que descreve essas mudanças não há qualquer indicação de critérios objetivos ou quantitativos que orientem essa avaliação dos projetos. Entretanto, todo o documento reitera a necessidade de aproximar a ação e projetos das ONGs belgas ao projeto e orientação estatal de cooperação internacional belga.

PRAZO E VALORES

O novo conjunto de regras promulgados em 2009 estabelece ainda algumas outras rotinas operacionais. São elas:

1. Programas/projetos deverão ser para um prazo de cinco anos;
2. Serão aprovados para essa forma de cooperação projetos com recursos de até €10 milhões ao longo de cinco anos, ou seja, até €2 milhões/ano;
3. Cada organização poderá acessar até o máximo de 25% do montante final do Fundo (mantida a regra anterior);
4. O montante de 60% dos recursos da cooperação deverá ser aplicado nos países parceiros das ONGs e os 40% restantes, nos países menos desenvolvidos;
5. Limite de financiamento de €500 mil ao ano para cada país e por ONG, com um teto de financiamento do MAE equivalente a 75% do projeto.

ALEMANHA

Os parceiros consultados do GPN informam que o setor das igrejas tem perdido espaço de negociação com o *Federal Ministry for Economic Cooperation and Development* (BMZ, na sigla em alemão), no que diz respeito à sua importância no conjunto da política alemã de cooperação. Nossos parceiros ainda fizeram referência à mudança de enfoque da política de cooperação alemã e o atrelamento necessário das ONGs à política estatal, sem muito espaço para manutenção das características do trabalho que desenvolvem.

Há nos documentos consultados uma clara mudança de orientação da cooperação para a adequação gerencial dos resultados do financiamento. Na política para América Latina há uma orientação de que as formas de cooperação devem entrar no espírito da concentração entre agentes múltiplos. Os pontos financiáveis dizem respeito agora à temas globais ou regionais. O que se coaduna com a proposta expressa no documento *Anchor Countries* de incentivo à parcerias que não sejam mais em escala local, passando a ter uma dimensão regional. Ainda nesta linha de argumentação, defende-se a intensificação de relações com países como México e Brasil (citados nominalmente) para a construção de uma cooperação triangular, que permita o apoio a esses países emergentes para apoio a sua cooperação sul-sul.

Há uma diretriz expressa de alianças estratégicas que envolvam Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para construção de uma plataforma de diálogo, além de uma mobilização de recursos adicionais através de créditos para o desenvolvimento ou créditos promocionais, segundo as regras de mercado, só que com condições menos draconianas.

Nos documentos oficiais consultados, o papel da cooperação através das igrejas e/ou fundações não tem nenhum destaque, apenas é mencionada a importância das ONGs no país como “sujeitos de controle social das políticas de desenvolvimento e/ou combate a pobreza”.

As informações recebidas e a leitura dos documentos que estão disponíveis no sítio eletrônico do governo alemão, especificamente no do BMZ, não permitem compreender em detalhes a forma de financiamento das ONGs alemãs que atuam no Brasil, especialmente as maneiras de acesso aos recursos governamentais para este trabalho.

De acordo com as informações colhidas no sítio eletrônico do BMZ, “a maioria das ONGs é dependente do trabalho voluntário e de doações do público em geral, que lhes permitam executar os seus programas, mas eles também recebem ajuda financeira de organismos estatais para ajudar a financiar o seu desenvolvimento de atividades políticas”. Esses subsídios podem ser acessados segundo um pedido de autoridades locais ao BMZ, à União Europeia e às Nações Unidas, que podem, então, conceder financiamento para o trabalho da ONG. Segundo o próprio BMZ, em 2008, sua contribuição às ONGs foi de €33 milhões para projetos de prestadores privados de cooperação para o desenvolvimento.

Mesmo os documentos *Anchor Countries - Partners for Global Development*, *A BMZ Position Paper* e *Estrategia de la cooperación para el desarrollo con los países de América Latina y el Caribe* que definem e orientam a política de cooperação internacional para o desenvolvimento com a América Latina e o Caribe, não dão indicações objetivas e quantificáveis sobre os procedimentos operacionais para solicitação de financiamentos.

REGRAS PARA ACESSO

Assim com há pouca informação disponível sobre a operacionalidade dos financiamentos para cooperação internacional alemã, não há, diferentemente de outros países aqui estudados, informações sobre a necessidade de credenciamento destas ONGs para recebimento de subvenções públicas. No sítio eletrônico do BMZ

encontramos informações muito pontuais e genéricas sobre a necessidade de observância de alguns critérios para concessão de subsídios e/ou financiamentos.

Os critérios citados são os seguintes:

- A organização deve ser um organismo sem fins lucrativos com sede na Alemanha;
- A ONG deve possuir as competências técnicas e administrativas pertinentes;
- A ONG deve ter experiência em projetos de cooperação com organizações sem fins lucrativos nos países em desenvolvimento;
- O projeto deve contribuir diretamente para a melhoria da situação econômica e/ou social das camadas mais pobres da população, ou deve ajudar a melhorar a situação dos direitos humanos;
- O prestador privado de serviços de desenvolvimento deve contribuir com, no mínimo, 25% dos custos do projeto com recursos próprios.

REINO UNIDO

A política de cooperação internacional inglesa é comandada pelo Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento (DFID, na sigla em inglês), que gere cerca de 60% dos valores da APD inglesa. A relação do DFID com as ONGs é direta e viabilizada através de um setor denominado *Civil Society Team*, que responde à Divisão de Política e Pesquisa, o único interlocutor para as ONGs. Esse setor também responde pelos projetos e programas no ‘Sul’.

O financiamento para ONGs é feito através de um número relativamente grande de fundos e a relação de DFID com as entidades da sociedade civil é regulada pelo documento *Civil Society and Development: How DFID works in partnership with civil society to deliver the Millennium Development Goals*, publicado em 2006 e disponível no sítio eletrônico do DFID (www.dfid.gov.uk).

No total, temos 15 fundos e/ou programas que podem ser acessados por ONGs. Todos os financiamentos disponíveis são plurianuais e a subvenção chega até 100% na maior parte das linhas.

Não há no sítio eletrônico do DFID nenhuma indicação de credenciamento prévio das ONGs para acessar esses fundos. Até onde foi possível verificar, através dos documentos do DFID, o acesso aos fundos é feito através de editais públicos, divulgados anualmente no próprio sítio. As regras de legibilidade estão especificadas em cada um dos editais.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DE PROJETOS

Os critérios de elegibilidade dos projetos relacionam-se a critérios de conteúdo da proposta e concordância com os objetivos e orientações do programa específico e da cooperação para o desenvolvimento. Em geral, existe a indicação do tipo de organização que pode acessar cada uma destas linhas e/ou fundos. Encontramos também a delimitação de valores e o período de trabalho em cada um dos fundos, sendo que em alguns, especialmente os voltados à ações de educação e sensibilização, há sempre a indicação de atividades que não podem ser financiadas. Percebemos uma preocupação em não sobrepor fundos, ou seja, que atividades típicas financiadas por um fundo não sejam financiadas por outro cujo objetivo não é exatamente o que o projeto descreve.

Para cada um dos fundos há o edital de chamada de projetos, com as linhas gerais e a normatização que orientam os pedidos, e planilhas pré-formatadas que devem ser preenchidas com os dados da ONG e do projeto apresentado. Ou seja, a apresentação dos projetos deve ser feita segundo modelos pré-definidos.

AValiação dos processos de credenciamento e sugestões ao GPN

Após a leitura, sistematização e avaliação dos critérios de credenciamento de ONGs no poder público e a suas próprias entidades de representação, é possível afirmar que há regularidades e proximidades entre os processos em todos os países estudados nesse relatório.

Em primeiro lugar, todos os países e seus órgãos de cooperação estabelecem seleção de projetos e credenciamento de entidades de forma separada, ou seja, como dois processos diferentes. Em alguns, a entrega dos documentos coincide, ainda que sejam claramente processos separados e independentes. Outra regularidade é a necessidade do credenciamento da entidade para que possa habilitar-se a receber financiamentos e/ou subvenções estatais.

O credenciamento, entretanto, apresenta diferenças quanto ao período de validade, variando entre três e dez anos, assim como varia o tipo de critério que baliza o credenciamento. Nota-se que nos países cujas políticas de cooperação internacional são mais recentes, como é o caso de Portugal e Espanha, há uma preocupação maior para que o processo de credenciamento seja com um metodologia de avaliação quantitativa e qualitativa pormenorizada e bastante estruturada, desenvolvida por uma consultoria externa ao órgão que credencia. Pretende-se, portanto, diminuir a margem de subjetivismos neste processo. A exceção dos países com longa tradição em cooperação para o desenvolvimento e que mantêm um credenciamento extenso é a Bélgica, cuja estrutura e funcionamento da cooperação mudaram recentemente e o credenciamento de ONGs também sofreu mudanças para adaptar-se a essa nova orientação.

Os credenciamentos, via de regra, visam aferir: a) regularidade jurídica, financeira e fiscal da entidade; b) estrutura organizacional e vida associativa interna da entidade; e c) experiência em atuação no campo da cooperação para o desenvolvimento. Em todos os casos estudados é preciso apresentar os documentos que comprovem as informações solicitadas, seja através de documentos como atas e estatutos, ou através de relatórios e comprovantes de trabalho.

Ainda no que se refere ao credenciamento de entidades, é preciso notar que existem tipos ou gradações de habilitação em alguns países, como em Portugal, onde há o credenciamento setorial; na Espanha que prevê registro para pequenos projetos e qualificação para projetos mais longos; e na Bélgica com a distinção entre credenciamento de base, para projetos pequenos ou credenciamento de programa, para projetos mais longos. Nos outros países, as diferenças referem-se não ao tipo de habilitação, mas ao porte dos projetos acessados. Em todos os programas estatais de cooperação há distinções quanto ao período de desenvolvimento dos projetos e mesmo quanto a sua extensão, sem que haja necessariamente uma diferenciação do credenciamento. Nesses casos, observamos que o julgamento do mérito dos projetos é o que define a extensão do projeto, assim como as regras e perfil dos próprios fundos que se pretende acessar e, portanto, o critério de julgamento é de conteúdo do projeto.

O credenciamento nas entidades de representação está presente em pelo menos metade do universo estudado, mas esse credenciamento é pré-requisito para o credenciamento estatal apenas em dois países: Portugal e Espanha. Na França e na Bélgica há uma indicação de que o credenciamento ou a afiliação à uma entidade de representação geral é bem-vinda no processo de avaliação dos projetos apresentados, sem, entretanto, configurar-se como um

pré-requisito. No Reino Unido, Holanda e Alemanha, também existem fóruns e/ou entidades de representação das ONGs, assim como de outros setores da sociedade civil, e em cada um deles há processos de filiação e adesão a esses espaços. Os processos de filiação são bastante semelhantes com os de filiação das entidades brasileiras à Abong, conjugando: a) o registro da instituição e comprovação de sua regularidade jurídica e adequação ao perfil jurídico; e b) a adesão programática é muitas vezes formalizada através da subscrição de uma carta de princípios ou de um código de ética. Essa filiação implica, na maior parte das vezes, em pagamento de anuidades e/ou taxas, assim como em uma participação mínima em atividades da entidade.

O julgamento do mérito dos projetos dirige-se, basicamente, à avaliação da capacidade da ONG em executar a sua proposta, assim como da afinidade da proposta apresentada com os objetivos programáticos da cooperação internacional do país. A necessidade de afinidade ou alinhamento é bastante reforçada nos documentos que apresentam os objetivos e funcionamento da cooperação internacional e, em certa medida, podemos vê-la refletida nos documentos que rotinizam a concessão de financiamentos, seja nas linhas de financiamento concedidas, ou através de critérios que balizam o julgamento das propostas. Podemos agrupar esses critérios segundo sua abrangência ou especificidade. O primeiro grupo constituído por França e Reino Unido estabelece critérios de julgamento de mérito das propostas a partir de linhas de financiamento específicas. O segundo grupo, que abarca Portugal, Espanha, Holanda, Alemanha e Bélgica, nos parece julgar os projetos a partir de diretrizes gerais para as propostas. No caso desses últimos, não significa que os projetos serão julgados apenas por critérios gerais, pois há, sim, a preocupação de alinhamento entre o projeto e a linha de financiamento pretendida, mas esses critérios não estão especificados por linha de crédito.

Os critérios de mérito, de modo geral, dizem respeito à capacidade de gestão da ONG em relação ao projeto, alinhamento às diretrizes que orientam a política de cooperação internacional do país, possibilidade de perenização das ações no país parceiro, além, evidentemente, da coerência e pertinência dos objetivos e ações propostas. Um aspecto importante a destacar é a obrigatoriedade de avaliações e/ou auditorias externas para os programas e projetos propostos, importa dizer que esses custos podem ser incluídos no orçamento do projeto, desde que não ultrapassem os valores estipulados previamente.

Importa ainda salientar que todos os programas consultados nessa fase permitem a utilização de recursos tanto no país de origem da ONG, quanto no país parceiro ou especificamente na ONG ou grupos parceiros aos quais se destinam os projetos. Os custos diretos e indiretos com o projeto e/ou programa podem ser contabilizados, inclusive custos despesas com pessoal (salário) e encargos trabalhistas e financeiros em alguns casos. Custos com equipamentos e instalações também são permitidos. Para cada um destes custos é estabelecido um limite percentual pelo programa.

Os valores de contrapartida nos projetos estão entre 25% e 50% do total, mas há muitos fundos que aportam o total dos recursos dos projetos. A França é o país que tem o maior valor de contrapartida, 50% do projeto até 25%. Na Bélgica e na Espanha financia-se 80% do custo do projeto; em Portugal, na Alemanha e na Holanda, a concessão limita-se a 75% do total de recursos necessários. No Reino Unido, os valores de financiamento chegam a 100% do custo dos projetos, especialmente naqueles fundos de emergência, ou seja, que se destinam a situações de catástrofes e desastres.

Esse levantamento voltou-se especialmente para as regras de credenciamento no âmbito das *políticas públicas* de cooperação internacional nos diversos países. Portanto, as regras e rotinas de credenciamento estão umbilicalmente ligadas às determinações dos programas estatais para o setor, seja no que representam de

acúmulo histórico, contribuições e avanços no setor de cooperação e para o setor de cooperação, seja naquilo que necessitam como estrutura de suporte à sua operacionalidade.

Na última seção deste relatório, procuramos estabelecer alguns critérios a partir das experiências visitadas, que podem servir como parâmetro para a definição de formas de credenciamento de uma futura política de apoio e subvenção pública a ONGs no Brasil. Essas indicações, entretanto, também podem servir como diretrizes para a normatização de um fundo autônomo, consideradas as suas particularidades e adequando-se esses critérios à sua dimensão e rotina.

De maneira ainda preliminar, que deve ser submetida ao conjunto de entidades que formam o GPN, apontamos algumas sugestões de habilitação das entidades procurando articular dois critérios: habilitação jurídica e regularidade administrativa, e experiência de ação.

CREENCIAMENTO

- Para todas as ONGs que desejam solicitar financiamento;
- Credenciamento válido por três anos, prorrogáveis desde que os documentos sejam atualizados anualmente;
- O pedido de credenciamento será avaliado por uma *Comissão*, que deve emitir um parecer com a recomendação de aceitação ou reprovação. Em caso de não credenciamento, a ONG poderá recorrer, apresentando justificativa formal à *Comissão* no prazo de trinta dias.
- Período de credenciamento: seis meses a partir do início das atividades do Fundo e depois, em um período específico do ano.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

A entidade deve comprovar ser uma associação civil sem fins lucrativos, ser autônoma frente ao Estado, às igrejas e aos partidos políticos, ter pelo menos três anos de experiência comprovada e ser filiada a Abong. Para isso, deve apresentar os seguintes documentos:

- Ata de fundação e estatutos da entidade;
- Ata de eleição de seus dirigentes atuais;
- Cartão de inscrição no CNPJ;
- Certidão negativa de débito com a Receita Federal, com o FGTS e com o INSS;
- Balanço patrimonial e ficha de origem e aplicação de recursos;
- Cadastro de filiação à Abong.

EXPERIÊNCIA DE AÇÃO

Para comprovar suas atividades e suas pertinências, a ONG deverá apresentar um relatório circunstanciado de atividades nos últimos três anos.

O relatório circunstanciado de atividade deve conter informações sobre os projetos desenvolvidos que permitam avaliar ação da entidade e, necessariamente, apresentar os financiadores e parceiros da entidade em cada um dos projetos desenvolvidos até o momento. Os trabalhos que eventualmente tenham sido financiados com recursos não próprios deverão ter suas contas aprovadas pelo agente financiador e estar em regularidade com a legislação brasileira.

É desejável que a entidade apresente seu plano de trabalho para o período seguinte ao qual se inscreve o pedido de financiamento, à semelhança do que ocorre com o Quadro Estratégico na Holanda. Em caso de financiamentos maiores do que dois anos, a apresentação deste item é obrigatória.

A utilização de modelos tanto para o relatório, quanto para o plano de trabalho, pode facilitar o julgamento dos pedidos de financiamento.

Quanto ao julgamento dos projetos, ao propor financiamentos dessa natureza é preciso alinhar os objetivos gerais do fundo – seja um fundo público, seja um fundo autônomo – à estrutura de avaliação e classificação dos projetos. De forma geral, sugere-se que a avaliação dos projetos seja feita à semelhança da avaliação das agências nacionais de fomento à pesquisa, ou seja, a partir da avaliação entre pares, através de um conjunto de consultores habilitados.

Para se avançar em direção à operacionalidade de um fundo – público ou autônomo –, alguns pontos precisam de uma definição anterior para estabelecimento dos critérios de julgamento de mérito e de sua futura normatização. São eles:

- 1. Amplitude dos financiamentos, caráter dos financiamentos e corte setorial.** Através desse fundo público poderiam ser concedidos financiamentos e suporte operacional a pequenas entidades que estejam se estruturando. Além desse foco, haverá outras prioridades? Haverá mais de um tipo de financiamento/subvenção? Se sim, quais? É isso que em última instância define os critérios de avaliação. No caso de um fundo público, é preciso compatibilizar seus objetivos de modo que não haja sobreposição com os fundos públicos setoriais já existentes.
- 2. Volume de recursos disponíveis.** No caso de fundo autônomo, é preciso contabilizar os custos operacionais e administrativos para a construção desse Fundo, como os custos de avaliação dos projetos, material de divulgação, acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados, equipe técnica e administrativa etc. Para fundo público, é preciso definir a sua alocação no aparelho público. Além disso, em ambos os casos, é preciso definir o valor total por projetos e as contrapartidas.
- 3. Prazo de execução.** Projetos de no mínimo dois anos e no máximo cinco anos. Renováveis? É preciso adequar a extensão dos financiamentos ao fluxo de caixa, capacidade de investimento e também à capacidade de gestão Fundo. No caso específico de um fundo autônomo, é preciso definir qual será o número máximo de projetos aceitos.

Sugere-se também a construção de um documento com as diretrizes que estabelecem as linhas programáticas do fundo que oriente as ONGs solicitantes, os avaliadores das propostas e os técnicos que acompanham os projetos. Aqui é importante a concertação entre os parceiros envolvidos no sentido de estabelecer uma base programática comum e que dê suporte tanto a um possível fundo público, quanto a um fundo autônomo.

Os exemplos de Portugal e Espanha, países com pouca tradição no setor de cooperação internacional, podem servir como guias interessantes nesse processo, principalmente no que diz respeito à montagem de um conjunto de instrumentos e modelos de pedidos através de formulários, o que dá uma certa homogeneidade as solicitações avaliadas.

ANEXO 2

NOSSAS IDEIAS FORA DO LUGAR

JORGE EDUARDO S. DURÃO

O quadro se seguir é uma provocação à discussão. A inspiração para fazê-lo veio de uma sucessão de momentos em que me deixei dominar pelo sentimento de que já tínhamos nos exaurido na tentativa de nadar contra a corrente e de que era necessário encarar de forma mais radical a realidade de um período histórico de profundas derrotas para todas as forças comprometidas com os direitos humanos, com o bem estar da humanidade e com o futuro do planeta. O fato dos nossos esforços para nos contrapormos às tendências perversas da história mundial, aceleradas no último quarto de século, se desenvolverem basicamente no espaço de ONGs – organizações fortemente condicionadas à apresentarem resultados positivos da sua ação – pode contribuir, obviamente, para uma certa inclinação a lidarmos de forma distorcida com a terrível realidade dessa era de guerras, terrorismo, violação dos direitos humanos, globalização da pobreza, aprofundamento das desigualdades e destruição ambiental. Certamente, a situação específica de cada ONG, condicionada pela maior ou menor distância social dos beneficiários da sua ação, e por suas relações com o Estado e com a cooperação internacional, pode maximizar ou minimizar essa inclinação.

Um segundo aspecto do problema relaciona-se com a maneira com que as ideologias oriundas dos países centrais do capitalismo chegam até nós. Acho que nada pode estimular mais, e melhor informar, essa discussão do que transcrever aqui algumas passagens de *As ideias fora do lugar*⁷, texto magistral de Roberto Schwarz, de 1972. A partir da reflexão sobre os mecanismos sociais específicos que se tornam elementos internos e ativos da cultura, uma espécie de chão histórico analisado, da experiência intelectual, Schwarz procurou entender a realidade brasileira no século XIX, escravista e hegemônica internacionalmente pelo liberalismo britânico, concluindo que, no Brasil, “as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”. “Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as idéias estavam fora do centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. (...) Trata-se de uma diferença interna – o descentramento de que tanto falamos – em que as razões nos aparecem ora nossas, ora alheias, a uma luz ambígua, de efeito incerto”. Ao afirmar que “o nosso discurso impróprio era oco também quando usado propriamente”, Schwarz constata “que este padrão se repetiria no século XX, quando por várias vezes juramos, crentes da nossa modernidade, segundo as ideologias mais rotas da cena mundial”.

⁷ Retirado do livro *Cultura e Política*, de Roberto Schwarz, publicado pela editora Paz e Terra.

Uma outra constatação, bastante óbvia e visível a partir da leitura do quadro por mim esboçado, é que, no Brasil, estamos sempre atrasados em relação às grandes ondas (e maremotos) da economia mundial. Foi assim, por exemplo, quando Geisel lançou o II PND na esteira do choque do petróleo, colocando o país em outro ciclo devastador de endividamento; essa situação poderá se repetir como consequência da crise econômica mundial, cujo alcance ainda está incerto nesse início de 2008. Na direção oposta, podemos nos regozijar com o fato da nossa 'Constituição cidadã' ter sido promulgada em 1988, consagrando os direitos sociais pouco antes que a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética abrissem as portas para a agressiva ofensiva do capitalismo neoliberal contra o trabalho e os direitos humanos econômicos e sociais. Em todo caso, me parece bastante interessante prestarmos atenção nesses descompassos.

O quadro cronológico⁸ foi organizado em seis colunas (contexto internacional; situação no Brasil; considerações sobre o período; leitura que fazíamos da realidade; a esquerda e/ou as ONGs na mão/na contramão da História; percepções da Fase). Da primeira coluna para a penúltima, vamos dos fatos mais objetivos e incontroversos, para as análises mais polêmicas e as percepções mais subjetivas. Apesar de contar com contribuições dos meus interlocutores para a revisão do quadro como um todo, meu interesse principal está na discussão sobre a coluna *a esquerda e/ou as ONGs na mão/na contramão da História* e no intento de construí-la coletivamente, explicitando consensos e dissensos. A última coluna pode ser substituída por cada pessoa/organização que se apropriar desse instrumento para estabelecer a sua referência particular nesse debate.

Agradeço as contribuições de Cunca, Leilah e Átila, que me estimularam a concluir esse instrumento de provocação ao debate.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2008.

⁸ Reconheço que a opção por iniciar o quadro em 1972 foi um tanto quanto arbitrária. Foi o ano no qual saí da prisão, em pleno governo Médici, representando um corte significativo. Não obstante, acho que o quadro abrange um período suficientemente amplo para dar uma boa perspectiva histórica e abarcar o tempo de existência da grande maioria das ONGs brasileiras (com exceção daquelas poucas, como a FASE, fundada nos anos 1960).

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1972	<ul style="list-style-type: none"> • Nixon se elege nos EUA fazendo campanha pela lei e a ordem. • Nixon visita a China. • Milagres econômicos no Brasil e no Leste Asiático. 	<ul style="list-style-type: none"> • Auge da ditadura e do terrorismo de Estado. • Campanha militar no Araguaia. • É inaugurada a rodovia Transamazônica. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto nacional desenvolvimentista conserva a sua vigência no período da ditadura militar, mas o pacto nacional-desenvolvimentista é rompido pela ação da ditadura contra as classes populares organizadas. • A cooperação internacional apóia as igrejas e movimentos sociais na resistência à ditadura.
1973	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro choque do petróleo. • Perón é eleito presidente da Argentina. • Guerra do Yom Kippur: Israel derrota a Síria e o Egito. • Queda de Allende. • EUA retiram suas tropas do Vietnam. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prossegue o “milagre brasileiro” com um crescimento do PIB de 14% em 1973. • Acordo com o Paraguai para construir a hidrelétrica de Itaipu. • Derrotada a guerrilha do Araguaia. 	Com o fim da conversibilidade do dólar (padrão dólar-ouro) e do Sistema de Bretton Woods, a economia mundial entra no ciclo de ‘estagflação’ que se estenderá até 1982.
1974	<ul style="list-style-type: none"> • Revolução dos Cravos em Portugal põe fim a 45 anos de regime salazarista. • Queda da ditadura grega. 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do governo Geisel • Geisel anuncia: “lenta, gradual e segura distensão”. • Nas eleições legislativas, o MDB dá uma surra na ARENA. 	O <i>establishment</i> dos EUA começa a rever sua relação com o Terceiro Mundo e o projeto desenvolvimentista. Geisel, na contramão da economia mundial, lança o II PND.
1975	<ul style="list-style-type: none"> • Fim da Guerra do Vietnam. • Independência de Angola: o MPLA recebe apoio militar de Cuba. 	O governo Geisel resolve aproveitar a liquidez internacional e inicia um processo de endividamento internacional do país.	
1976	<ul style="list-style-type: none"> • Morte de Mao Tse Tung e prisão de radicais. • Argentina: começa a ditadura de Jorge Rafael Videla. 		

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
		Depois do período do Movimento de Criatividade Comunitária – MCC, voltado para a capacitação de recursos humanos, a FASE volta-se para a conscientização e a organização popular (educação popular). A FASE está presente na área de expansão da fronteira agrícola no Pará e no Maranhão.
<p>Nas “entidades de apoio” havia uma mescla de concepções de distintas origens: desenvolvimento comunitário, educação popular, várias tendências do marxismo, etc., num debate nas catacumbas da ditadura. Concepções no sentido de um projeto socialista hegemonizavam o debate.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ao longo desta década, apesar da repressão as então chamadas “entidades de apoio” atuaram na resistência democrática. • Entidades de DH ligadas à Igreja; entidades de educação popular, construindo “contra-poderes a partir das bases”, a partir de “projetos” econômicos e sociais em meios populares urbanos e (sobretudo) rurais. Alianças: organizações internacionais não governamentais. 	
<p>Entidades de apoio (ONGs) ligadas às igrejas acolhem no período militantes de esquerda cristãos e marxistas.</p>		
<p>A FASE atua nesta segunda metade da década na reorganização dos movimentos sociais, tendo um papel de articulação.</p>	<p>A FASE atua na área rural e retoma o debate sobre a Reforma Agrária.</p>	

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1977	<ul style="list-style-type: none"> • Jimmy Carter assume a presidência dos EUA. • Terrorismo de Estado se aprofunda no Cone Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> • O embaixador dos EUA na ONU defende a aplicação de sanções contra o Brasil e outras ditaduras. • Demissão do General. Sílvio Frota (derrota da linha dura). 	
1978	<ul style="list-style-type: none"> • Indonésia: genocídio no Timor Leste. • Início do pontificado de João Paulo II. • Deng Xiaoping dá início na China a transição para o 'socialismo de mercado'. • Acordo de paz entre Israel e Egito. 	Fim do Ato Institucional nº 5.	
1979	<ul style="list-style-type: none"> • Reino Unido: início do governo de Margaret Thatcher • Os EUA promovem o choque dos juros altos que leva à explosão do endividamento dos países periféricos. • Vitória da Revolução Sandinista e da Revolução Iraniana. • A URSS invade o Afeganistão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do governo Figueiredo. • Auge das greves do ABC, que ocorreram de 1978 a 1980. • Lei da Anistia, proporcionando a volta dos exilados. • Fim do bipartidarismo e fundação do PT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ascensão de uma nova direita nos EUA. • Thatcher e Reagan, iniciam a contra-revolução neoliberal.
1980	<ul style="list-style-type: none"> • Início da guerra Irã-Iraque, que se estendeu até 1988. • Trabalhadores poloneses fundam em Gdansk a central sindical independente Solidarnos. 	É aprovada a emenda constitucional que restabelece eleições diretas para governador e decreta o fim dos 'senadores biônicos'.	<ul style="list-style-type: none"> • Nos anos 1980 e 1990 sucedem-se as intervenções dos EUA na América Latina. • Início da primeira década perdida do ponto de vista do desenvolvimento no Brasil.

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
	<ul style="list-style-type: none"> • A Anistia Internacional ganha o Prêmio Nobel da Paz. • Enrico Berlinguer (PCI) afirma em Moscou que “a democracia é um valor histórico-universal”. 	<p>Dado o contexto ditatorial, o debate interno na Fase caracterizava-se pela mais completa intransparência. As correntes políticas internas, voltadas para o trabalho de apoio às oposições sindicais e de reorganização dos movimentos de base, filiavam-se ou não às organizações clandestinas ou aos partidos políticos legais, que logo passariam por um processo de reorganização.</p>
		<p>Luta interna entre diversas tendências que hegemonizam ou controlam as equipes da Fase (adeptos da educação popular, esquerda cristã, marxistas de diversas vertentes etc.). Quadros da Fase se confundem com direções de movimentos sociais. Essa luta terá o seu desfecho por volta de 1982.</p>
<p>Carlos Nelson Coutinho publica o artigo A democracia como valor universal, tendo grande repercussão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As entidades de assessoria (ONGs), na luta de forças políticas do país, se posicionam no campo que apoia o PT. • Fundação do INESC. 	
<p>Nos anos 1980, o neoliberalismo se impõe nos países desenvolvidos e começa a se tornar hegemônico em âmbito mundial. Os EUA abandonam a doutrina do desenvolvimento para todos (Giovanni Arrighi).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A cooperação internacional e muitas ONGs do Sul continuam aferradas ao paradigma do desenvolvimento. 	

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1981	EUA: início do governo Reagan, que dá prosseguimento à restauração da hegemonia dos EUA no mundo.	<ul style="list-style-type: none"> • Atentado do Riocentro. • Estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (lei nº 6.938). 	Reagan adota uma estratégia que combina o messianismo anticomunista de Carter com o liberalismo de Nixon e que levará à derrocada da URSS.
1982	<ul style="list-style-type: none"> • A moratória da dívida externa do México inaugura a 'crise da dívida' na América Latina. • Fim do ciclo econômico da estagflação. • Derrota argentina nas Malvinas. 	A oposição foi a grande vitoriosa nas eleições (o PMDB e o PDT de Brizola).	
1983	Os EUA retomam o crescimento (média de 3% ao ano nas décadas seguintes), revelando poder de atração da poupança financeira internacional.	Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).	
1984	Vitória dos Sandinistas na eleição da Nicarágua.	Campanha das 'Diretas Já'. A emenda Dante de Oliveira é derrotada por apenas 22 votos.	<ul style="list-style-type: none"> • Período de ampla mobilização social no Brasil. • O MST forma-se em 1984 e realiza diversas ocupações de terras em 1985 e 1986.
1985	Reagan inicia o seu segundo mandato como presidente dos EUA.	<ul style="list-style-type: none"> • Eleição indireta e morte de Tancredo Neves. • Fim da ditadura militar. • Sarney assume a presidência da República. 	Enquanto a hegemonia dos EUA se reafirmava internacionalmente, o Brasil se encontrava em meio à primeira de duas décadas de estagnação.
1986	Desastre nuclear de Chernobyl na União Soviética.	O governo Sarney lança o Plano Cruzado. O projeto neoliberal se fortaleceu com o seu fracasso.	

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
	Fundação do Ibase, que nasce com a proposta de democratizar a informação.	
Os 'compromissos básicos' da Fase tentam fazer uma síntese de valores e ideias da esquerda cristã, da educação popular e de uma leitura gramsciana do marxismo.		A Fase denuncia o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização acelerada, na internacionalização da economia, na concentração fundiária, na urbanização explosiva, afirmando que os trabalhadores foram excluídos dos ganhos do crescimento econômico e agora são vítimas da crise.
		A Fase desenvolve trabalhos de formação sindical nas principais áreas de concentração operária e vincula a questão da formação sindical à democracia.
		A Fase cria uma frente de assalariados rurais.
Havia uma grande expectativa de reformas sociais e de avanço democrático com a redemocratização.		A Fase entra no debate sobre a questão tecnológica na agricultura através de um projeto de tecnologias alternativas na agricultura.
	A Fase, o Ibase, o Cenpla e o Iser promovem o "Encontro nacional dos centros de promoção brasileiros", quando se discute pela primeira vez, nacionalmente e de modo articulado, a identidade e o nome 'ONG'.	A Fase se identifica com a luta do movimento dos moradores em loteamentos irregulares e clandestinos, com uma percepção de ascensão dos movimentos sociais.

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1987	Quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (desvalorização da riqueza fictícia).	<ul style="list-style-type: none"> • O governo Sarney decreta a moratória da dívida externa. • É instaurada a Assembleia Nacional Constituinte. 	
1988	Atentado à bomba derruba um Boeing 747 da Pan Am, matando 270 pessoas, em Lockerbie, na Escócia.	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Bresser: inflação de 1000% ao ano. • Promulgação da 'Constituição cidadã'. • Assassinato de Chico Mendes, em Xapuri, no Acre. 	A Constituição de 1988 assegurou e priorizou os direitos sociais. Promulgada às vésperas do triunfo do neoliberalismo no Brasil, ela teve um viés nacionalista e anti-privatização, o que foi, em parte, revertido nas reformas constitucionais que se seguiram.
1989	<ul style="list-style-type: none"> • Queda do Muro de Berlim. • Invasão do Panamá. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Verão: a inflação chega a 1.764% nesse ano. • Collor derrota Lula numa eleição manipulada pela Rede Globo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo Giovanni Arrighi, "a crise do comunismo no Leste da Europa e na URSS é apenas um lado da moeda da crise geral do desenvolvimentismo". • A discussão sobre filantropia empresarial começa a se esboçar, mas só em meados da década de 1990 é que irá ganhar força no Brasil.
1990	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção armada dos EUA na Nicarágua culmina na derrota eleitoral dos Sandinistas. • Peru: golpe de Estado de Alberto Fujimori. • Lech Walesa é eleito presidente da Polônia. • Reunificação da Alemanha • Abre-se o ciclo social de conferências das Nações Unidas, com a Cúpula das Crianças. • Mandela sai da prisão. • O PNUD publica o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do governo Collor. • O novo plano econômico inclui o confisco de poupanças e depósitos em contas correntes. • Dado o esgotamento do modelo de substituição de importações e a inviabilidade política de um projeto neodesenvolvimentista, as diversas frações do capital unificaram-se em torno do projeto neoliberal. • Recessão econômica e queda do PIB. • O Estatuto da Criança e do Adolescente é instituído por lei. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nos anos 1990, com Collor e FHC, passam a prevalecer no Brasil a hegemonia do neoliberalismo e o Consenso de Washington. Impõe-se o "pensamento único"². • Brasil: início da segunda década perdida do ponto de vista do desenvolvimento.

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
	<p>Articulações entre ONGs da América Latina, lideradas por Mario Padrón, criam debates e identidades comuns no continente. No Brasil, a Fase e o Ibase lideram essas articulações (Grupo Fazenda).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Fase reconhece nos mutirões uma alternativa popular. • A Fase apoia as tentativas de organização dos operários da construção civil.
<p>Expectativa de efetivação dos direitos consagrados na nova Constituição.</p>		
<p>Ganha força a ideia da democracia como valor universal¹.</p>	<p>Criação do Alternex, que contribui para colocar o Brasil numa posição de pioneiro no uso da informática.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção da necessidade de uma revisão de paradigmas. • A Fase retoma a discussão sobre o papel dos sujeitos coletivos. Aborda o papel das mulheres (a política no cotidiano) e discute “a construção dos assalariados rurais como agentes de sua própria cidadania”.
<p>Percebíamos o avanço do neoliberalismo e a necessidade de nos contrapormos a ele. No campo das ONGs, o discurso anti-Estado, herdado da luta contra a ditadura, e a idealização da sociedade civil abrem brechas para o avanço do neoliberalismo.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • A partir da experiência do projeto de reconstrução de casas em São João de Meriti, a Fase relaciona a questão da participação popular com a situação das populações marginalizadas. • A Fase começa a prestar a atenção ao tema das ‘administrações populares’ vinculado à sua aposta na participação popular.

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1991	<ul style="list-style-type: none"> • Fim da URSS e da situação de poder bipolar mundial. Surgem 15 novos Estados independentes. • A primeira guerra do Iraque estabelece através das armas o poder soberano dos EUA no campo internacional. 	Plano Collor II: juros altos, desindexação da economia, abertura comercial e choque na indústria nacional.	Ganha força no final do século XX um novo projeto de organização imperial do poder mundial. Coloca-se a possibilidade de um 'poder global' que se apoia no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os Estados nacionais.
1992	<ul style="list-style-type: none"> • Rio-92 - Cúpula Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente. • A economia japonesa entra numa trajetória de instabilidade e crise que durará vários anos. • Começa a guerra na Bósnia. A Tchecoslováquia se desmembra em duas repúblicas independentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estoura o escândalo do esquema de corrupção comandado por P.C. Farias. • Campanha vitoriosa pelo impeachment de Collor. Movimento pela ética na política. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nos anos 1990 realiza-se o ciclo das conferências sociais da ONU, com grande impacto sobre as ONGs. • Avança na década de 1990 no Brasil o processo de reestruturação do trabalho e do padrão de acumulação: do fordismo à acumulação flexível.
1993	<ul style="list-style-type: none"> • Início do governo Bill Clinton nos EUA. • II Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plebiscito confirma o regime republicano e o presidencialismo. • Lançamento do Plano Real. • Criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que permite a desvinculação constitucional de receitas da União (para fazer superávit primário). 	O avanço dos direitos humanos no plano normativo (Conferência de Viena) contrasta com a generalização das violações aos direitos humanos em muitas partes do mundo.

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
<p>Começam a prevalecer os temas da cidadania e das políticas públicas contrapondo a ênfase na problemática dos sujeitos e da transformação social que caracterizava o período anterior.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ONGs e setores da esquerda embarcam de forma acrítica no discurso da globalização, do fim dos Estados etc. • Encontro liternacional do PNUD com as ONGs brasileiras, no Rio. • Inaugura-se um período de intensa disputa sobre o significado das ONGs: fundação da Abong. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Fase está preocupada com a questão da reestruturação produtiva vinculada à problemática de organização de base dos trabalhadores. • Jorge Eduardo é eleito presidente da Abong.
<ul style="list-style-type: none"> • Expectativas positivas em relação à emergência das ONGs no espaço público. • Celso Furtado lança Brasil: a construção interrompida³. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampla participação das ONGs de desenvolvimento na ECO-92, em conferência paralela. • As expectativas das ONGs frente ao ciclo social da ONU contrastam com as consequências sociais e políticas da globalização e com o desgaste evidente do sistema ONU e de suas agências voltadas ao desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Fase contrapõe às comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo às Américas, o desafio que a questão étnica e racial representava (e representa) para os movimentos sociais. • A Fase lança uma edição especial da proposta para a Rio-92, com o título Qual desenvolvimento?. Os temas centrais são meio ambiente, desenvolvimento, cooperação, biodiversidade e sócio-diversidade, industrialização e questão urbana.
<ul style="list-style-type: none"> • Acontece a primeira Conferência de Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil: colapso do modelo de desenvolvimento da modernização autoritária, apartação social e reforma social versus reforma liberal. • Leilah Landim lança A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. • O discurso da Ação da Cidadania contribui para ocultar as causas estruturais da pobreza e para secundarizar a luta de classes⁴. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Fase participa em diversas instâncias da Ação da Cidadania, através de suas equipes. • Jorge Eduardo escreve artigo contra a convocação e participação dos usineiros na Campanha contra a fome.

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1994	<ul style="list-style-type: none"> • Turquia reprime brutalmente os curdos com armas fornecidas pelos EUA. • Criação da OMC, que entra em funcionamento em janeiro de 1995. • Lançamento da Alca na Cúpula das Américas. • Nelson Mandela chega ao poder na África do Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Real. • Aprovação da Loas. 	
1995	<ul style="list-style-type: none"> • Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague) • IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing). • Greves e grandes mobilizações contra a política neoliberal na França. • A Constituição Europeia é rejeitada na França e na Holanda. • Reeleição de Fujimori e de Carlos Menem. • Eleição de Jacques Chirac. 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do governo FHC. • Reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, 'flexibilização' das relações de trabalho, programa de privatizações. • Criação do Comunidade Solidária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Com o governo FHC consolida-se o 'bloco histórico da crueldade social'. Para isso, segundo Paulo Eduardo Arantes, contribui "o apagão do pensamento crítico". • A reforma constitucional abre o caminho para as privatizações. • O Gife é fundado como resultado de um processo de debates sobre a filantropia empresarial.
1996	<ul style="list-style-type: none"> • Reeleição de Bill Clinton e de Boris Yeltsin (Rússia). • Cientistas criam a ovelha Dolly, o primeiro mamífero clonado. 	<ul style="list-style-type: none"> • O PNUD, em parceria com o IPEA, produz o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano específico para o Brasil. • Assassinato de Paulo César Farias. 	<p>Celso Furtado diz que a globalização não pode ser vista como um imperativo histórico: "Ela traduz decisões políticas tomadas em função de interesses de países que ocupam posições dominantes na esfera internacional". Furtado diz ainda que "a dominação-dependência que veio a prevalecer está cimentada na aculturação das classes dominantes da periferia, as quais reproduzem os padrões de consumo dos países ricos".</p>

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
	<ul style="list-style-type: none"> • A 'esquerda' – nela incluídos o PT e outros partidos como o PC do B, movimentos sociais e ONGs – foi totalmente incapaz de entender a importância atribuída à estabilidade monetária pela esmagadora maioria da população brasileira. O impacto político do Plano Real foi totalmente subestimado. • Rubem César Fernandes difunde a ideologia do terceiro setor em Privado, porém público. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Fase entra no debate sobre pobreza, trabalho e renda, abordando a questão do mercado de trabalho tanto do ponto de vista da reação sindical na área urbana e rural, quanto de empreendimentos de economia popular.
	<ul style="list-style-type: none"> • As ONGs dividem-se frente ao governo FHC e ao seu aparente compromisso com o fortalecimento do terceiro setor. A Abong pede a extinção do Conselho da Comunidade Solidária. • É um período de grande envolvimento no Ciclo das Conferências Sociais da ONU. • Betinho e Jorge Eduardo deixam o conselho da Comunidade Solidária. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Fase aborda os temas da globalização e da integração regional (Mercosul), apontando a fragmentação social e a globalização da pobreza. Posição crítica em relação à participação do governo brasileiro na Cúpula de Copenhague. • Cadernos de Proposta nº 3 sobre a biodiversidade. • A Fase enfrenta o debate sobre as fraquezas e potencialidades dos movimentos populares urbanos.
<p>Constatávamos o fim do paradigma desenvolvimentista⁵. Falava-se na constituição de uma 'sociedade civil planetária'.</p>	<p>As ONGs e a Cooperação Internacional levam a sério o compromisso de Copenhague com a 'erradicação da pobreza'.</p>	<p>Cadernos de Proposta nº 4 sobre certificação florestal. A Fase entra no debate sobre as eleições municipais de 1996, colocando em debate a 'agenda do bom governo'.</p>

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Crise financeira dos países asiáticos (Tailândia, sudeste asiático, Japão). • A China conclui a transição do 'socialismo de mercado para o capitalismo tout court. Na década seguinte a economia chinesa terá um crescimento de 8% a 11% ao ano. 	<p>É aprovada a emenda constitucional para a reeleição do presidente da República.</p>	
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Deixa de ser assinado o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que daria amplos poderes às transnacionais e à OMC. • SPD e Partido Verde formam novo governo na Alemanha. • Queda do ditador Suharto da Indonésia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reeleição de FHC. • Morte do Betinho • Privatização do sistema Telebrás. 	<p>Nasce o Attac, como mais uma expressão dos crescentes movimentos de oposição à globalização neoliberal.</p>
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção 'humanitária' da Otan (EUA) no Kosovo. • Manifestações em Seattle paralisam a reunião ministerial da OMC. • Hugo Chávez é eleito presidente da Venezuela. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maxi-desvalorização do real seguida de uma fuga de capitais de mais de 40 bilhões de dólares. • Aprovada a Lei das OSCIPs. 	<p>Segundo o secretário geral da ONU Kofi Annam, a ação da Otan no Kosovo foi uma ameaça 'ao cerne do sistema de segurança internacional'.</p>
2000	<ul style="list-style-type: none"> • A ONU estabelece os Objetivos de desenvolvimento do Milênio. • George Walker Bush é eleito presidente dos EUA. 	<ul style="list-style-type: none"> • O PT ganha as prefeituras de seis capitais (inclusive São Paulo e Belém) e de mais 181 cidades. • Nasce a IIRSA, por proposta do BID, com o apoio de FHC e demais governantes da região, com claro sentido de abertura da economia sul-americana para o mercado externo. 	

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
		A Fase retoma o debate sobre os desafios do mundo do trabalho no contexto do neoliberalismo, relacionando os temas da economia solidária, das novas tecnologias, do desemprego e das alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado.
Debate sobre desenvolvimento local integrado.	Apesar do surgimento do Attac e do debate sobre a taxa Tobin, a maioria das ONGs brasileiras pouco reflete sobre as catastróficas crises financeiras que afetam vários países e produzem imensos retrocessos sociais.	Volta ao tema raça e cultura, inserindo-o no debate sobre a globalização e seus impactos nos países pobres e sobre os pobres em todo o mundo (fragmentação de identidades, populações descartadas etc.).
	Cresce em todo o mundo o número de ONGs que se engajam na luta contra o neoliberalismo.	Debate a crise do desenvolvimento brasileiro e César Benjamin lança o livro A opção brasileira.
Milton Santos lançam livro Por uma outra globalização. Paulo Eduardo Arantes publica o texto Esquerda e direita no Espelho das ONGs ⁶ .	Muitas ONGs, inclusive filiadas à Abong, aderiram ao esforço de construção de um consenso político visando à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo significado político me parece bastante discutível ⁷ .	<ul style="list-style-type: none"> • Importância do avanço da oposição (PT) nas eleições municipais. • Retoma o tema das mudanças no regime de acumulação e nas relações de trabalho.

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
2001	<ul style="list-style-type: none"> • I Fórum Social Mundial (FSM). • Atentado às 'Torres gêmeas'. • Military Order de George W. Bush e USA Patriot Act. • Conferência Mundial contra o Racismo. • Argentina em crise social e econômica catastrófica. Cai o presidente Fernando de La Rúa. • Adesão da China à OMC. 		<p>O estado de exceção⁸ passa a vigorar quase formalmente através da nova doutrina militar e da nova legislação dos EUA.</p>
2002	<ul style="list-style-type: none"> • II Fórum Social Mundial (FSM). • Tentativa de golpe de Estado para depor o presidente Hugo Chávez. • A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizada na África do Sul, simboliza o fim de uma 'década de promessas quebradas'. • Entra em circulação o Euro, a nova unidade monetária de 12 países da União Europeia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lula divulga a Carta aos brasileiros. • Os principais candidatos à presidência dão o seu aval ao acordo do governo FHC com o FMI. • Grande e inédita mobilização popular e das classes médias intelectualizadas urbanas em torno à eleição de Lula. • Eleição de Lula em meio ao 'terrorismo dos mercados'⁹. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lula chega ao governo ao mesmo tempo em que culmina o processo do transformismo do PT e do próprio Lula. • O diplomata Robert Cooper, assessor de Tony Blair, faz um apelo por um novo imperialismo liberal e defende a necessidade de duplos padrões em matéria de política externa. • A cooperação internacional passa a incorporar critérios de segurança entre as suas diretrizes.

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
	<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea, muitas ONGs continuam fazendo uma leitura da realidade centrada nos avanços da democracia e em temas como a governança global. • O FSM nasce sob o signo da controvérsia até hoje não resolvida entre ser um espaço aberto ou um espaço de mobilização e coordenação de lutas. • Fortalecimento das ONGs no país, a partir do FSM: ganham novo fôlego no contexto de deslegitimação e enfraquecimento de FHC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Minimalismo das políticas públicas. • Desgaste das instituições democráticas. • Contexto internacional ameaçador. Plano Colômbia. Disputas em torno da Amazônia. • Luta pela democracia e cidadania tem de ser supranacional. • Questionamento do conceito e da realidade do desenvolvimento. • A Fase aposta no FSM e contribui ativamente para a sua articulação.
<ul style="list-style-type: none"> • Jorge Durão publica o artigo Confrontando a desordem internacional no Relatório 2002 do Observatório da Cidadania, dedicado aos impactos da globalização. • Balanço da diplomacia não governamental, segundo Henri Rouillé d'Orfeuil na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg: "As ONGs desempenharam um papel maior na defesa dos avanços da Rio-92 e do multilateralismo contra os ataques do governo Bush". 	<ul style="list-style-type: none"> • Depois da Rio + 10, as ONGs se queixam da 'década de esperanças frustradas'. • As agências de cooperação dão crescente importância ao comércio como meio para o desenvolvimento. A Oxfam lança uma campanha de comércio justo. • A Icco acelera o processo de aproximação do setor empresarial e de revisão das suas políticas, voltando-se cada vez mais para resultados econômicos. 	

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
2003	<ul style="list-style-type: none"> • III Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre. • Os EUA e o Reino Unido deflagram a segunda guerra contra o Iraque. • Nestor Kirchner é eleito presidente da Argentina. • A Iugoslávia deixa de existir e passa a se chamar Sérvia e Montenegro. • A reeleição de Bush amplia a sua legitimidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Início do governo Lula. • Continuidade da política econômica de FHC tranquiliza os 'mercados'. • Fome Zero e Bolsa Família. 	<p>Inicia-se o governo Lula, no qual são mantidos em primeiro plano os interesses e a política econômica do capital financeiro, ao mesmo tempo em que valoriza o agronegócio exportador. Lula dá nova legitimidade ao modelo liberal periférico e à sua política macroeconômica.</p>
2004	<ul style="list-style-type: none"> • IV Fórum Social Mundial (FSM), em Mumbai. • Atentado terrorista praticado pela Al Qaeda mata 191 pessoas em Madri • Tsunamis no oceano Índico devastam 15 países e provocam a morte de mais de 130 mil pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inicia-se o processo participativo do PPA. • Parlamentares da ala esquerda do PT fundam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). 	<p>A Abong experimentou o impacto de uma participação nos espaços públicos que, ao mesmo tempo em que se ampliava significativamente, permanecia relativamente pouco relevante em termos de incidência real sobre as políticas públicas.</p>
2005	<ul style="list-style-type: none"> • V Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre. • Eleição de Evo Morales na Bolívia. • Ângela Merkel (CDU) preside na Alemanha um governo de coligação com o SDP. • Início do pontificado de Bento XVI. 	<p>Crise do 'Mensalão'.</p>	

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
<ul style="list-style-type: none"> • Perplexidade dos setores de esquerda, dos movimentos sociais e das ONGs. O início do governo Lula inaugurou um período de dúvidas e incertezas para as ONGs e para a própria Abong, que teve dificuldades para se posicionar na nova conjuntura política. • O termo ONG adquire socialmente polissemia e indistinção. Surge o tempo das acusações de corrupção e das CPIs. A identidade das ONGs ligadas aos movimentos sociais e direitos é confundida. 	<p>Nessa década, as ONGs e a esquerda confrontam-se, precariamente, com a radicalização da violência urbana que leva ao extermínio de jovens pobres e encontram-se despreparadas com o desafio do debate sobre segurança pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do dilema que separa de um lado o projeto neoliberal e de outro o projeto neodesenvolvimentista, a Fase aposta em um projeto de desenvolvimento humano sustentável. • Aumentam a violência e a tensão social em um cenário de criminalização geral e de penalização das populações pobres. • Nesta década, as ONGs, e a Fase em particular, representam um papel relevante na construção dos Conselhos.
<ul style="list-style-type: none"> • As ONGs e a Abong apostavam no processo do PPA, que não levou a nada. • Evelina Dagnino apontava a “existência de uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal”. Essa confluência perversa decorreria do fato de que, embora “apontando para direções opostas e até antagonicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”. • Chico de Oliveira lança o livro O ornitorrinco¹⁰. 	<p>O PSOL é a pífia resposta no plano político-partidário ao transformismo do PT.</p>	<p>A Fase faz uma análise ambígua do governo Lula: destaca o cumprimento de certos compromissos, como a luta contra a fome, e o temor de que o governo Lula não tenha a capacidade de mudar a política econômica do governo FHC. A Fase valoriza os novos espaços de participação e a possibilidade de resistência e disputa aberta pelo novo governo.</p>
<p>Em meados de 2005 era possível constatar que o governo Lula e o modo como evoluiu a relação entre o PT e o governo tinham resultado numa perda de referências básicas na vida política brasileira, perda esta que confundiu os campos políticos e comprometeu a nitidez das posições assumidas pelas próprias organizações da sociedade civil (Abong).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, movimentos sociais e organizações da sociedade civil posicionam-se frente à crise de forma ambígua e contraditória. Críticas à política econômica e apoio a Lula contra a ‘desestabilização do governo’. • A Abong arca com o peso das dívidas oriundas do FSM. 	

ANO	CONTEXTO INTERNACIONAL	SITUAÇÃO NO BRASIL	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO
2006	<ul style="list-style-type: none"> • O Fórum Social Mundial é descentralizado: Caracas e Paquistão. • Hugo Chávez é reeleito presidente da Venezuela. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lula é reeleito presidente da República. • Queda do ministro da Fazenda Antônio Palocci. 	
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Social Mundial de Nairóbi. • Sarkozy assume a presidência da República Francesa. • Cristina Kirchner torna-se presidente da Argentina. • Explode a bolha financeira oriunda da inadimplência de devedores hipotecários no mercado imobiliário norte-americano. A economia dos EUA tem o menor crescimento do PIB dos últimos cinco anos. • Assassinato de Benazir Bhutto no Paquistão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). • O Brasil entra no grupo dos países com mais alto IDH. • Inicia-se a segunda CPI das ONGs no Senado Federal. 	
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Social Mundial descentralizado. • No Fórum de Davos há consenso sobre a entrada da economia norte-americana em recessão. • Disputa acirrada nos EUA entre os candidatos democratas Barak Obama e Hilary Clinton. • Violação pela Colômbia do território e da soberania do Equador gera grave situação de crise na América do Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> • O governo brasileiro considera o país imune à ameaça de recessão que vem dos EUA. • Pela primeira vez, o Brasil tem reservas cambiais superiores à sua dívida externa total. 	<ul style="list-style-type: none"> • Difícil avaliar a profundidade da recessão que se inicia, frente à extensão do endividamento nos EUA e às incertezas sobre o acoplamento ou não da economia mundial à locomotiva norte-americana. Em meados de março aprofunda-se a crise do setor financeiro. • “O ritmo das mudanças sociais e o ocaso da política fazem do medo o sentimento central do nosso tempo”, diz o sociólogo Zygmunt Bauman.

LEITURA QUE ENTÃO FAZÍAMOS DA REALIDADE	A ESQUERDA E/ OU AS ONGS NA MÃO / NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA	PERCEPÇÕES DA FASE
		<p>A Fase se posiciona de maneira crítica em relação ao agronegócio e às monoculturas.</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • A Fase produz um documento de posicionamento político-institucional sobre a Amazônia, comprometendo-se com um projeto contra-hegemônico, sustentável e democrático para a região. • Na análise de cenário para o novo triênio, a Fase atribui ao governo Lula um avanço em termos de mudança da agenda política do país, indo além da agenda neoliberal e introduzindo uma agenda social importante. É diagnosticado um conjunto de problemas do país, o que até certo ponto contradiz a conclusão anterior. São destacados o contexto internacional adverso e a problemática ambiental (mudanças climáticas).
	<p>Incapazes de se demarcarem em relação ao governo Lula – e seus escândalos de corrupção –, as ONGs e, principalmente, organizações ligadas ao movimento sindical sofrem o desgaste decorrente da CPI das ONGs. A Abong consegue se manter relativamente blindada.</p>	

NOTAS ANEXO 2

- ¹ Leilah Landim pergunta: “quando esquerda/ONGs brasileiras começam a adotar “democracia” e, depois, “sociedade civil” em seu vocabulário político? Creio que foi bem tardiamente, ao contrário de leituras atuais dessa história recente”.
- ² Em “*Brasil contemporâneo: estado de exceção?*”, Laymert Garcia dos Santos resume essas mudanças nos seguintes termos: “Está-se vendo, portanto, que o que se anuncia com a entrada dos anos 90 é algo muito grave em termos políticos, pois o desfazimento da sociabilidade anterior [do tempo da ditadura e da Nova República] adquire as feições do que Roberto Schwarz chamou de *desmanche*, ao refletir sobre as conseqüências para o Brasil do *Colapso da Modernização*, analisado por Roberto Kurz. Inicido por Collor e imensamente aprofundado por FHC, o desmanche desmontou o tripé empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais, transformou o Estado numa espécie de refém do novo poder econômico financeirizado, provocou desindustrialização, destruiu empregos maciçamente, quebrou o mercado formal do trabalho como referência, detonou a força dos sindicatos. Em suma: através do desmanche a sociedade brasileira se ‘desconfigurou’, sem que soubéssemos sequer apontar quais seriam os sinais de uma nova configuração, por carecermos de referências para tanto”.
- Para Chico de Oliveira, “a conseqüência desse *desmanche* é uma “exceção permanente” schmittiana, [isto é,] uma situação singular na qual já não se dá o exercício da política, efetivando-se apenas uma combinação de gestão cotidiana com coerção renovada”. Precisamos refletir sobre essa ideia de negação da política, já que o período foi marcado existencialmente, para todos nós, por fortes emoções e momentos de grande participação política como a campanha pelo impeachment de Collor e a eleição de Lula em 2002. A ideia central aqui é a da transferência do exercício da soberania da esfera da política para a da economia. A economia domina inteiramente a política e essa parece ser a contra-revolução do nosso tempo.
- ³ Mantendo-se sempre coerente com sua compreensão de que o crescimento econômico pode ser rápido, mas não suprime o subdesenvolvimento se for obtido com concentração de renda e riqueza e exclusão social, Celso Furtado opôs-se na década de 1990 às políticas que minaram as bases da autonomia do Estado e limitaram a ampliação dos direitos sociais universais. “Com as “reformas neoliberais”, o aumento explosivo do endividamento (interno e externo) e as privatizações do governo FHC, foi-se esvaindo o sonho da transição democrática progressista e pôs-se em risco o próprio desenvolvimento produtivo ao desmontar parte da estrutura obtida com o esforço de 50 anos de industrialização acelerada. No final da década de 90, o mestre, (...), manifestou pela primeira vez a sua desesperança com a famosa frase: ‘Nunca estivemos tão longe do país com que sonhamos’” (“Homenagem a Celso Furtado”, por Maria da Conceição Furtado).
- ⁴ Leilah Landim discorda dessa afirmação por considerá-la “uma análise extremamente mecanicista e simplificada do movimento”. Na minha opinião, seria reducionista tomar essa percepção sobre os efeitos do discurso da Ação da Cidadania como a análise do movimento. Esse balanço está por se fazer e, certamente, poderíamos estabelecer um encadeamento entre esse movimento e iniciativas do governo Itamar e do governo Lula, como a criação do Consea, no primeiro, e a centralidade do programa Fome Zero nas políticas sociais do governo e o fortalecimento do Consea, no segundo, paralelamente à exaltação do agronegócio.
- ⁵ Segundo o economista argentino Aldo Ferrer, ex-secretário executivo da Clacso, “a globalização não mudou a natureza do processo de desenvolvimento econômico. Este continua descansando na capacidade de cada país participar na criação e difusão de conhecimentos e tecnologias e de incorporá-los no conjunto da atividade econômica e relações sociais”. (...) “A ordem global proporciona um marco de referência para o desenvolvimento de cada país. Mas a forma de inserção no contexto externo depende, em primeiro lugar, de fatores endógenos, próprios da realidade interna do mesmo país. A história do desenvolvimento econômico dos países pode relatar-se em torno à qualidade das respostas aos desafios e oportunidades da globalização que se transforma através do tempo. (...) Este conjunto de circunstâncias endógenas, insubstituíveis e necessárias ao desenvolvimento pode resumir-se no conceito de densidade nacional” (“Globalização, Desenvolvimento e Densidade Nacional”, Clacso, 2004).
- ⁶ Segundo Francisco de Oliveira em *Política numa era de indeterminação*, de 2003, “Uma dispersão de microcentros de organização do social simulacra a sociedade civil: é uma ‘onguização’ da política social que concorre com o Estado e com os partidos desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos. Nascidas como porta-vozes da nova complexidade na época em que a ditadura militar tentava conter a própria criatura que brotou da expansão capitalista, essas organizações se transformaram em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer ‘social’ e ‘política’”.
- Paulo Arantes denunciou o grotesco amálgama dos discursos de agências estatais, empresas e ONGs tão característico do período de governo de FHC, mas que ainda subsiste na era Lula. Arantes mostrou “o que de fato sabe um ativista social de uma ONG realmente afinada com suas origens históricas”, isto é, citando Sílvio Caccia Bava, “que no outro campo, a coalizão dos dominantes globais, quando não busca descaradamente a cooptação pura e simples, se encarniça na destruição sistemática de todo e qualquer coletivo que se organize na defesa de direitos ou na promoção da ‘cidadania ativa’, na desqualificação e desautorização de ‘espaços públicos’ efetivos de representação

negociação”. O mais desconcertante, segundo Arantes, é que tamanha demolição era conduzida nos mesmos termos em que se formula a resistência dos perdedores: “Como se viu, fala-se a mesma língua (...) e no entanto o desentendimento não poderia ser maior”. “À vista do atual cenário de devastação que o partido da ordem vai deixando no seu rastro, fica difícil não pensar que até a cooperação eventual, quando ocorre, só pode se dar por equívoco. Convergência antagônica? Pode até ser, mas nem por isso menos desnordeante”.

- ⁷ Por um lado, questiono a própria natureza dos objetivos propostos e a sua capacidade de sensibilizar amplos setores da sociedade em inúmeros países, já que a constituição de um amplo consenso em torno dos ODM não constituía uma estratégia adequada para a luta contra as desigualdades e injustiças decorrentes da atual forma de globalização. Tendo em vista que para resgatarmos mais de um bilhão de pessoas que vivem na pobreza são imprescindíveis uma distribuição mais equitativa de riqueza e novas relações de poder entre os Estados, qual a relevância para a luta contra as desigualdades de uma plataforma de mobilização que acena com a bandeira eticamente questionável de, até 2015, reduzir à metade o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia, deixando a outra metade na situação atual de miséria. É muita paciência histórica!
- ⁸ Está em questão a aposta, vigente nos últimos vinte anos, de realização de um conjunto de promessas da modernidade, com a afirmação do espaço-público democrático e dos direitos em sua vocação universalizante, com ênfase na democracia participativa e no controle social das políticas públicas. A esse paradigma opõe-se uma outra abordagem da realidade internacional e nacional que pressupõe ‘um deslocamento do terreno em que nos acostumamos a tematizar as ‘incompletudes’ da sociedade brasileira’. Agora, em lugar da ampliação do espaço-público democrático e da expansão dos direitos, estaríamos vivendo num contexto explicável por conceitos como os de “Estado de exceção e vida nua” (Giorgio Agamben). Fala-se da crise do Estado-nação e do fim dos direitos humanos, diz-se que o estado de exceção é a forma de governo do Império, e proclama-se que as noções de leis, direitos, cidadania e espaço público foram esvaziadas da sua potência crítica. O pano de fundo da nova época seria dado pelo fenômeno da sobre-determinação do capital financeiro em relação ao capital produtivo e pela verdadeira contra-revolução que erodiu a sociabilidade plasmada com base na centralidade do trabalho. Ao mesmo tempo estaríamos vivendo hoje, no Brasil, uma ‘era de indeterminação’ que corresponde ao esvaziamento da política. O texto de Chico de Oliveira *Política numa era de indeterminação* não a considera a era do fim do conflito: “A indeterminação não significa o estancamento das experimentações inventivas; quer dizer apenas que elas não cristalizaram o campo de conflitos dentro do qual os atores devem se movimentar doravante”.
- ⁹ Ao analisar a conjuntura de 2002, Francisco de Oliveira concluiu que as três coalizões sintetizavam, no campo da política institucional, o estado de indeterminação: “Os programas são parecidíssimos porque todos estão pautados pela herança do desastre do neoliberalismo de FHC, e todos buscam representar o irrepresentável: a burguesia nacional, que já não manda, o capital financeiro, que é o obstáculo ao desenvolvimento e que já se desligou de qualquer representação de classe e cujos interesses promovem a exclusão, a classe trabalhadora, cujos recursos políticos foram grandemente danificados no período neoliberal”.
- ¹⁰ Em *O ornitorrinco*, de Chico de Oliveira, o Brasil apresenta-se como uma evolução sem saída, porque o país parece ter sido inscrito num processo evolucionário no qual se vê privado precisamente das condições de evoluir. As mudanças na base técnico-material exercem um impacto brutal no mundo do trabalho e na formação de classe. O Brasil perdeu uma chance histórica que nossas elites deixaram passar, quando um outro Brasil ainda era possível. “Mas, como argutamente observou Roberto Schwarz, “é possível que, em versão sublimada, o seu recorte permaneça tributário do aspecto competitivo dos esforços desenvolvimentistas”. Não só porque o sociólogo [Chico de Oliveira] parece ter saudade do subdesenvolvimento, segundo o comentário de Paulo Arantes, mas talvez porque no fundo, como diriam os psicanalistas, Chico e todos nós ainda não fizemos inteiramente o trabalho do luto que nos permitiria, talvez, enterrar de uma vez uma ideia de desenvolvimento que tem o progresso como norma histórica. Uma ideia, afinal de contas, que se origina numa espécie de evolucionismo condorcetiano” (Laymert Garcia dos Santos, op. cit).

ANEXO 3

POBREZA, DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E CRESCIMENTO: CONTRADIÇÕES E LIMITES DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

SOCIÓLOGO E DIRETOR GERAL DO IBASE

A mudança climática – uma quase unanimidade entre os cientistas – se tornou, por influência do grande debate público provocado pela mídia, uma espécie de senso comum de dimensão universal. Aliás, a consciência ambiental, como expressão da intrínseca relação entre a vida humana e todas as formas de vida e bens comuns naturais, bem como dos riscos embutidos nos modos de sua apropriação e uso, é uma das bases fundamentais da emergente cidadania que não conhece fronteiras, de dimensões planetárias. É claro, a mudança climática é percebida, sobretudo, como uma ameaça que põe em questão os modos de produção, padrões de consumo, estilos de vida e formas de organização social que temos e conhecemos. Mas ela alimenta também poderosos movimentos de opinião em toda parte, que pressionam para que algo seja feito e agora. Nesse contexto, ganham relevância política as propostas e lutas referentes ao controle de emissões de carbono no nosso maior bem comum, a atmosfera, com destaque para a matriz energética. Assim, a mudança climática torna-se, ela mesma, uma arena central nas disputas sobre desenvolvimento e é ‘capturada’ de formas variadas pelos diferentes sujeitos nos embates políticos, econômicos e culturais desse início do século XXI.

A questão, evidentemente, não pode ser vista separada desse momento da história humana, quando a globalização comandada pelas grandes corporações econômico-financeiras submete o mundo inteiro à sua estratégia de negócios e acumulação. Mas ela se gesta ao longo do tempo. O que temos de novo agora, para além da crise climática, são sinais evidentes de uma crise de civilização, do modelo industrial-consumista-productivista e predador da natureza, exacerbado pela globalização capitalista. É nesse quadro que importa analisar o embate em torno da questão climática.

Além do mais, como brasileiro, não me parece possível tratar a mudança climática e a sustentabilidade ambiental sem considerar a fundamental insustentabilidade social das estruturas e processos de desenvolvimento que produzem exclusão, pobreza e desigualdades de todo tipo no Brasil. Por isso, penso que é indispensável tratar de proteção ambiental e climática em íntima relação com a construção de justiça social. É nesse quadro que situo as contradições e os limites da opção brasileira para se tornar um grande provedor de energia renovável, especialmente o etanol, para o mundo.

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO CENTRO DO DEBATE

Por razões que têm a ver com o ponto de vista em que me situo como dirigente de uma organização de cidadania ativa como o Ibase, vou começar com a pobreza e os pobres. Afinal, para a esquerda e a direita, eles acabam justificando tudo, de ações filantrópicas de cunho assistencialista de empresários ditos ‘responsáveis’ e governos ‘comprometidos’, até um crescimento selvagem *à la* chinesa, como se a expansão a todo custo do PIB tivesse o mérito de incluir a todos, sem discriminação, nas tais benesses do desenvolvimento. Aliás, sobre esse último ponto, parece que o pensamento econômico desenvolvimentista, cá entre nós, nada inovou desde a famosa teoria do crescimento do bolo como condição para distribuir, de um famoso ministro do regime militar. O problema elementar é que o bolo, no capitalismo, tende a crescer como condição de sobrevivência do próprio sistema – a acumulação é a razão de ser do capital –, mas sempre o faz concentrando riquezas. A distribuição e uma maior justiça social, quando ocorrem, é por força do poder político conquistado por quem é excluído e/ou explorado, impondo tal condição ao sistema.

Hoje em dia, parece que ninguém mais arrisca negar o fato da pobreza como problema. O que persiste é a tendência de focar a população condenada a viver na pobreza como o problema, sem olhar o tipo de desenvolvimento e a sociedade que a produz. A pobreza não é um atributo genético ou incapacidade nata dos pobres em prover para si mesmos melhores condições de vida. Teorias racistas já não estão mais em moda, mas o racismo entre nós e no mundo afora ainda estrutura valores e atitudes, olhares e análises sobre os problemas sociais. E não basta fixar um mínimo denominador comum sobre a medida da pobreza – os tais dois dólares *per capita* dia do Banco Mundial – para minimizar o problema e fixar metas, de milênio ou outras, e ver que com pouco é possível ‘salvar’ os pobres. A pobreza é sempre histórica, expressão de relações sociais e, por isso, da qualidade da própria sociedade em que vivem os pobres. Pobreza é o outro lado da riqueza, do local ao global. Hoje, a mesma globalização que destrói a natureza e a atmosfera comum, produz riqueza e exclusão, ricos e pobres, as desigualdades em escala planetária.

É necessário ser claro e firme a respeito desse ponto um tanto elementar, mas sempre dissimulado. A pobreza como imposição econômica, social e política é eticamente inaceitável no mundo hoje em dia não por causa da falta absoluta de meios e recursos. Eles existem, mas concentrados. Muitos de um lado e poucos no outro lado nas sociedades e no sistema mundo que as justifica. Não podemos combater a pobreza promovendo mais desenvolvimento e mais globalização, inclusive porque o planeta nem aguenta. O que precisamos é enfrentar desde cada lugar, passando pelo nacional e chegando ao mundial, o problema da desigualdade e de um outro padrão de produção e consumo. A mudança deve ser nas relações, nos processos e nas estruturas que produzem riqueza e, ao mesmo tempo, a desigualdade, a destruição ambiental e a pobreza, em escala, hoje, global. Não penso que preciso entrar em muitos detalhes a respeito. Tomo a cidade do Rio de Janeiro como exemplo: ética, política e economicamente errada está a lógica estruturante da cidade que produz a ‘Zona Sul’ e as favelas. O maior erro é limitar o problema às próprias favelas. Afinal, mesmo parecendo evidente não é: combater a pobreza não é combater os pobres que a sofrem.

Isso me leva ao segundo e central aspecto deste debate: modelo de desenvolvimento e pobreza. De modo simples e sem nuances – mesmo correndo o risco de ser visto como simplista –, tomo o modelo dominante

de desenvolvimento, com tendências homogeneizantes decorrentes da globalização sem fronteiras, como essencialmente um modelo para produzir e colher lucros segundo estratégias de negócios das grandes corporações capitalistas, sem nenhuma consideração por nações, povos, culturas e suas demandas. Não se trata, de maneira nenhuma, de atender necessidades de todos os seres humanos do planeta, como ideologicamente os promotores da globalização neoliberal a justificam. Sua razão de ser e atuação nem é mesmo produzir, desde que ganhem e acumulem, especulando, comprando, controlando recursos naturais, solapando a capacidade decisória de políticas econômicas pelos governos. Uma justificativa histórica de empresas capitalistas sempre foi criar empregos. Hoje até isso caiu, pois reestruturar, reduzir, acabar com empregos, baixar salários, flexibilizar direitos adquiridos são estratégias de um bom negócio, que faz aumentar o valor das ações da empresa nas bolsas de valores.

Assim, mais crescimento nesse modelo de desenvolvimento pode ser simplesmente a obtenção de maiores lucros e maior concentração, mas também mais pobreza e maior distância entre ricos e pobres. Nada pode exemplificar melhor o embuste do que os próprios indicadores de desenvolvimento e do estado da economia. O Produto Interno Bruto (PIB) é um excelente indicador do modelo de desenvolvimento que temos. Não se trata de um indicador de progresso no bem estar, na vida boa, nas relações comunitárias, na liberdade e participação, na criação cultural, na sustentabilidade. É mais sobre fazer dinheiro e acumular. Todo o trabalho fundamental de carinho e atenção, do voluntariado e da participação social e cultural, fundamental para a vida, bem como o trabalho doméstico, nem entram na contabilidade do PIB, porque não são monetarizados. Mas uma polícia como a do Rio de Janeiro, que mata sozinha em um ano mais do que todas as polícias de um país tido como violento como os EUA, conta para o crescimento do nosso PIB. Importa só a mercantilização e a monetarização de produtos, serviços e relações para que o PIB cresça. Isso é desenvolvimento?

Na verdade, o meu propósito aqui é simplesmente desmistificar o modelo de desenvolvimento e a visão que toma como dado positivo o seu crescimento, justificando todos os esforços nesse sentido. Afirmo e reafirmo que o problema central não é o crescimento em si, mas a qualidade social e ambiental de tal crescimento. Sou dos que defendem o direito ao desenvolvimento, mas entendido no sentido exato de direito dos povos de construir sociedades sustentáveis, democrática e ambientalmente. Mais importante do que o crescimento do mesmo modelo de desenvolvimento, nessa perspectiva, é a ampliação do poder de pobres e excluídos, dos e das que sofrem de discriminação e desigualdade, para que controlem politicamente negócios e a economia.

A minha perspectiva teórica e analítica seria incompleta nesse debate sem a introdução do terceiro pilar da argumentação: a mudança climática e a destruição dos recursos naturais. Estamos aqui diante de algo que para o modelo de desenvolvimento dominante não passa de uma externalidade, uma consequência lamentável até, mas compensada pelos benefícios advindos do crescimento. Novamente, de forma direta, sustento que o modelo de desenvolvimento dominante produz pobreza e, ao mesmo tempo, destruição ambiental. Digo isso para não deixar dúvidas, pois o desafio da mudança climática e da destruição ambiental deve ser visto ligado à questão da pobreza.

Assim, o modo de combater desigualdades e pobreza é o mesmo para enfrentar a questão climática e a destruição ambiental de forma mais ampla. Não se trata de optar entre uma ou outra, como governos de países em desenvolvimento, inclusive do Brasil, e muitos economistas e, sobretudo líderes empresariais, defendem. Ou seja, o que precisamos é de um novo modelo de desenvolvimento no norte e no sul, no leste e no oeste do Planeta. Precisamos pôr em movimento ao mesmo tempo e imediatamente um processo virtuoso de construção e reconstrução de sociedades

justas, democráticas e sustentáveis. Não se faz justiça com destruição ambiental, nem se produzem bases sustentáveis de apropriação e uso dos recursos naturais sem justiça social. No centro e como força de empuxe, a cidadania e a sua participação democrática nos processos políticos, econômicos e técnicos, na gestão dos recursos naturais, na produção cultural. Em face da crise de civilização, precisamos rever completamente os paradigmas que nos guiaram até aqui. Esse não parece ser o caminho que desenha o Brasil para si mesmo.

AGROCOMBUSTÍVEIS E A TENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O Brasil é, sem dúvida, um país de enormes possibilidades. Mas não dá para encobrir os níveis de exclusão social, os enormes bolsões de pobreza, a vergonhosa e persistente desigualdade com suas múltiplas facetas. Somos responsáveis por um patrimônio natural dos mais importantes do planeta. Mas a destruição de tais recursos naturais avança mais rápido que os próprios índices de crescimento econômico. Nosso território e nossa população nos colocam no pequeno grupo de países superdotados em recursos, mas parece que não conseguimos usar tal capacidade para criar um Brasil sustentável e justo.

Conquistas recentes – como bases para outro desenvolvimento – merecem ser destacadas e valorizadas, apesar da constatação de que persistem os limites acima apontados. A mais importante e fundamental é a própria democracia política, jovem ainda, mas que tem demonstrado vitalidade. Em termos institucionais avançamos bastante, mesmo reconhecendo que ainda resta muito a ser feito. Talvez o aspecto mais promissor seja a vontade de participar de amplos setores. Muitos, porém, ainda continuam politicamente ‘invisíveis’ porque não são organizados ou ainda são extremamente dependentes de favores e sem capacidade de afirmar seus direitos. O fato é que temos uma sociedade civil com capacidade de iniciativa, expressão de uma cultura democrática e de um tecido associativo que se expande e ganha força política.

O que nos falta e onde menos avançamos foi em termos de democracia social. Com a eleição de Lula como presidente, por significar o Brasil popular ganhando poder, parecia que finalmente estávamos criando as condições políticas para a tarefa histórica de reconstruir o país em bases justas e sustentáveis. Na prática, porém, são ainda tímidos os sinais de mudanças significativas. O Estado brasileiro, gestado como base do desenvolvimento que temos, está capturado por poderosos interesses e forças, cujo enfrentamento exige vontade e engenharia muito mais complexa do que a posta em marcha pelo PT para ganhar as eleições e se manter no poder.

Temos avanços indiscutíveis em algumas políticas sociais, enfrentando urgências, como a fome, e resgatando dívidas sociais históricas. Mas o fato é que tais políticas não são desenhadas estrategicamente e nem mesmo pensadas como estruturantes de um novo modelo de desenvolvimento. São, sem dúvida, políticas compensatórias necessárias no imediato, mas incapazes de gestar uma democracia social.

Fundamentalmente, continuamos com um modelo de desenvolvimento predador da natureza, concentrador de riquezas e reprodutor de enormes bolsões de pobreza. Voltamos a discutir desenvolvimento, mesmo se tal debate tem sido essencialmente confundido com índices de crescimento do PIB. No entanto, de forma um tanto titubeante, não continuamos persistindo no desmonte inspirado no decálogo neoliberal do ‘Consenso de Washington’, da década de 1990. O PAC, apesar de sua timidez, aponta para uma espécie de retomada, nem que seja do que já conhecemos, como grandes projetos de infraestrutura, produção voltada à exportação e tudo mais.

O que se passa com as exportações brasileiras é um bom exemplo de que estamos diante do dilema de desenvolver exacerbando as contradições do passado ao invés de mudar rumos e perspectivas. Aliás, o tal ‘sucesso’ nas exportações e a produção de um grande superávit comercial é visto na opinião pública e nos círculos especializados da academia e negócios como um grande indicador do acerto de estratégia, pois isso puxa a economia como um todo. Acontece que estamos voltando a ser uma espécie de economia primário-exportadora, pois de 70 a 80% de nossas exportações são providas da natureza: complexo soja (grão, farelo e óleo), café, carnes, minérios e aço, polpa de papel etc. Para parafrasear Eduardo Galeano em seu famoso livro sobre a América Latina, diria que estamos dilatando nossas veias já abertas para exportar ainda mais nossas próprias bases de vida. Agora também decidimos incluir o etanol entre os produtos para exportação!

Claro que tudo pode ser visto por outro lado. Nos termos do modelo de desenvolvimento dominante, com um mundo controlado por grandes corporações e a expansão capitalista da China consumindo o que ainda sobra de recursos naturais no planeta, a opção brasileira por aproveitar ‘vantagens comparativas’ de momento parece ser um bom negócio. Negócio, e dos grandes, até que é, mas qual a dívida social e ambiental que fica no Brasil? Quem está ganhando com isso? Será que os recursos do tal superávit nas exportações estão financiando a democracia social ou, antes, acabando engolidos na lógica que tudo captura – até mesmo a maior fatia do orçamento público – para engordar lucros?

A questão das exportações está longe de esgotar a complexa questão do modelo de desenvolvimento, mas ilustra bem o que estou querendo argumentar aqui. O Brasil desponta como potência emergente em termos políticos e econômicos, particularmente na região, no entanto, não vejo essa emergência apontando mudanças progressistas na estrutura e no processo de relações que sustentam a globalização dominante. Como estratégia, parece até que tendemos mais a querer fazer parte do seletivo grupo de países que se comportam como donos do mundo – o tal grupo do G8 – do que como expressão de necessárias e urgentes mudanças na geopolítica do poder mundial para permitir construir sociedades democráticas, justas e solidárias, sustentáveis.

Outro quadro que importa ser avaliado é o da questão dos agrocombustíveis. Ao invés de me referir aos biocombustíveis, adoto a expressão cunhada pelos movimentos sociais, particularmente os Sem Terra, pois carrega em si a crítica que importa fazer. Estamos falando de energia renovável, sim, mas não de um modelo de desenvolvimento sustentável e justo, nos termos em que estabeleci acima.

É necessário ser claro a respeito desse ponto. Um modelo tecnológico baseado em recursos renováveis, não só na matriz energética, mas em toda a cadeia produtiva e de consumo, é hoje condição fundamental para superar a crise civilizatória, cujos indícios se avolumam no dia a dia. Já não se trata mais de salvar ou dar nova vida ao modelo que temos, mas de condição *sine qua non* de continuidade da espécie humana e da própria vida no planeta. O paradigma científico e tecnológico dominante da revolução industrial – que causa a mudança climática e a destruição dos recursos naturais – é de ruptura com a vida, de manipulação, de desrespeito, de frieza, expresso na chamada ‘objetividade’ das ciências e das técnicas e nas tais ‘externalidades’ da economia e dos negócios. O desastre não vê quem não quer, ou, pior, quem acredita ainda que a ciência e a técnica saberão resolver os próprios problemas que criaram. O fato é que se for estender ao mundo a média do *American way of life* – o padrão norteamericano de produção e consumo – seriam necessários cinco planetas!

O etanol, nesse sentido, é uma louvável opção, mas não basta ser renovável se todas as outras condições se mantêm. No Brasil, a tecnologia do etanol de cana de açúcar foi desenvolvida com sucesso como opção

de enfrentamento da crise de petróleo da década de 1970 e não como criação de bases sustentáveis e justas de desenvolvimento. Aliás, revitalizou e continua a dar uma sobrevida incrível a um setor que é a expressão mais acabada do modelo predatório, concentrador e excludente do desenvolvimento brasileiro – as usinas de cana de açúcar. Nunca é demais lembrar os séculos de Casa Grande e Senzala dessa indústria, ainda hoje se valendo de formas degradantes de trabalho humano, especialmente nas grandes plantações de cana. Além do mais, a cana sempre utilizou as melhores terras, concentradas em mãos de poucos proprietários. Com o etanol, hoje, não é diferente e com o novo *boom*, tudo indica, será ainda pior. Não me parece demais associar aqui os enormes canaviais para etanol às enormes plantações de eucalipto para celulose, corretamente cunhadas de ‘desertos verdes’ pelos movimentos sociais. Isso diz muito sobre o risco que corremos com a duplicação da produção de etanol prevista no PAC, uma opção no sentido de fazer valer nossa ‘vantagem comparativa’. País do agrocombustível até podemos nos tornar, mas é muito pouco para se esperar que chegaremos a uma democracia social, baseada em desenvolvimento justo e sustentável.

Mas ainda tem mais, pois, afinal, o etanol é para mover carros, carros individuais. O carro individual é o maior vilão nessa história de mudança climática. Expressão máxima de um modelo de produção e estilo de vida, o carro individual, tanto pelo consumo de energia por quilômetro rodado e por passageiros transportados, quanto pelo consumo de recursos naturais em sua produção é, por excelência, um bem insustentável. Será que a opção brasileira de produzir etanol para exportar – segundo o raciocínio dominante, com grandes ‘vantagens comparativas’, pelo solo, água e ‘selo verde’ – pode ser vista como uma contribuição fundamental no enfrentamento da crise climática mundial? Estamos diante de um paradoxo: vamos exportar etanol para que ‘gringos’ de diferentes países desenvolvidos continuem com seu modelo predatório de consumo e nós continuemos nos enterrando num agronegócio social e ambientalmente insustentável. Ao invés de enfrentar as raízes do problema, continuamos garantindo a sua continuidade. Isso está em sintonia com toda uma tendência de ‘mercantilizar’ a questão ambiental, particularmente a referente ao clima. O nascente comércio mundial de carbono vai nesse sentido: nada muda, mas se criam novas oportunidades de negócios. O problema é que nesse processo reinventa-se o próprio colonialismo, tornando os países subdesenvolvidos no sistema global os provedores de ‘poços de carbono’ e de recursos renováveis para algo tragicamente insustentável, lá e aqui.

INDICAÇÕES PARA UMA SAÍDA: UM COMEÇO, MAIS DO QUE CONCLUSÃO

Consciente de que não basta criticar, gostaria de acabar lembrando alguns pontos de partida para construir alternativas. Na verdade, existe mais gente do que imaginamos construindo concretamente alternativas para as suas vidas. Afinal, ser excluído do acesso aos recursos ambientais e econômicos, não ser reconhecido e sofrer da degradação em seu entorno e, ao mesmo tempo, ser capaz de inventar formas de viver, de estabelecer laços familiares e de amizade, de fazer parte de uma comunidade com solidariedade, de sonhar, rezar e se divertir, de ‘ir levando’, enfim, tudo isso somado e articulado, aponta uma dinâmica de resistência e de construção de outros tipos de vida em coletividade. As ‘trincheiras’ da sociedade civil, de que nos fala Gramsci, são um fato humano e histórico. Falta articular, sistematizar, teorizar a respeito, formulando propostas políticas que ajudem grupos, comunidades, cidades, povos e nações na sua busca de modelos de desenvolvimento, isto é, de condições políticas, culturais, econômicas e técnicas, de sociedades justas e sustentáveis.

Na minha visão, enriquecida com a experiência que o Ibase e o Fórum Social Mundial me propiciaram, destaco alguns poucos princípios para a situação brasileira:

- Prioridade absoluta para a justiça social;
- Democracia, fundada nos princípios éticos da igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação, como estratégia;
- Empoderamento político-cultural dos grupos ‘invisíveis’: pobres, discriminados, excluídos;
- Garantia de acesso e uso de todos os bens comuns, naturais e produzidos, a todas e todos, sem distinção, como base para uma vida sustentável;
- Modelo de desenvolvimento baseado no uso sustentável dos recursos, com prioridade ao atendimento de necessidades internas dos próprios grupos humanos diretamente envolvidos, com máxima relocalização da economia e de sua gestão política: ‘produzir aqui, para consumir aqui, para a gente que vive aqui’, ou, de forma mais branda, que as empresas se estabeleçam aqui para vender aqui e servir às necessidades daqui’;
- Nesse modelo relocalizado/desglobalizado importa estabelecer o princípio da subsidiaridade econômica e política das instâncias para além do local (nacional, regional e mundial).

Esses pontos já são suficientes para revelar a perspectiva em que me coloco e compartilho com muitos outros no Brasil e mundo afora. Mas há um outro ponto que pode fazer a diferença: trata-se de construir um forte movimento planetário para mudança, o que significa fincar raízes em cada lugar, em cada coletividade, em cada povo. Para isso, precisamos sonhar grande, ser fortes e persistentes e participar com atitudes radicais, sem medo desse modelo de desenvolvimento em crise. Tal receita é especialmente desenhada para o Brasil, país emergente no cenário mundial.

Rio de Janeiro, julho de 2007.

ANEXO 4

NOTAS SOBRE A RETOMADA DO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

SOCIÓLOGO E DIRETOR GERAL DO IBASE

CARLOS TAUTZ

JORNALISTA

CIRO TORRES

SOCIÓLOGO E COORDENADOR DO IBASE

JOÃO ROBERTO LOPES PINTO

CIENTISTA POLÍTICO E COORDENADOR DO IBASE

LUCIANA BADIN

ECONOMISTA E PESQUISADORA DO IBASE

MANOELA ROLAND

ADVOGADA E PESQUISADORA DO IBASE

Estamos hoje no Brasil diante de um desafio e um dilema. De um lado, nunca foi tão urgente um projeto de país e, de outro, há um grande vazio de projeto coletivo. Aparte o receituário desregulamentador do Consenso de Washington, as propostas que se apresentam parecem variar: do contraponto macroeconômico a este receituário na linha da redução de juros e controle de entrada e saída de capitais, visando a retomada da capacidade reguladora e de investimento estatal; ao experimentalismo dos movimentos sociais que apontam para saídas na linha do associativismo econômico e desenvolvimento territorial, da agroecologia e economia solidária, que se propõem a redefinir as próprias bases do desenvolvimento.

O artigo foi publicado no livro *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*, uma iniciativa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). A agenda macroeconômica de corte keynesiana representa, sem dúvida, condição necessária para o resgate do papel do Estado, em particular do investimento público em favor de políticas sociais efetivamente universais e de qualidade, bem como da criação de um ambiente econômico favorável ao investimento produtivo. Mas tal agenda, embora necessária, por si só não é suficiente para produzir os efeitos esperados. Por outro lado, as diferentes experiências na linha de um desenvolvimento mais inclusivo experimentadas pelos movimentos sociais apontam para uma radicalidade que está a exigir uma tradução em termos de políticas públicas sistemáticas e universalizáveis.

Também é verdade que estamos diante de uma maior complexidade e amplitude com relação às questões a serem enfrentadas na construção de um desenvolvimento que, de fato, promova direitos. As mudanças na estrutura

econômica do país na esteira das reformas liberais estabelecem constrangimentos políticos e institucionais relevantes e ainda maiores se considerarmos a urgência dos passivos sociais e ambientais acumulados historicamente.

Embora a transferência pelo Estado brasileiro de recursos públicos para setores privados não seja uma novidade, isto se faz hoje em nome do mero ‘crescimento’, ideia à qual parece ter se reduzido o projeto de país.

A retomada do debate sobre nosso projeto de país supõe enfrentar as questões de equidade, participação social, defesa dos bens coletivos (naturais e culturais), bem como a do ser brasileiro, irredutíveis ao economicismo vigente. A questão da equidade racial, por exemplo, é uma dessas questões incontornáveis e que interpela de modo contundente a redução de desenvolvimento a crescimento. O crescimento que importa é o da inclusão social, de modo democrático e justo. Tal inclusão deve ser tratada como pressuposto do desenvolvimento e não como subproduto ou ‘externalidade positiva’.

Com essas preocupações, apontamos abaixo alguns pontos que julgamos essenciais, embora não exaustivos, para a retomada do debate sobre o desenvolvimento em bases democráticas e que seja capaz de enfrentar as profundas desigualdades no país. Sem a pretensão de uma abordagem mais sistêmica sobre um possível projeto de desenvolvimento, a intenção aqui é a de levantar questões que nos parecem indispensáveis ao debate sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro. A nosso ver, tratar de estratégias do desenvolvimento brasileiro também significa debater o espaço que o país ocupa na divisão internacional do trabalho e se temos possibilidade e desejo de alterá-la.

1. É importante constatar que, a despeito da falta de um projeto coletivo, está em curso no país um certo padrão de desenvolvimento que combina uma grande presença do setor financeiro com o fortalecimento do setor exportador do agronegócio e de insumos semielaborados como centro dinâmico de nossa economia. Some-se a isso, a atração de investimentos intensivos em tecnologia e a internacionalização de investimentos de empresas nacionais, em particular nas regiões sul-americana e africana.

Com efeito, assiste-se a uma crescente e profunda concentração de poder econômico no setor do crédito privado, da construção civil, do agronegócio, de energia, da mineração e de papel e celulose. As justificativas para o incremento desses setores recaem, sobretudo, no apelo ao ‘crescimento econômico’ e à ‘inserção competitiva’ do país no mundo globalizado, valendo-se de nossas vantagens comparativas.

Cabe perguntar qual o significado de crescer mantendo intocada a atual estrutura econômica. Quais os benefícios esperados – e para atender a quem – do aumento das taxas de investimento de uma economia cada vez mais concentradora da riqueza e com um conhecido e enorme passivo ambiental?

Com o atual grau de concentração de poder econômico em algumas poucas empresas, facilmente nomeáveis, como assegurar que a dimensão pública de nossas instituições políticas esteja a salvo de uma total captura pelos interesses privados?

2. Como afirma o economista argentino Aldo Ferrer, os países que tiveram algum êxito em combinar desenvolvimento com prosperidade social apresentaram algumas condições básicas: coesão social, qualidade das lideranças, pensamento crítico e estabilidade institucional.

Embora possamos dizer que gozamos de institucionalidade com razoável capacidade de regular conflitos, nosso sistema político segue permissivo e promíscuo em relação aos grandes interesses econômicos. A

existência de lideranças e de um pensamento crítico comprometidos com as questões públicas está distante da realidade política brasileira, historicamente dominada por oligarquias rurais, industriais e financeiras. Ferrer argumenta que a não subordinação às determinações dos ‘fluxos de negócios’ nacionais e estrangeiros depende em grande medida do grau de coesão social. Sem dúvida, sociedades marcadamente desiguais, como é o caso da brasileira, dificultam enormemente a constituição de tais condições. Mas para não cairmos em etapismos ou ‘correremos atrás do próprio rabo’, cabe buscar meios de se avançar na criação de cada uma dessas condições.

- 3. No que se refere ao tal pensamento crítico é verdade que vivemos sob a égide do pragmatismo, quando não da motivação pecuniária.** Assiste-se, pois, a transformação da crítica em conformismo e transigência, quando não em conivência e subordinação. Uma das questões que salta aos olhos é a perda da agenda de reforma do Estado. É como se a política de desestatização e desregulação levada a cabo nos anos 1990 tivesse consumado as tais reformas necessárias. Ninguém mais fala no assunto.

A gestão das políticas sociais é hoje um gargalo, seja pelas irracionalidades e descompassos de nossa estrutura federativa, seja pelos limites na formação da burocracia estatal para tratar com a dimensão social intrínseca ao serviço público. A gestão territorial das políticas públicas, para além dos marcos federativos, é algo que vem sendo ensaiado em algumas experiências de consórcios ou mesmo de conselhos territoriais, mas ainda não encarado com a seriedade e consistência que o assunto exige.

Importa, igualmente, tratar da formação dos quadros públicos que vá além dos princípios republicanos da legalidade e impessoalidade, incluindo a dimensão da legitimidade, no sentido da ação que seja, de fato, reconhecida como pública. Legitimidade que se define pela relevância e efetividade social da ação pública. A definição weberiana sobre o caráter racional-legal de burocracia não se mostra suficiente para avançarmos no sentido de um Estado realmente democrático, que promova e seja permeável ao controle social e à vigilância cívica.

- 4. Outro ponto inescapável sobre o papel do Estado refere-se à necessidade de ampliarmos o conceito de gasto público.** Para além da questão da alocação, ou melhor, de alterar a distribuição do orçamento fiscal em favor da redução da pobreza, importa também reconhecer como gasto público os instrumentos monetários, fiscais e creditícios com os quais o Estado financia e organiza a própria produção da riqueza na sociedade. Sem perder de vista a necessidade de uma melhor distribuição, reconhece-se a urgência de se travar o debate sobre como o Estado brasileiro atua na organização e reprodução de um padrão de desenvolvimento responsável por perpetuar a concentração de renda e, por conseguinte, gerar pobreza.

Não se trata mais de simplesmente fazer crescer as rendas já constituídas para prover a população, por meio da ação fiscal do Estado, de ‘quase direitos’. Alocar de modo socialmente responsável os recursos públicos não será suficiente para o combate à pobreza se a ação do Estado não incidir em favor de um desenvolvimento capaz de superar desigualdades.

Questões de sustentabilidade socioambiental; diversidade como valor essencial no combate às desigualdades de gênero, etnia e geracional; e redução de desigualdades inter e intrarregionais devem ser tratadas, não como subproduto, mas como ponto de partida da ação do Estado em favor do desenvolvimento. É preciso inverter o quadro de ‘subtração do político pelo econômico, combater a lógica de que ‘a riqueza é tratada como assunto econômico e a pobreza como um assunto social’.

5. Uma questão igualmente adormecida no debate público sobre o desenvolvimento brasileiro diz respeito à questão do trabalho.

O acesso ao trabalho e à renda constitui-se em fator primordial do desenvolvimento inclusivo e deve se constituir em um dos principais nortes a orientar a atuação do Estado no fomento e regulação das atividades econômicas. Sem dúvida, os direitos garantidos pelo emprego formal são referências fundamentais da qualidade do trabalho a ser perseguida e assegurada.

Ao mesmo tempo, a crise do emprego assalariado formal, reconhecida por muitos como estrutural, faz da economia não formal, em particular do trabalho não assalariado, uma realidade que não pode ser ignorada. A existência desta economia popular, como válvula de escape da economia formal que inviabiliza cada vez mais uma reprodução digna da mão de obra, não pode continuar sendo tratada como questão de polícia, nem tampouco como mão de obra de reserva a ser absorvida por um novo ciclo de crescimento econômico. Mas essa parece ser a maneira pública com que se insiste em tratar essas outras formas de trabalho.

Acrescente-se que as políticas específicas para o setor variam do fortalecimento ao ‘empreendedorismo’ ou a absorção pelo emprego formal. A solução aí parece ser simples. De um lado, desburocratização e incentivo fiscal e creditício para a pequena empresa e, de outro, redução de encargos trabalhistas como incentivo para a abertura de novos postos. Em que pese a pertinência dos incentivos para o microempreendedor, tais medidas isoladamente não são capazes de livrar esses empreendimentos da fragilidade econômica que costumam caracterizá-los. Além do que, a flexibilização de relações de trabalho não só não assegura a criação de novas vagas, como também significa formalizar a precariedade.

Uma outra agenda pública é possível e necessária. Uma agenda que aponta para o reconhecimento de novos direitos ao incluir os trabalhadores não assalariados como agentes de desenvolvimento econômico e social. Essas formas de trabalho podem ser vetores de um aumento efetivo da capacidade produtiva e de geração de trabalho, sem cair na concentração de renda típica dos processos de ‘crescimento sem desenvolvimento’. Embora haja diferenças entre tais atividades, existe um aspecto comum que se refere ao fato de que nelas praticamente não há separação entre capital e trabalho. São atividades que contribuem, com enorme debilidade é certo, para a desconcentração da propriedade e, portanto, da renda.

O fator trabalho, bem como os vínculos sociais e comunitários, são os elementos que favorecem a subsistência dessas outras formas de trabalho no contexto da crise de reprodução da mão de obra. Como o trabalho não possui a mobilidade característica do capital, a inserção dessas atividades no tecido sócio-produtivo demanda estratégias de desenvolvimento local ou regional. Importa a esse respeito pensar formas de se oferecer crédito, apoio técnico e infraestrutura de modo adequado e diferenciado, favorecendo o equilíbrio no interior das cadeias produtivas. Deve-se observar, igualmente, que não se trata apenas de disponibilizar os fatores e incentivos produtivos, mas induzir e fortalecer formas integradas e associadas de potencialização desses recursos no território.

6. Outro aspecto inescapável refere-se ao imperativo de se tratar da questão ambiental de forma inseparável da questão social e das estratégias de desenvolvimento.

Enquanto esferas que mal dialogam, o antagonismo tem assumido o tom do debate. Por um lado os ‘neo-desenvolvimentistas’ consideram os ‘ambientalistas’ como mentes anacrônicas, que para preservar a ‘natureza intocável’, querem frear empreendimentos que ao se instalarem nos territórios geram emprego, incremento dos impostos e melhoria na qualidade de vida local.

Já a visão dos ambientalistas é que esses grandes empreendimentos são enclaves, cujo resultado é a degradação ambiental, a desestruturação das atividades de subsistência e das atividades econômicas em curso, já que o meio ambiente é em última instância o meio de vida desses povos. A tônica desse embate tem girado em torno de estratégias de resistência de um lado e de como impor a completa liberação do outro. Mas o fato é que, por um lado, não se trata de deixar tudo como está, ou seja, apenas resistir à chegada do 'progresso'. Pois diante do vácuo de políticas públicas que apostem no apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas que vão ao encontro dos estilos de vida dos povos tradicionais e do uso razoável dos bens da natureza, a implantação de empreendimentos muitas vezes são acolhidos por parte da população, atraídos pela possibilidade de obter emprego e renda. Por outro, é preciso avançar na avaliação dos resultados reais alcançados e parar de tratar dos efeitos indesejados apenas como externalidades, já que os mesmos são parte intrínseca da natureza de grandes projetos e uma ou outra ação de compensação não são suficientes para corrigir os impactos negativos.

Para além de medidas de mitigação, importa estabelecer de modo combinado nas regiões impactadas parâmetros sociais e ambientais que balizem os investimentos. Tal pactuação deve incidir, inclusive, sobre a própria pertinência do investimento, pois em alguns casos, não se trata de estabelecer salvaguardas, mas simplesmente reconhecer que determinado projeto não deve ser implantado em determinada região, dadas as condições físicas e humanas das mesmas. Essa é a discussão que perpassa, por exemplo, o futuro da Amazônia.

A complexidade do desafio de desenvolver sem esgotar nossas riquezas naturais também diz respeito a como levar em conta e valorizar outras formas de viver, como não agravar as injustiças sociais, a exclusão dos direitos. Isso requer uma abertura e criatividade para propor e apoiar um outro caminho de desenvolvimento mais conectado com os problemas que há muito estão contemplados nos tratados e relatórios internacionais sobre a situação ambiental mundial. Fazer essa conexão é superar a visão compartimentada e abstrata da ciência econômica e reaproximar economia e geografia física e humana, ou como diria Milton Santos, dar corpo a uma Economia Espacial.

- 7. Para a construção de uma sociedade democrática, participativa, includente, justa e sustentável, uma questão central é a realocação do poder e da economia.** O local, o território, como espaço humano e físico, condicionado pelas possibilidades do ecossistema e dos bens comuns disponíveis, é por excelência o lócus da cidadania e condição de sustentabilidade. É no local que o poder cidadão se exerce mais efetiva e radicalmente, com direitos e responsabilidades compartilhadas, com senso de coletivo e bem comum a usar para todos, potencializar e preservar para gerações futuras. Portanto, para desenvolver economias que sirvam para a construção de sociedades sustentáveis, é fundamental o exercício do poder cidadão local, definindo prioridades e possibilidades, inclusive sobre como organizar a própria produção de bens e serviços. Evidentemente, por suas próprias características, o território e a própria comunidade local não oferecem todos os bens e serviços necessários à vida digna de sua população. Por isso, de forma subsidiária e complementar, pela troca via mercado e por instâncias políticas nacionais, regionais e mundiais, alocam-se bens e serviços necessários, inclusive de regulação de direitos para os diferentes 'locais'.

Essa perspectiva precisa ser radicalizada ao nível do imaginário, como referência para pensar outro desenvolvimento necessário e possível. A explosiva questão ambiental, a desigualdade que se amplia, a

violência nas relações com militarização das disputas por territórios e recursos, são indícios de uma ‘crise de civilização’, exatamente do industrialismo-produtivismo-consumismo baseado na energia fóssil, que constitui a referência dos modelos de desenvolvimento dominantes. A globalização econômico-financeira e a imposição pelo mercado mundial de um padrão de produção e consumo homogêneo, ditado pela busca do lucro a todo custo, estão destruindo as bases da própria vida em escala planetária. Discutir desenvolvimento é ter essa questão como incontornável. É preciso voltar a produzir aqui para consumir aqui, encurtando distâncias, valorizando os bens comuns locais e a própria diversidade de soluções técnicas, de formas de organização e participação, de identidade e cultura das comunidades em sua inter-relação com o seu território.

- 8. Muito importante também é o olhar sobre a agenda que emerge da atuação de organizações e movimentos sociais que comporta questões que são, normalmente, ignoradas por nossa elite política e intelectual.** Está cada vez mais evidente a necessidade de se estabelecer formas de regulação sobre grandes empresas que prevejam e assegurem um maior controle social sobre os impactos gerados por seus investimentos no território. Além do que, deve-se evitar o isolamento de porções do território em relação às demais regiões do país, ao mesmo tempo em que sejam reforçados os laços de solidariedade econômica e social internas entre as diversas regiões do Brasil.

Como afirma o geógrafo Milton Santos em sua crítica à teoria dos pólos econômicos, ao contrário dos efeitos virtuosos esperados na dinâmica econômica local, os grandes investimentos tendem a ‘canibalizar’ os territórios onde se instalam, seja porque exploram os recursos naturais e humanos existentes, seja porque centralizam e concentram os excedentes gerados no interior da cadeia produtiva. Esse processo se apresenta ainda mais dramático quando se tratam de grandes projetos primário-exportadores com baixíssimo retorno econômico para a região em função da independência dos projetos em relação ao mercado interno. O estabelecimento de parâmetros sócio-ambientais pactuados com os atores locais mostra-se como algo fundamental de ser assegurado a fim de validar um projeto de investimento, bem como a sua implementação. Nesse sentido, há um vasto e importante trabalho a ser feito na direção de se rever os indicadores de riqueza, contabilizando, por exemplo, como custos do projeto as chamadas ‘externalidades negativas’ dos processos produtivos e, no caso dos benefícios esperados, contemplar não apenas os funcionários da empresa e a população local diretamente impactada, mas a região sobre a qual se estende o raio de ação do investimento. Trata-se, pois, de um aprofundamento da discussão sobre a responsabilidade social das empresas, indo além do atual enquadramento da discussão, ainda limitado aos marcos dos interesses das próprias empresas.

- 9. No mundo contemporâneo, grande parte dos valores, relações de trabalho, consumo, impactos sócio-ambientais, investimentos e até políticas públicas e iniciativas de governos têm sido cada vez mais determinadas pelos interesses, ações e estratégias de grandes empresas nacionais e multinacionais.** Esta é uma tendência que vem crescendo durante as últimas décadas e está diretamente relacionada ao processo de globalização. Essa tendência é determinada também, e determina em certa medida, o próprio modelo de desenvolvimento adotado nos países. O Brasil tem aparecido em posição de destaque como importante investidor direto no exterior. A Petrobras, a Gerdau, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Odebrecht, entre outras, são exemplos de empresas brasileiras que aparecem no

ranking das maiores companhias transnacionais de países ‘em desenvolvimento’, atuando fortemente em outros países do Sul do planeta. E a forma de atuação dessas empresas reflete o modelo de desenvolvimento adotado e que se pretende para fora e para dentro do país.

A partir de um olhar focado puramente no crescimento econômico e de um ponto de vista estritamente economicista, diversos analistas têm louvado esse tipo de iniciativa em expansão, apresentando indicadores, volumes de recursos e investimentos que comprovam o crescimento dessa nova forma de operar e produzir das grandes empresas brasileiras. Todavia, do ponto de vista de um desenvolvimento sustentável e democrático – baseado na garantia dos direitos humanos, sociais, ambientais e trabalhistas –, ainda faltam informações, dados e análises sobre a complexidade e a forma dessa expansão, os impactos sobre a vida, o meio ambiente e a maioria das populações diretamente afetadas pelas empresas brasileiras transnacionais. Ainda que de maneira isolada, a mídia nacional e internacional tem apresentado algumas informações a respeito de impactos negativos resultantes das operações de grandes companhias brasileiras que atuam no exterior.

O quanto de recursos e de interesses estratégicos governamentais brasileiros estão carregadas essas ações e a própria maneira de atuar dessas empresas? Cabe analisar não só os impactos e o poder que as grandes empresas possuem no Brasil e em outros países da América do Sul, como também o papel que o Estado brasileiro adota em relação às condutas empresariais, sendo ele o principal indutor e /ou regulador de um determinado padrão e modelo de desenvolvimento. Qual a relação entre empresas e as opções de desenvolvimento implementadas, quando existem grandes empresas que muitas vezes se confundem, em interesses e ações, com o próprio Estado nacional?

10. Em termos práticos, pode-se aqui exemplificar muitas das questões tratadas considerando o debate que vem sendo realizado em relação ao papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Muitas organizações e movimentos sociais já reconhecem a importância de incidir sobre o BNDES, como forma de resgatar e reafirmar o papel público do banco no financiamento do desenvolvimento (ver sobre o assunto no sítio www.plataformabndes.org.br). Para além da participação no orçamento fiscal, os movimentos sociais demonstram maturidade no sentido de incidir sobre uma empresa estatal de peso estratégico na própria modelagem do desenvolvimento brasileiro.

Caso se tome o perfil dos financiamentos do banco, percebemos que ele reproduz o padrão de desenvolvimento acima descrito, centrado no setor exportador e na internacionalização de investimentos ligados ao setor. Nem mesmo o foco do recente pacote de medidas voltadas ao ‘desenvolvimento produtivo’ escapa dessa centralidade.

Na realidade, o banco encontra-se hoje em profundo descompasso com a legitimidade pública esperada de uma instituição estatal com o peso que o BNDES possui na economia brasileira. Ao operar linhas de crédito com condições favorecidas graças o aporte de recursos públicos, como no caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o BNDES possui grande margem no sentido da indução dos projetos que financia em favor da observância de parâmetros sociais e ambientais.

O BNDES poderia fazer muito mais se mobilizasse sua competência técnica visando a construir, em diálogo com a sociedade civil, critérios e indicadores para aprovação e acompanhamento de projetos nas

suas diferentes áreas de atuação. Isso, sem dúvida, diminuiria os próprios riscos contidos nos financiamentos a projetos de grande impacto socioambiental. Contudo, o banco encontra-se hoje refratário a incluir tais contrapartidas, limitando-se ao critério de eficiência por volume de desembolso e ao aspecto da legalidade.

Vale dizer que o banco não respeita nem o princípio legal da publicidade de suas ações, apresentando um grande déficit de transparência no que se refere aos projetos privados por ele financiados.

Acrescente-se que o BNDES pode e deve ser pensado como um instrumento poderoso no sentido de fortalecer estratégias sustentáveis de desenvolvimento territorial. Cabe ao banco assumir um papel proativo em sua política operacional, atuando mais como indutor de atividades e oportunidades essenciais ao desenvolvimento e menos como um receptor de projetos que respondem passivamente às demandas de mercado, ao ‘fluxo de negócios’. Isso poderia se dar via formulação de diagnósticos de cadeias produtivas e fomento de arranjos produtivos, seja no campo ou na cidade, que favoreçam uma distribuição mais equânime dos excedentes no interior da cadeia. Seria importante o banco fomentar pelo menos dois outros setores: infraestrutura social (saneamento ambiental, por exemplo) e o desenvolvimento de novas tecnologias em fontes de energia limpa.

Atualmente o debate sobre o papel do BNDES está sendo monopolizado pelos que defendem a sua privatização. Eles argumentam que o mercado de crédito privado seria muito mais eficiente e já teria alcançado condições de operar linhas de crédito de longo prazo com clientes de grande porte e boa classificação de risco. É, portanto, urgente o debate sobre o resgate do caráter público do BNDES como banco de desenvolvimento, que deve assumir um papel diferenciado do setor privado exatamente por perseguir resultados socialmente relevantes.

Vale dizer que o BNDES é apenas um exemplo de instituição pública com força na organização da economia brasileira e que merece mais atenção daqueles comprometidos com a agenda democrática do desenvolvimento.

O mesmo vale para o restante do sistema financeiro público. A exemplo do Banco Central, agência de regulação financeira que, ao tornar-se na prática independente, desconectou-se de qualquer controle público, concorrendo para atual hipertrofia do sistema financeiro.

- 11. A perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar e campesina é um claro exemplo de como promover um desenvolvimento territorial que possa ser parte de uma estratégia mais ampla de um desenvolvimento realmente capaz de promover direitos.** Em que pese o fato de que a agricultura familiar hoje já é responsável por mais da metade dos alimentos consumidos pelos brasileiros, há ainda uma grande folga em termos da capacidade do setor em atender o mercado interno, em preço e qualidade. Sem dúvida, esse fortalecimento deve ser pensado levando-se em conta o controle de importantes cadeias alimentares por algumas poucas agroindústrias e distribuidores. Em pesquisa recente sobre o padrão de consumo dos beneficiários do Bolsa Família, o Ibase constatou que mais de 60% deles compram seus produtos em grandes supermercados e em pequenos mercados locais. Em que pese o fato de que aproximadamente 40% diz comprar os produtos em feiras e mercados municipais, constata-se que a maior parte dos recursos recebidos não circula na economia local, já que tende a ser gasta com produtos vindos de outras regiões. Isso é ainda mais dramático quando se sabe que esse é um padrão de consumo que se repete em outros estratos da população e que um dos grandes gargalos da agricultura familiar é exatamente a comercialização de sua produção.

Sem dúvida, uma simples política de fomento à feiras públicas e mesmo de promoção de mercadinhos municipais, aproximando campo e cidade, propiciaria o desenvolvimento das economias locais e a sustentabilidade da agricultura familiar. O atual Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um outro bom exemplo da necessidade de se avançar na gestão dos recursos carreados para o território. Em outra pesquisa do Ibase, essa especificamente sobre o Pronaf, evidenciou-se a dificuldade do programa em coordenar no território os seus componentes de crédito, assistência técnica e infraestrutura, fazendo com que os crescentes recursos dispostos para a agricultura familiar não consigam livrá-la de uma relação subordinada ao agronegócio e da especialização produtiva, como no caso dos grãos (milho e soja, por exemplo).

Além do aspecto alimentar, mas associado a ele, constata-se que a centralidade da questão rural se coloca ainda mais pelo uso, em meio à atual crise dos combustíveis fósseis, da biomassa como fonte de energia. Não se trata, nesse caso, de simplesmente reproduzir o modelo produtivista, de subordinação e instrumentalização da natureza e dos trabalhadores do campo por pacotes tecnológicos e estruturas de produção e distribuição profundamente concentradas. Por que a energia produzida em uma região não pode ser comercializada no próprio local? Por que não conciliar de modo integrado a produção de energia e alimentos?

De fato, não se pode negligenciar o imenso impacto social que um outro modelo de desenvolvimento rural no país, não centrado na chamadas monoculturas e na exportação, poderia ter em termos de geração de trabalho e renda para o conjunto da população brasileira e da própria redefinição da relação entre o rural e urbano. Essa se constitui hoje, sem sombra de dúvida, em uma questão nacional da maior relevância e urgência.

12. As queimadas na região amazônica respondem por cerca de 75% das emissões brasileiras de gases causadores das mudanças no clima do planeta. Os níveis de emissão têm aumentado tanto nos últimos anos, que o Brasil alcançou um feito inédito – e até há poucos anos inesperado: tornou-se um dos quatro maiores emissores do planeta, aproximando-se perigosamente dos outros dois poluidores mais tradicionais, os Estados Unidos e a China.

Como consequência dessa situação, o Brasil se fragilizou internacionalmente. A disparada das emissões brasileiras ocorreu simultaneamente a dois fenômenos científicos. O primeiro, foi a publicação dos relatórios do Painel Internacional para Mudança Climática, da ONU, que solidificou a tese que a intervenção humana é disparadamente a principal razão das alterações do clima. O segundo, foi o avanço da compreensão da importância da Amazônia para a formação do regime de chuvas em uma das principais regiões produtoras de alimentos do planeta, que está localizada em boa parte da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do sul do Brasil.

Qualquer perda de capacidade da Amazônia fixar carbono – seja através das queimadas e/ou da derrubada de árvores – influencia decisivamente a capacidade produtiva, principalmente de grãos – entre as principais *commodities* internacionais – desses países e desta região brasileira, uma vez que o regime de chuvas no sul é determinado pela qualidade dos ventos produzidos na Amazônia.

Além disso, o crescimento abrupto das emissões permitiu que mais uma vez retornasse ao debate midiático uma suposta incapacidade do país gerir seus recursos naturais amazônicos – onde estão algumas das mais extensas e intensas reservas de recursos naturais estratégicos, como água potável de superfície, minérios variados e valiosos, madeiras nobres e uma enorme área agricultável.

A razão do aumento vertiginoso das emissões é o *boom* crescimentista que a área de *commodities* internacionais começou a viver há cerca de dez anos. Assim, tradicionalíssimo produtor-exportador em grande escala de vários tipos de mercadorias – grãos, minérios, madeira, além de insumos básicos altamente subsidiados pelo Estado, mas com pouco valor agregado, como aços planos e papéis e celulose –, o Brasil aprofundou como nunca – em escala e em emprego de recursos tecnológicos e econômicos – o seu modelo de superexploração de recursos naturais. Tal modelo incide fortemente no Cerrado e, principalmente, na Amazônia Legal, que responde por quase 52% do território nacional e onde vivem cerca de 20 milhões de pessoas em todo o espectro de assentamentos humanos. De comunidades isoladas, pequenas e médias cidades a grandes centros urbanos, como Belém (PA) e Manaus (AM).

A principal consequência dessa opção estratégica do Brasil pela venda intensiva de natureza – exemplificada pela imparável instalação de grandes complexos agrícolas, minero-extrativistas e energéticos – como forma de se colocar na divisão internacional do trabalho, e da escolha da bacia amazônica como fonte prioritária desses recursos, foi o desmatamento radical – para abertura de pastos e de plantações – e a queimada, praticada por um amplo leque de poluidores, que vão de agricultores familiares e sem terra a grandes agentes econômicos de vários setores.

Essa ampla coalizão de emissores de gases da mudança climática contou com o apoio decisivo do Estado brasileiro. Este forneceu, direta e indiretamente, os recursos necessários para movimentar a máquina poluidora. Seja através de seus agentes financeiros, como o BNDES e o Banco do Brasil, que subsidia os maiores conglomerados nacionais e transnacionais operadores do modelo, seja através de intervenções do Executivo em ações do tipo ‘sociais’, que disponibilizam apenas parte dos recursos necessários à sobrevivência dos sobrantes do campo e da cidade e, dessa maneira, os induzem à apropriação de recursos naturais para complementar a renda necessária à sua sobrevivência física.

Assim estão tragicamente conjugadas duas das principais questões estratégicas para o desenvolvimento brasileiro. O ordenamento territorial e econômico da Amazônia precisa ser uma prioridade nacional, operando de maneira articulada com políticas públicas para reduzir dramaticamente os níveis de geração de gases causadores das mudanças climáticas. Necessariamente as duas questões precisam ser consideradas em conjunto, observando a interação das duas dimensões bem distintas. Praticamente, isso significa, por exemplo: a) desenvolver uma política científica para aproveitamento industrial cooperativado dos produtos amazônicos, com ampla agregação de valor tecnológico e associada à política industrial. Os produtos devem ter como base as diversidades biológica, social e ambiental da região. Objetiva-se, assim, à substituição da capacidade produtiva atual, baseada em grandes projetos quase sempre visando ao mercado internacional, por um outro tipo de produção, que tenha baixo impacto ambiental, amplos benefícios sociais e incorpore o conhecimento desenvolvido ao longo dos anos pelas populações locais; b) retirar os incentivos estatais para grandes projetos de superexploração dos recursos naturais, prioritariamente para aqueles cuja produção é majoritariamente voltada ao mercado externo; e c) iniciar rapidamente a instalação das mais distintas dimensões do Estado brasileiro na região, com o objetivo de garantir minimamente a qualidade de vida nos estados amazônicos.

13. A geração e o consumo de energia no Brasil obrigarão o país a se repensar seriamente já no curto prazo. Vêm se desenrolando em paralelo e com alta velocidade uma série de políticas públicas, ações empresariais, estratégias de negócio e evoluções científicas que colocarão para o país a premência de tomar definições sérias a respeito não apenas de sua matriz energética, mas, também e principalmente, quanto ao consumo pesado de energia e ao estímulo que o Estado brasileiro dá a esse modo de produção e consumo energético.

Nossa conjuntura histórica é tal que, debater a questão energética no Brasil de hoje significa mesmo debater as mais importantes estratégias de desenvolvimento nacional e o papel que o país tem na divisão internacional do trabalho. Afinal, estamos em plena safra de ações da mais alta importância, cada uma delas com uma dinâmica e uma escala que, por si só, exigem um enorme esforço de elaboração a respeito do seu significado para os rumos gerais do país.

Com a construção das hidrelétricas no Rio Madeira (RO), retomamos a implantação em série de grandes hidrelétricas na Amazônia (onde estão cerca de 70 a 80% do potencial hidráulico não aproveitado), sem debater um projeto global para toda a região, nem os casos negativos de outros empreendimentos do passado, como Balbina, por exemplo. O governo volta e meia fala em construir Angra 3 e de dar à indústria do urânio escala produtiva que seria absorvida por pelo menos dez outras usinas, além de exportar o combustível. Entretanto, ainda não resolvemos o problema dos resíduos, que permanecem ativos por milhares de anos.

Sequer avaliamos com precisão o que representam em termos econômicos as recentes descobertas gigantes de petróleo na Bacia de Santos e do significado de sua exploração em larguíssima escala, tendo em vista que vivemos um processo de tomada de consciência mundial da inviabilidade ecológica da geração de energia a partir da queima de combustíveis de carbono e da contribuição do setor energético para as mudanças no clima.

O Brasil compromete recursos crescentes na transformação do álcool combustível numa *commodity* internacional e se propõe a ser uma espécie do gestor do sistema internacional de produção, distribuição e normatização dessa nova mercadoria. Ainda não se falou sobre o sistema de negociação dessa nova *commodity* e o papel do Brasil. Um dos argumentos utilizados a favor do etanol é o de que ele seria um recurso energético que, devido às suas propriedades ambientais, substituiria o petróleo!

O problema talvez resida no fato que ainda se prefere fazer a equação tradicional da energia, segundo a qual é sempre necessário construir mais e mais capacidade produtiva para atender a um mercado que cresce sem parar. Mas, se essa lógica é boa para todos os agentes financeiros da cadeia produtiva da energia, inclusive para o Estado, que cobra muitos impostos, ela também induz à um moto contínuo. A causa alimenta a consequência, e o país vai eternamente erguendo mais e mais capacidade produtiva de energia, sem que questões elementares sejam respondidas.

Entre as questões, estão as seguintes: a) Por que não tentar inverter o sinal da economia da energia e desenvolver mecanismos que premiem políticas públicas e ações que sejam tão mais valorizadas quanto mais pouparem energia?; b) Por que voltar a apostar na produção de grandes blocos de energia que têm também grandes perdas e não distribuir a geração em centrais menores e menos desperdiçadoras da produção?; c) Por que não dedicar às chamadas fontes alternativas o mesmo empenho que o Estado brasileiro (com vastos recursos tecnológicos, humanos e econômicos) demonstrou na sua aposta de décadas no álcool combustível?; e d) Por que continuar a subsidiar, direta ou indiretamente, a energia utilizada por grandes grupos exportadores de mercadorias de pouco valor agregado e intensivas em energia?

14. A última de nossas notas refere-se ao lócus de uma das maiores resistências às mudanças sociais necessárias à retomada do desenvolvimento no Brasil. Trata-se do sistema de comunicações, boa parte dele operando, ainda que apenas formalmente, sob concessão do Estado brasileiro. Ele é o principal sistema de produção de valores no Brasil, que ganhou corpo e importância política em uma época avessa à democracia – durante a ditadura militar de 1964.

Talvez por conta dessa origem, as comunicações brasileiras, tremendamente oligopolizadas, resistam tanto às mudanças estruturais pelas quais o Brasil precisa passar para completar seu processo civilizatório.

Porém, aparte a urgente e necessária revisão dos parâmetros regulatórios e regulamentares do sistema de comunicações, em especial a TV, há uma conjuntura que nos abre uma enorme janela histórica para o Brasil conseguir algum avanço nesse campo. Aí convergem oportunidades políticas – a sedimentação do conceito, entre diversas organizações da sociedade, de quanto é estratégica uma reorientação no sistema de comunicações – e técnicas – o aumento do acesso aos equipamentos de produção e aos meios de distribuição de conteúdo. Cabe ao Estado proporcionar as condições para que, aproveitando dessa janela, a própria sociedade ganhe vigor para forçar uma profunda democratização no sistema de comunicações.

Nunca antes nesse país instrumentos de comunicação estiveram tanto ao alcance de qualquer cidadão. Basta se ter uma módica quantia em dinheiro e ir a uma loja especializada que facilmente se adquire todos os equipamentos necessários para produção em áudio e vídeo em grande qualidade, para produção de audiovisuais com difusão em massa, através de redes de comunicação que não param de aumentar sua velocidade de transmissão e de baixar seu custo de uso. Na prática, isso significa que reduziu-se muito a distância entre as capacidades de produção de qualquer cidadão e das emissoras profissionais. Esse é um fenômeno que se ampliará à medida em que as tecnologias de transmissão digital forem deslanchando na internet e nas novas gerações de celulares, por exemplo. Forçosamente, essa conjuntura levará à flexibilização da legislação do sistema digital, ainda muito marcado pelos interesses dos atuais grandes grupos de televisão.

É impossível deter esse fenômeno. Afinal, o seu combustível é a reconhecida capacidade criativa do povo brasileiro, principalmente da juventude, na utilização das novas tecnologias de comunicação. Não apenas na absorção da capacidade de manejo técnico, mas também na sua utilização para grandes fins políticos, como aos poucos vai ficando evidente.

Levando-se em conta essa conjuntura, desenvolver-se, do ponto de vista do Estado, adquire dois sentidos: a) facilitar que essas possibilidades sejam exercidas pela sociedade, que já se mostrou disposta e capaz de realizar essas tarefas históricas; e b) usar suas capacidades regulatórias e creditícias para forçar a desoligopolização das mídias no Brasil, a começar por aquelas que (ainda) são objetos de concessão estatal.

Consideramos, enfim, que o ponto fundamental da discussão da temática do desenvolvimento é a questão da promoção dos direitos humanos. A afirmação do marco conceitual dos direitos humanos, levando em conta sua indivisibilidade e transversalidade, possibilita a inclusão de condicionalidades efetivamente humanistas no debate sobre a ação dos promotores do desenvolvimento. Isso acontece porque a tradição moderna da democracia representativa formal, e o padrão tecnocrata de gestão influenciam a administração pública no sentido de naturalizar um espectro de direitos civis e políticos, dissociados de garantias sociais e de um tecido participativo. Essa herança marca também a formação e concepção do espaço público e a própria definição do bem comum. A consolidação de uma cultura

de direitos, engendrada na prática social, esbarra, assim, em uma visão restrita da associação entre os diferentes planos de garantias fundamentais e da capacidade institucional para sua implementação a partir de uma dinâmica democrática e participativa. Relacionar direitos humanos e desenvolvimento permite compreender que a produção e gestão da riqueza em um país devem incluir a necessidade de se promover a ampla emancipação do ser humano, abarcando direitos civis, políticos, econômicos, culturais e ambientais, conjuntamente, num espaço de atuação /deliberação efetivamente cidadão.

Nessa linha, nos trabalhos preparatórios da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, a se realizar entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2008, reconhece-se a indissociabilidade entre direitos humanos e desenvolvimento, tanto no tema da Conferência, quanto em um dos seus eixos norteadores, apresentados no texto base. Esse reconhecimento foi uma conquista da sociedade civil, atendendo a uma agenda já presente e em disputa por diversos segmentos, quando se afirma, por exemplo, a importância de se debater no processo da Conferência as obras de infraestrutura em curso hoje, no Brasil, como o próprio PAC. A realização dessas iniciativas não deve considerar o ser humano apenas na mensuração relativa do 'impacto', mas a decisão propriamente de sua elaboração e conteúdo devem ser construções sociais, sendo capazes de expressar e respeitar as contradições existentes, evitando-se conflitos que impeçam o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, como revelam os incidentes relativos a Belo Monte, Raposa Serra do Sol, Hidrelétrica do Rio Madeira e na transposição do rio São Francisco.

Estas são 'notas' para a retomada do debate público e democrático acerca do desenvolvimento brasileiro. Como já dissemos, a pretensão não é sermos exaustivos, mas, sim, de algum modo provocativos. Que venha o debate!

ANEXO 5

A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E O FUTURO

POR SILVIO CACCIA BAVA

(SOCIÓLOGO, DIRETOR DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, COORDENADOR GERAL DO INSTITUTO PÓLIS E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO - ALOP)

A derrota eleitoral do PSDB em 2002 deixou o partido silencioso durante os dois primeiros anos do governo Lula, que se elegeu então com 60% dos votos contra 38% de José Serra. Em 2005, com a eleição de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara dos Deputados, um azarão que só foi alçado ao cargo graças aos conflitos internos no PT, as forças políticas deslocadas do poder perceberam que havia espaço para a disputa, retomaram a iniciativa e passaram a combater o governo federal e o Partido dos Trabalhadores, seus principais adversários.

A escolha dessa oposição foi promover denúncias de corrupção, nepotismo, uso ilegal de recursos públicos no financiamento de campanhas eleitorais e compra de votos no Congresso Nacional. Chegou-se a falar no *impeachment* do presidente da República por conta do 'mensalão', um processo no qual, segundo as acusações, integrantes do governo e dirigentes do PT utilizaram sua posição de poder para captar recursos de empresas públicas e privadas e com eles comprar votos no Congresso.

Associando-se aos partidos conservadores, a grande mídia brasileira, em bloco, centrou seu foco nas denúncias e lançou mão da dimensão ética para fazer a crítica dos acontecimentos. As acusações mais contundentes partiram, entre outros, de políticos do PSDB e do PFL (ex-Arena, hoje DEM), que se posicionaram como baluartes da ética e da moralidade, mas que, apenas alguns anos antes, haviam sido acusados de comprar votos no Congresso para promover importantes privatizações, alterar a Constituição e garantir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. No embate entre a oposição e o governo, as acusações, de parte a parte, são quase sempre as mesmas. Limitando-se ao plano ético, acabam por restringir a discussão no Congresso e na mídia a uma sucessão de escândalos, na qual o mais recente eclipsa o anterior. O resultado é que a disputa não se dá em torno dos grandes temas nacionais, mas de atitudes e comportamentos.

Compromete um número cada vez maior de parlamentares, promove a crescente desmoralização do Congresso, resulta na queda de importantes dirigentes do governo, respinga em lideranças tanto do PT quanto do PSDB. Mas as políticas permanecem intocadas.

O que chama a atenção, nesse momento, é que a luta política assume um caráter instrumental, de cálculo de poder, de quantos votos cada parte dispõe, de como assegurar maiorias ou bloquear iniciativas que necessitem de maior número de apoiadores. O foco está nas vantagens que cada parlamentar pode obter ao negociar seu voto. A política se transforma, assim, em um balcão de negócios, que faz pouco caso das necessidades e demandas da sociedade, e ri às escondidas quando ouve falar em bem público. Em resumo, assistimos à despolitização da

política, à uma acomodação de todas as principais forças políticas ao cenário atual, deixando de lado o debate e as iniciativas de transformação de nossa sociedade⁹. O debate público em torno das questões macroeconômicas, como os juros reais praticados pelas grandes corporações financeiras, por exemplo, é secundarizado.

Uma coisa leva à outra, gerando um círculo vicioso. A política instrumental descarta as necessidades públicas, reforça o jogo dos interesses privados e engessa as expectativas da sociedade, que, engolfada por essa lógica perversa, já não consegue mais pensar as transformações sociais.

A ESCALADA NEOLIBERAL DOS ANOS 1990

Essa não é uma questão exclusiva da realidade brasileira. Tem a ver com a implantação das políticas neoliberais nos anos 1990, que aprofundaram a separação da gestão da economia do controle democrático. Vivemos, desde então, uma crise profunda no sistema de representação. Os corpos intermediários, notadamente os partidos, afastam-se cada vez mais dos setores majoritários do corpo social. A crise atual é a culminância de um movimento de deslegitimação do poder político, intrinsecamente destruidor da democracia.

Já em 1992, Pierre Bourdieu identificava, no plano internacional, essa crise da democracia. E lançava uma convocatória: é urgente criarmos as condições de um trabalho coletivo de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades sem mistificar as consciências¹⁰. A democracia depende da educação dos cidadãos. E a melhor educação em política é a participação ativa – o que implica em uma transformação das instituições que permita e estimule a participação¹¹. Por essas razões é que destacamos, em nosso editorial, a importância da iniciativa da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político Brasileiro¹², porque ela se propõe a contribuir para o fortalecimento de um campo democrático e popular, sem o qual as propostas de reforma política não terão sustentação social e o debate permanecerá tolhido pela lógica da política instrumental mudar algo para não mudar nada.

Existe uma questão de fundo que se coloca para o debate da reforma política. A democracia deve servir para sustentar a atual forma de organização de nossa sociedade, ou deve servir para transformá-la? E, se for para transformá-la, em qual sentido? Qual é a sociedade futura que queremos?

A questão dos sentidos da democracia tem sido tratada pela Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político Brasileiro. É um avanço na criação de uma esfera pública popular e democrática promover o debate público e a participação cidadã na reforma política. Mas é bom lembrar que em nenhuma parte do mundo e em nenhum momento da história a democracia alcançou plenamente os objetivos a que se propõe: transferir o poder para o povo. Ao contrário, muitas vezes, a democracia serviu para limitar o acesso das maiorias ao poder.

Aristóteles, há mais de 2.300 anos, ao ensinar seus discípulos, dizia: “se a riqueza está estreitamente

⁹ Wolfgang Leo Maar em “O eclipse da política na experiência social brasileira”, publicado na revista *Margem Esquerda* n° 9; da Boitempo Editorial, em junho de 2007.

¹⁰ Anne Cécile Robert em “Viva a crise política!”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, em junho de 2002.

¹¹ Cornelius Castoriadis em “Para frear o crescimento da insignificância”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, em agosto de 1998.

¹² Citado por Noam Chomsky em: *Failed States*. Nova York: Metropolitan Books, 2006.

concentrada, os pobres usarão seu poder de maioria para redistribuí-la mais equitativamente, o que seria injusto: nas democracias, os ricos deveriam ser poupados. Não somente suas propriedades não poderiam ser divididas, mas seus bens também deveriam ser protegidos”. Essas ideias, sistematizadas em sua obra *Política*, inspiraram também o pensamento moderno. James Madison, um dos 57 delegados constituintes que escreveram a Constituição norte-americana em 1787, e que veio a se tornar o quarto presidente dos EUA, dizia: “com o propósito de defender as minorias contra as tentativas das majorias de infringir seus direitos, o poder deve estar em mãos dos mais ricos, que demonstraram ser os homens mais capazes da nação”. Ele alertava, na convenção constitucional, sobre os perigos da democracia: “se as eleições fossem abertas a todas as classes de pessoas, a população então usaria seus direitos de votar para redistribuir a propriedade da terra de maneira mais equitativa”. Para evitar essa possibilidade, Madison recomendava que se tomassem medidas para proteger a minoria opulenta contra a maioria. Talvez ele tenha se inspirado em Adam Smith, que, na mesma época, dizia: “o governo civil, uma vez que é instituído para assegurar a propriedade, é em verdade instituído para a defesa dos ricos contra os pobres, ou dos que tem alguma propriedade contra aqueles que não têm nenhuma”.

Esses pensamentos, expressos de maneira tão crua, poderiam ser considerados sintomas de uma pré-história da democracia, se não tivéssemos exemplos mais recentes, e mesmo atuais, da mesma postura. John Dewey, um dos principais filósofos sociais norte-americanos do século XX, declarava que “a política é a projeção na sociedade dos interesses das grandes empresas e vai continuar assim enquanto o poder residir nas empresas privadas que se orientam pelo lucro e controlam o sistema financeiro, a terra, a indústria, reforçados pelo comando da imprensa e outros meios de publicidade e propaganda”.

Para finalizar essas citações e trazer o tema para os nossos tempos, quero lembrar as palavras de John Williamson, um dos criadores do Consenso de Washington, ao analisar a realidade atual da América Latina. Dizia ele: “ou retiramos os temas da economia e da política do âmbito da democracia, ou ela não sobreviverá no continente”¹³.

Há, portanto, uma definição de democracia que limita e até mesmo obstaculiza a participação cidadã. A democracia, nesta concepção, é um instrumento de governabilidade, uma forma de assegurar a legitimação de governos voltados à manutenção do *status quo*. No caso particular da América Latina dos anos 1990, a democracia serviu para a legitimação de governos que promoveram a implementação de políticas neoliberais, ampliando as desigualdades sociais e provocando um empobrecimento ainda maior da maioria da população.

O Brasil não é uma ilha isolada do resto do mundo. Aqui, como em outros lugares, a democracia vem sendo ampliada por força das pressões sociais, mas carrega a mesma herança elitista que vimos nas formulações anteriores. Não se pode dizer, por exemplo, que a chamada República Velha (1889-1930) foi exatamente uma forma de Estado democrático. Votava apenas o segmento masculino com posses e rendas, cerca de 1% da população.

O voto universal e secreto somente se instituiu na década de 1930, ainda assim deixando de fora os analfabetos. A ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura do regime militar (1964-1985) encurtaram o período de vigência das liberdades democráticas formais para menos de quarenta anos¹⁴.

¹³ Conforme José Luis Fiori em: *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Ed. Record: Rio de Janeiro; 2001.

¹⁴ Marcio Pochmann em “O país dos desiguais”, publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil* no3, em outubro de 2007.

O ESTADO REFÉM DE INTERESSES PRIVADOS

As lutas e conquistas democráticas recentes, traduzidas juridicamente na Constituição de 1988, ampliaram sobremaneira a esfera pública e abriram espaço para a democratização de nossas instituições. Impulsionada pela ação de um campo político democrático e popular, nossa democracia foi se ampliando, oferecendo novas bases para a participação cidadã. Mas, ao mesmo tempo em que se democratizavam os mecanismos de gestão, o Estado se tornava ainda mais refém de interesses privados.

O que agora assistimos, e vem desde o início dos anos 1990, é um verdadeiro sequestro da política. Atores como o sistema financeiro, as grandes corporações industriais e o agronegócio comandam, de forma ostensiva ou velada, as políticas macroeconômicas, e instrumentalizam, direta ou indiretamente, o espaço público.

A prestação dos serviços públicos, a remuneração do trabalho, a tributação, o ensino, os conteúdos da mídia e da indústria cultural são ordenados pela lógica voraz do maior lucro possível e da acumulação ininterrupta e crescente do capital. A sociedade inteira passa a ser submetida a tal paradigma. Sem poder para disciplinar a atuação das grandes empresas privadas, nossa democracia se fragiliza.

A retomada do processo democrático, que vivemos desde 1985, é carregada de contradições. Saídos da ditadura, vivemos, num primeiro momento, uma explosão das demandas cidadãs, que repercutiram no processo constituinte e se transformaram em direitos na Constituição de 1988. Houve, então, uma clara intenção de democratizar as instituições, com a criação de conselhos e conferências de políticas setoriais, como se exemplifica na arquitetura das instituições de planejamento e gestão das políticas de saúde. Apoiados por movimentos sociais, numerosos governos locais criaram, nos anos 1990, novas formas de governança, que radicalizaram a ideia da participação cidadã na gestão pública. O orçamento participativo é a experiência mais emblemática desse processo.

E as conferências para planejar o futuro das cidades, realizadas, por exemplo, em Porto Alegre, Belém, Santo André, Piracicaba, buscaram uma efetiva contribuição da cidadania na definição da sociedade futura.

Foi o momento em que a bandeira da transformação social, empunhada por um conjunto de atores, configurou um campo político democrático e popular, conquistando adesões e obtendo um respaldo muito generalizado da sociedade. A participação ganhou um sentido de inclusão e passou a interferir na construção de novas políticas. A mobilização social carregava uma dimensão educacional-pedagógica, isto é, de conscientização, que constituía um elemento importantíssimo.

Mas, na contramão dessa tendência ampla, já em 1989, durante o governo Collor, começaram a ser implementadas as políticas neoliberais, cuja tônica é exatamente a destituição de direitos. Tais políticas se radicalizaram nos governos seguintes, liderados pelo PSDB.

UMA ESQUERDA SILENCIOSA

Colocaram-se em cena, portanto, dois projetos opostos de sociedade: de um lado, a defesa e a ampliação dos direitos; de outro, a lógica do lucro. As consequências desse embate são conhecidas. Não somente adotamos as políticas neoliberais, como nos transformamos em uma sociedade neoliberal.

E, com isso, os projetos de transformação social foram postos fora da agenda, e os movimentos sociais, fragilizados. Essa nova situação acabou por influenciar os partidos de esquerda, que amenizaram seus programas e reduziram

seus propósitos de mudanças, passando a buscar alianças com setores conservadores e adotando as regras da política tradicional. Alegava-se que essa era a única forma de chegar ao governo. Mas os que chegaram, ficaram constrangidos pelas alianças e pelas pressões do grande capital, sem a sustentação política das bases que os elegeram.

A democracia se fragilizou. Muitos setores, que antes sustentavam o questionamento do governo e de suas políticas, se calaram. Não temos, hoje, uma posição à esquerda do governo socialmente expressiva. E, coletivamente, a esquerda deixou de ser portadora de um projeto de transformação social.

Essa paralisia da esquerda tem sua razão de ser. Ao abandonar a discussão sobre o futuro de nossa sociedade, a questão da democracia se esvazia de seu conteúdo transformador, passando a jogar água em outro moinho. Marilena Chauí afirmava: “Ou há na democracia um apelo interno ao socialismo, implicando a transformação das bases materiais do poder e a transformação da sociedade privatizada em coisa pública, ou não há como esperar que a força dos acontecimentos traga a relação”¹⁵.

A discussão sobre o futuro está associada à discussão sobre o futuro da democracia. Qual é o apelo interno ao socialismo que a nossa democracia traz consigo? Num plano ainda bastante geral, existe o debate sobre o ‘socialismo do século XXI’, que aporta elementos importantes.

No final do ano passado, em um seminário sobre o socialismo do século XXI, Gustavo Petro, senador da República da Colômbia e dirigente nacional do Pólo Democrático Alternativo, nos apresentou a seguinte reflexão: “A experiência histórica demonstra que os meios determinam o fim. E que, portanto, se o objetivo do socialismo do século XXI é a construção de uma democracia global, o reino da humanidade, então seus meios têm que ser profundamente democráticos. Os meios são a escola em que se prepara o fim, são seu método de construção. Nos próprios meios se incuba o conteúdo do fim.

O socialismo do século XXI implica o Estado de direito. Construído pelas revoluções burguesas, ele é um patrimônio da humanidade, a ser conservado e radicalizado. Liberdades e direitos estendidos a toda a cidadania; proteção da identidade individual e da diversidade do gênero humano; supremacia do cidadão sobre o Estado: o socialismo não é mais que o controle da humanidade sobre o capital que o pode destruir. E o conceito de humanidade é um conceito plural, diverso, multicolorido. O controle da humanidade sobre o capital só pode se dar com a construção de um poder público global, que implica a multiplicidade, o diálogo entre civilizações, um novo cosmopolitismo, uma interconexão global não mais baseada no mercado, mas nas lutas sociais e nos propósitos comuns, essencialmente humanos. No plano nacional, trata-se de construir Estados de direito amplamente democratizados, articuladores de movimentos sociais – que não podem nem devem suplantam governos no diálogo intercivilizatório –, democratizadores da vida da sociedade e dos poderes locais, propiciadores da pluralidade econômica, da democratização da propriedade e dos ativos produtivos, colaboradores na reconstrução do território impulsionada por democracias locais”¹⁶.

Essa visão, ainda genérica, é, assim mesmo, inspiradora. Ela abre um horizonte que se estende muito além das acanhadas perspectivas hoje presentes no debate público.

Ao lado de outros aportes, constitui uma contribuição à tarefa coletiva de ressignificar a democracia.-

¹⁵ Marilena Chauí. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.

¹⁶ Gustavo Petro, *op. cit.*

ANEXO 6

ATÉ ONDE VAI A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ?

ANA CLÁUDIA TEIXEIRA

CIENTISTA POLÍTICA E COORDENADORA DO INSTITUTO PÓLIS

Em 2008, a atual Constituição Brasileira completa vinte anos. Muitos balanços podem e devem ser realizados. Mas um talvez seja essencial: a avaliação crítica da democracia participativa brasileira. A Constituição de 1988 proclamou uma concepção universalista dos direitos sociais e definiu importantes mecanismos de participação, como o plebiscito, o referendo popular, a iniciativa popular de lei, a tribuna popular e a audiência pública.

Foram ainda criados ou ressignificados muitos espaços institucionais de participação cidadã: espaços legalmente constituídos, nos quais Estado e sociedade civil tomariam decisões conjuntas sobre os rumos das mais diferentes políticas públicas. Respaladas na Constituição, várias forças sócias empenharam-se, ao longo dos anos, na criação e consolidação desses canais, engajando-se em iniciativas como os conselhos e conferências de políticas públicas, voltados à definição e fiscalização dessas políticas. Se é fácil entender as motivações de tais experiências, o mesmo não se pode dizer de sua concretização. Argumentava-se, no momento da redemocratização, que não bastavam partidos e eleições livres. Era preciso criar um ambiente favorável, constituído por outras instituições, que assegurasse a ampliação do espaço decisório, trazendo para o exercício da política outros grupos sociais além dos políticos profissionais. A ideia central era garantir que tais setores organizados – sindicatos, movimentos populares e sociais – tivessem vez e voz.

Havia, então, uma generosa aposta em jogo: a de que, junto com os representantes do governo, a inclusão de atores da sociedade civil na definição das políticas públicas levaria à maior equidade e justiça social. Por meio de tais mecanismos – acreditava-se então –, as políticas públicas se tornariam universais de fato, garantindo maior cobertura e qualidade nos serviços prestados à população, diminuindo as enormes desigualdades sociais. O modelo paradigmático da participação institucionalizada foi a criação da Lei Orgânica de Saúde, em 1990, como parte do Sistema Único de Saúde. Previa ela a participação da comunidade por meio de conselhos nos níveis federal, estadual e municipal. Foi também instituída, em todo os níveis da federação, a prática de conferências, que deveriam fornecer os parâmetros para as políticas públicas de saúde. Esse modelo seria seguido por outras áreas, como assistência social, criança e adolescente, cidades, e constitui, ainda hoje, o maior exemplo de participação institucional do Brasil.

Como resultado, apesar de pouco conhecidos pela população, temos hoje uma enormidade de espaços participativos consolidados, nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e em relação às diferentes políticas públicas. Não há dados precisos e atualizados sobre a quantidade total de conselhos existentes no Brasil, mas o IBGE apontava, em 1999, a existência de 23.987 conselhos municipais, vinculados à políticas sociais. Na área de saúde, os últimos levantamentos do Conselho Nacional de Saúde indicam a existência de conselhos em todos os municípios e estados brasileiros.

Com o governo Lula, tais espaços cresceram, especialmente no nível nacional. Dos 64 conselhos federais existentes, 11 foram criados durante o governo Lula e 9 restabelecidos¹⁷. No que diz respeito às conferências, entre 2003 e 2006, foram realizadas 38 conferências nacionais, várias delas antecedidas por conferências municipais e estaduais em todo o país. Segundo informações do próprio Governo Federal, estima-se que quase 2 milhões de pessoas tenham participado, durante esse período, de conferências em todos os níveis da federação.

Mas de que têm servido todos esses espaços? Qual é o significado de todas essas mobilizações? Qual papel exerce tudo isso na democracia brasileira? É possível dizer que outros atores sociais vieram à cena por meio desses espaços? Por acaso eles provocaram mais igualdade, mais acesso e melhor qualidade dos serviços públicos? Após esses vinte anos, é hora de um balanço.

Vinte anos podem parecer um intervalo de tempo relativamente curto na história de um país. Mas o Brasil é um país jovem, onde tudo é relativamente recente. Ademais, vinte anos não constituem um tempo tão curto quando se trata de corrigir rotas. A pergunta que podemos nos fazer é: como aperfeiçoar os atuais mecanismos de participação? Sem descartá-los, nem mistificá-los como panaceia para todos os males, como tornar a democracia participativa mais democrática e mais participativa?

E como fazer dela um instrumento para a conquista de maior justiça social? Os setores sociais que se organizam em torno desses espaços percebem alguns desafios que merecem atenção.

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS CONQUISTADOS

É inegável que hoje mais atores participam do debate público e que a agenda foi de alguma forma alargada por tal participação. Setores que antes estavam totalmente alijados do debate, como os usuários dos serviços de saúde, os portadores de patologias, os moradores de rua, os sem-teto e tantos outros, têm agora a possibilidade de discutir as políticas públicas. Além disso, ao contrário do que acontece muitas vezes no Congresso Nacional e na grande mídia, os conselhos e conferências são instâncias realmente voltada para a discussão pública das grandes questões de interesse nacional. Por exemplo, na última Conferência Nacional de Saúde, discutiu-se a descriminalização do aborto.

Apesar de a Conferência ter se posicionado desfavoravelmente em relação à proposta, porque pesaram a tradição brasileira e a influência da Igreja Católica, o simples fato de o debate ter emergido, obrigando os vários atores a se posicionar, já pode ser considerado extremamente positivo. No que diz respeito à dinâmica e funcionamento dos conselhos, relatos apontam que, apesar das dificuldades, há outros dois ganhos importantes. De um lado, os conselhos têm funcionado como forma de obtenção de informações por parte de lideranças populares. O que não é de menor importância em uma sociedade como a nossa, na qual informações como quantidade de recursos orçamentários, equipamentos públicos disponíveis e quantidade e qualidade dos atendimentos prestados à população são restritas a poucos. De outro lado, esses fóruns funcionam como tribunas de denúncia, especialmente no que diz respeito à violação de direitos e ao desvio de recursos públicos. Há vários casos de intervenção do Ministério da Saúde em municípios a partir de denúncias feitas pelos conselhos municipais.

¹⁷ Ver a *Plataforma da reforma do sistema político brasileiro – versão para debate*, no sítio www.participacaopopular.org.br.

ALGUNS DESAFIOS A CONSIDERAR

A lista dos desafios, porém, é maior do que a lista das conquistas. Vamos destacar dois.

- **Atração de novos protagonistas: Um dos objetivos centrais da criação dos espaços participativos era ampliar a representação característica da democracia formal e integrar na cena pública um novo conjunto de representantes da sociedade.**

De fato, a sociedade civil brasileira está cada vez mais plural, e muitos setores têm procurado tanto buscar assento nos conselhos quanto participar ativamente das conferências. Mas é preciso olhar detidamente quem tem conseguido espaços nos conselhos e para representar quem e o quê. Primeiro, há que reconhecer as grandes assimetrias de recursos, conhecimento e poder, que, de alguma forma, se reproduzem nesses espaços. Para citar um exemplo extremo, nos conselhos de assistência social existe a vaga para a categoria ‘usuário’, que dificilmente consegue ser ocupada realmente por um usuário, mas sim por entidades que trabalham com usuários.

Frequentemente, moradores de rua procuram ter espaço nos conselhos de assistência e não conseguem. A questão que se coloca é como dar condições de participação, tratando diferenciadamente os desiguais, e permitindo o acesso e a atuação efetiva? Outra questão, correlata à anterior, diz respeito às entidades que têm expressão apenas no nível local. Como abrir espaço para essas organizações que não se estruturam nacionalmente?

Além disso, como lidar com interesses de grupos, entidades e igrejas, que, muitas vezes, colocam sua identidade corporativa acima da discussão sobre a política pública? Por fim, sabemos que vários conselheiros têm vínculos também com partidos políticos e trazem para dentro dos conselhos disputas que não necessariamente têm a ver com as políticas públicas. Como lidar com esses representantes, que exercem, por assim dizer, uma dupla militância, e se pautam, muitas vezes, por limitados interesses partidários e eleitorais?

É preciso mencionar ainda que, não raro, os representantes do governo nesses espaços são pouco representativos, dispõem de pouca informação, e têm pouco poder de fato para falar em nome de quem supostamente representam.

Duas alternativas – que obviamente não dão conta de todos estes desafios – têm sido experimentadas pelos conselhos. Primeiro, buscar mais formas de comunicar / divulgar o que se passa nesses espaços, para possibilitar alguma forma de controle. Assim, alguns conselhos produzem boletins informativos de suas atividades – prática que poderia ser mais disseminada. Segundo, criar fóruns autônomos, para aumentar a representatividade, a capacidade de mobilização e o poder de pressão política da sociedade civil.

- **Democracia participativa ou representativa: Os espaços participativos foram concebidos como um contraponto à democracia representativa. Ou, na melhor das hipóteses, ambos se complementariam. De fato, o que observamos foi a subordinação da democracia participativa à democracia representativa.**

Desde o início dos anos 1990 até o presente momento, tem sido possível observar a emergência de diferentes atores, portadores de diferentes projetos políticos, que enfatizam a participação como algo essencial. Entre eles, há os que pensam em um Estado mais enxuto, com as organizações da sociedade civil substituindo as instâncias

estatais no exercício de várias funções; ou ainda defensores de propostas que reforçam apenas o caráter fiscalizatório, e quase policialesco, da sociedade civil, com o intuito propalado de coibir a corrupção nos poderes públicos.

O resultado é uma confluência perversa, em que atores com interesses contraditórios, e projetos políticos até antagônicos, defendem a participação dos cidadãos¹⁸. As expectativas sobre a participação têm sido frustradas. Como vimos, o governo criou muitos espaços participativos, mas em geral os tratou como momentos de ‘escuta forte’¹⁹. Tal postura foi compreensivelmente considerada insatisfatória por parte da sociedade civil²⁰, mas, em distintos momentos, ela se reproduziu. Recentemente, o Ministério da Saúde lançou mão das fundações privadas como nova forma de gestão. Sem ter passado pelo Conselho Nacional, a proposta recebeu pronunciamento contrário tanto na Conferência Nacional quanto no próprio Conselho. Resta saber quem terá mais força nesse caso. Outro exemplo diz respeito ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Desde o seu lançamento, movimentos sociais e organizações estão preocupados com que esse programa respeite os planos diretores participativos e as resoluções dos conselhos e das conferências das cidades realizadas nos últimos anos. Porém, nada assegura que a participação seja efetivamente respeitada e levada em conta na implementação dos projetos presentes no PAC. O que acontece no plano federal é cotidiano nas experiências participativas de nível local. O respeito ao conselho como instância deliberativa depende fortemente da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade civil. Se partirmos do pressuposto de que a criação de mecanismos participativos não substitui as instituições da democracia representativa, mas complementa-as, o desafio parece ser como promover uma nova arquitetura institucional, na qual o sistema representativo possa ser fortalecido e tencionado pela inclusão de mecanismos de participação cidadã²¹.

No Brasil, embora várias instâncias participativas, como os conselhos de políticas públicas, tenham sido definidas como peças-chaves do processo de descentralização das políticas – principalmente das políticas sociais –, elas não encontraram seu lugar na estrutura do Estado. Resultado disso, podem constituir-se, em muitos casos, como institucionalidade paralela, com pouco ou nenhum efeito democratizante sobre as instituições estatais. Além do que, a experiência brasileira nos revela uma outra dimensão do problema. Em um contexto no qual a agenda política se encontra constantemente monopolizada pelas disputas político-partidárias, as instâncias participativas – principalmente no nível local – ficam contaminadas pelo jogo político próprio à formação das maiorias eleitorais.

Ao invés da complementaridade entre instituições participativas e representativas, parece muito mais adequada a afirmação de uma combinação subordinada²². Ou seja, a democracia brasileira, ao mesmo

¹⁸ Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

¹⁹ A expressão ‘escuta forte’ foi utilizada pela Secretaria Geral da Presidência para designar o que significaria o processo de consulta às entidades feitas para o Plano Plurianual Federal (PPA) realizadas em 2003.

²⁰ José Moroni. Participamos: e daí? *Observatório da Cidadania*, Ibase, 2005, disponível no site www.ibase.br.

²¹ Luciana Tatagiba e Ana Claudia Teixeira em *Democracia representativa y participativa: complementaridad o combinación subordinada? Reflexiones acerca de las instituciones participativas y la gestión pública en la ciudad de Sao Paulo*, em *Contraloría y participación social en la gestión pública*. Caracas: Clad, 2007.

²² A ideia de uma combinação de natureza subordinada entre democracia participativa e representativa, sob hegemonia dessa última, foi alu-

tempo em que inaugura uma ampla variedade de interfaces governo/sociedade, não os inclui como elementos de uma renovada arquitetura institucional, capaz de oferecer caminhos novos e alternativos à reforma democrática do Estado e à governabilidade.

A impressão é que as experiências participativas no Brasil, mundialmente reconhecidas, ‘correm por fora’, ficando na periferia do sistema, afetando pontualmente uma ou outra política setorial, a depender da vontade política dos governos e/ou do poder de pressão da sociedade organizada. Elas parecem não resultar de – ou induzir – uma estratégia mais profunda de articulação entre representação e participação. Em alguns casos, é possível dizer até que, mesmo quando o governo aloca recursos que resultam em efeitos redistributivos, tal procedimento não se distingue das estratégias conservadoras de manutenção do poder e de velhas práticas clientelistas.

COMO APROFUNDAR A DEMOCRACIA

Em 2006, a Plataforma da Reforma do Sistema Político Brasileiro, elaborada por várias organizações e redes da sociedade civil, apresentou algumas demandas importantes para o aprofundamento da democracia participativa. Vale destacar ao menos duas: a criação de mecanismos de participação, deliberação e controle social das políticas econômicas e de desenvolvimento e o acesso universal às informações, especialmente as orçamentárias, nos âmbitos da união, estados e municípios.

Um dos grandes desafios para a participação tem sido o acesso à informação. É impossível participar ativamente se as informações são restritas, assistemáticas, com baixa clareza e precisão. Talvez neste ponto, valha a avaliação sobre a Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação do México, de junho de 2002. Essa lei garante o acesso de toda pessoa à informação em posse dos poderes da União. Para garantir essa lei, foi criado um Instituto Federal de Acesso à Informação Pública, encarregado de difundir o exercício do direito à informação e resolver questões sobre a negativa de solicitações e de proteger dados pessoais em poder do Estado. Como sanção, os servidores públicos que não cumprem a lei, ou dão informações erradas ou incompletas, respondem a processos administrativos.

Tais medidas, estendendo à sociedade civil as grandes decisões econômicas e a informação, podem contribuir para o aprimoramento e a radicalização da democracia participativa.

dida por Lígia Lüchman em uma oficina de trabalho realizada em Porto Alegre, em agosto de 2005, como parte da agenda de discussões do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática.

APOIO:



GRUPO PEDRAS NEGRAS:

